

PATRÍCIA MARASCA FUCKS

O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO
COMO ATRATIVO TURÍSTICO

FAZENDA DO SOBRADO,
SÃO LOURENÇO DO SUL (RS)

Série Dissertações – n. 5

Coord.: Prof. Dr. Joaquim Anécio Almeida

Vice-coord.: Prof. Dr. Marcelino de Souza

Revisão: Prof^ª. Carmen Maria Marasca

Impressão: Imprensa Universitária

Capa: Arq. Patrícia Marasca Fucks

Contato: arquiteturis@yahoo.com.br

Grupo Turismo e Desenvolvimento - CPGE_xR

Campus Universitário da Universidade Federal de Santa Maria

Prédio 44 – Cx. Postal 5042 – Cep. 97105-900

Contato: fone (55) 3220 8075

e-mail: turodes@ccr.ufsm.br

site: www.ufsm.br/turismorural

Fucks, Patrícia Marasca

F951p

O patrimônio arquitetônico como atrativo turístico: Fazenda do Sobrado, São Lourenço do Sul (RS) / por Patrícia Marasca Fucks. – Chapecó: Ed. UFFS, 2019. 184p.: il. (Série Dissertações ; n. 5)

Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado.

Versão em formato digital.

ISBN: 978-85-64905-91-7 (pdf)

1. Turismo rural 2. Patrimônio arquitetônico 3. Atrativo turístico 4. Casas de fazenda 5. Meio de hospedagem rural 6. Fazenda do Sobrado 7. São Lourenço do Sul
I. Título II. Série

CDU: 379.85(816.5SÃO LOURENÇO DO SUL)

Ficha catalográfica elaborada por

Diego dos Santos Borba CRB 14/1500

Divisão de Bibliotecas/PROGRAD UFFS

DEDICATÓRIA

Aos meus familiares, por estarem presentes em todos os momentos, dando o apoio e o estímulo necessários para que eu seguisse em frente, arquitetando novas idéias e construindo a esperança no amanhã.

À tia Neta, ao Fer, à Maris, ao Gerson e ao Edinho, pela amizade, pelo carinho, pelo incentivo e pelas aprendizagens várias... das ciências humanas às agrárias.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas do Grupo Turismo e Desenvolvimento, ao Prof. Dr. Joaquim Anécio Almeida e demais profs. do CPGE_xR/UFSM, com os quais compartilhei vivências no mestrado, pela oportunidade de realizar o trabalho e pelas aprendizagens enriquecedoras, com isso, contribuindo para a reflexão acerca das inter-relações possíveis entre universos tão distintos - do urbano e do rural – e, conseqüentemente, para um melhor entendimento do papel social do extensionista e do arquiteto e urbanista, na atualidade, frente às questões que se colocam ao desenvolvimento.

SUMÁRIO

1 AJUSTANDO O FOCO: O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO COMO ATRATIVO TURÍSTICO.....	13
2 UM OLHAR APROXIMADO SOBRE A AGRICULTURA, O TURISMO RURAL E O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO.....	21
2.1 Agricultura e turismo rural: o desenvolvimento como fim de diferentes estratégias.....	21
2.1.1 As transformações do rural brasileiro: da produção agrícola ao consumo produtivo do espaço e de suas atividades.....	21
2.1.2 As múltiplas funções do espaço rural e o turismo.....	26
2.2 Turismo e lazer: do urbano ao rural.....	32
2.3 Cultura, patrimônio arquitetônico e turismo rural.....	43
2.3.1 As interfaces de uma profícua relação.....	43
2.3.2 A percepção do patrimônio na atualidade.....	49
2.3.3 Interpretação do patrimônio e turismo.....	57
3 REVISITANDO OS CAMINHOS PERCORRIDOS.....	63
3.1 Modelo de estudo.....	63
3.2 Procedimentos metodológicos e técnicos de coleta de dados.....	66
3.3 Análise e interpretação dos dados.....	71
4. CONHECENTO O LOCAL DE ESTUDO.....	73
4.1. O município de São Lourenço do Sul.....	73
4.1.1 Localização, limites, aspectos demográficos e naturais.....	73
4.1.2 Aspectos históricos e socioeconômicos do Município.....	77
4.2 A Fazenda do Sobrado.....	83
4.2.1 Localização da área de estudo.....	83
4.2.2 Histórico da Fazenda e as origens do patrimônio arquitetônico...	86

5 PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E TURISMO RURAL NA FAZENDA DO SOBRADO: OBJETOS E AÇÕES, TEMPOS E VIVÊNCIAS.....	91
5.1 História e turismo na interpretação do patrimônio.....	92
5.2 A família Serpa: agricultura e residência na Fazenda do Sobrado.....	98
5.3 O patrimônio arquitetônico da Fazenda do Sobrado.....	99
5.3.1 O sentido da arquitetura.....	100
5.3.2 O Sobrado como moraria e as intervenções no patrimônio.....	109
5.4 Agricultura, patrimônio e turismo: tripé da Fazenda do Sobrado.....	112
5.4.1 A família e as atividades agrícolas e não agrícolas.....	112
5.4.2 Agricultura e turismo: complementaridade e interdependência.....	113
5.4.3 O papel dos empreendedores: diferenciação e complementaridade.....	122
5.5 Evolução do turismo rural na Fazenda do Sobrado.....	124
5.5.1 Da concepção da idéia à implantação do turismo rural.....	125
5.5.2 O patrimônio de recursos da propriedade.....	128
5.5.3 O produto turístico da Fazenda do Sobrado.....	133
5.5.4. Implantação e sustentação do turismo rural na propriedade: fatores intervenientes.....	140
5.6. Contribuições socioeconômicas e culturais do turismo rural.....	143
5.7. A demanda turística da Fazenda do Sobrado.....	150
5.7.1. Caracterização do público-alvo.....	150
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	173
8. APÊNDICE.....	181

APRESENTAÇÃO

É simplesmente gratificante apresentar a edição nº5 da Série Dissertações, do Grupo de Pesquisa Turismo e Desenvolvimento, com a obra da arquiteta e urbanista Patrícia Marasca Fucks intitulada *O patrimônio arquitetônico como atrativo turístico: Fazenda do Sobrado, São Lourenço do Sul (RS)*.

Ainda mais gratificante porque isso representa a continuidade do esforço e a capacidade de sustentabilidade e de inovabilidade das pessoas que formam o Grupo. Esse trabalho representa uma tentativa de inovação temática e metodológica. Trata-se do estudo de uma casa, um sobrado, cuja história nos guia para um passado da colonização do Rio Grande do Sul, do desbravamento, do cultivo, da criação, do trabalho com mãos escravas.

O mundo rural marcado pelos traços visíveis do gênio do homem. A casa, como um tesouro, testemunha um momento da história antiga ou recente, da comunidade humana. Arquitetura civil, militar ou religiosa, são tantas criações artísticas como as esculturas, os afrescos, os relicários, os mobiliários, os tetos pintados... que perduram, ainda, lá onde a história os colocou.

Nosso mundo rural possui tesouros inestimáveis que muitos centros urbanos já perderam. E o público tem a curiosidade despertada e sente o desejo de descobrir esses ícones da história; aspira a conhecer o sentido dessas obras, as suas sucessivas funções ao longo do tempo e a desvendar a história dos homens que as conceberam. O sobrado é um exemplo típico de um tesouro rural, de valor inestimável, que os turistas procuram descobrir e usufruir.

Prof. Joaquim Anécio Almeida PhD.

Coordenador do Grupo Turismo e Desenvolvimento

*Por que será que
não conhecemos as respostas
até encontrarmos as perguntas?*

*As perguntas são diamantes
que observas contra a luz.
Estuda uma vida inteira e
verás diferentes cores na mesma jóia.*

*As mesmas perguntas
formuladas várias vezes
te darão as respostas que necessitas,
no momento exato.*

De “Fugindo do Ninho”,
Richard Bach

AJUSTANDO O FOCO: O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO COMO ATRATIVO TURÍSTICO

A abordagem do fenômeno turístico no espaço rural, sobretudo quanto aos seus aspectos histórico-culturais, é bastante complexa e abrangente. Envolve um conhecimento multidisciplinar e a reflexão sobre as nuances entre as várias definições, a terminologia, a segmentação turística e a evolução das atividades agrícolas ao longo do tempo - panorama esse que levou as atividades não-agrícolas (como o turismo rural e o agroturismo) a ocuparem, na propriedade, um espaço compartilhado com as práticas agropecuárias tradicionais.

Passadas duas décadas do registro das primeiras experiências em turismo rural no Brasil, iniciadas em Lages (a maior cidade do Planalto Catarinense), ainda não se sabe o suficiente sobre o assunto e tampouco sobre os efeitos gerados por essa atividade (Tulik, 1997)¹. De fato, conforme constatam Moletta & Goidanich (1999, p.10), “no Brasil, o processo de interação da agropecuária com o turismo é ainda um componente inovador que, devidamente planejado, organizado e orientado, pode representar, sobretudo, uma opção na diversificação da atividade rural”. Para as autoras, o turismo surge como nova alternativa econômica ao homem rural que possui atrativos naturais e/ou culturais na sua propriedade e/ou na região capazes de atrair visitantes.

Esse fenômeno, em franca expansão nos dias de hoje, mostra-se cada vez mais presente na realidade do campo, ficando nitidamente

¹ Embora se tenha alargado o conhecimento acerca das manifestações turísticas no espaço rural, a literatura corrente “mostra grande riqueza de termos, expressões e conceitos que variam conforme a realidade de cada país” dando margem a uma “confusão terminológica e a profusão de conceitos”, como exposto por Tulik (1997, p.147). Também a diversidade de classificações, subdivididas em inúmeras modalidades para abarcar o fenômeno em sua totalidade, reflete o contexto atual “marcado pela profusão de formas alternativas que são oferecidas em oposição ao chamado turismo convencional”, cuja variedade de definições distingue-se de acordo com os autores ou instituições (Schneider & Fialho, 2000, p.32).

perceptível ao envolver uma série de variáveis: pessoas (famílias empreendedoras, comunidade rural, guias e operadores turísticos), equipamentos, instalações, tempo, espaço, dinheiro e a prestação de inúmeros serviços turísticos, como alimentação e bebidas, hospedagem e atividades recreativas.

Na atualidade, percebe-se que as pessoas têm investido cada vez mais num turismo de base cultural, desportiva e de regresso às origens, o que, segundo Gonçalves (1998, p.131), explica o crescimento e a ampla disseminação do turismo em espaço rural, surgindo, então, como uma alternativa ao modelo tradicional 'sol-praia'. Com isso, começa a haver uma maior procura por outras opções além do litoral, como as regiões rurais do interior ou da serra.

Ainda que de maneira particularizada, na sociedade contemporânea, tem havido um crescente interesse pelas manifestações do turismo rural, valorizando-se os aspectos histórico-culturais das localidades, conforme constatado na pesquisa realizada pela SETUR, sobre os hábitos e percepções dos visitantes do II Salão Gaúcho do Turismo, ocorrido em Porto Alegre (RS), de 24 a 28 de abril de 2002.

Com base nessas considerações, encaminhou-se a presente pesquisa, partindo-se do pressuposto de que o patrimônio arquitetônico rural - expressão materializada da cultura humana, em formas que persistem na paisagem - enquanto representante de um passado histórico-cultural que se deseja conservar, tem potencial para atuar como atrativo turístico.

A escassez de estudos empíricos, no Estado, acerca do patrimônio arquitetônico rural, particularmente, no que se refere ao uso das antigas construções rurais como componentes da oferta turística rural, em nível de propriedade e de município - conduziu à opção pelo enfoque exploratório e descritivo.

A partir da análise da experiência de turismo rural da Fazenda do Sobrado, em São Lourenço do Sul (RS), buscou-se evidenciar as potencialidades de aproveitamento do patrimônio arquitetônico como atrativo turístico. Essa atividade vem sendo implantada em propriedades rurais históricas do Rio Grande do Sul como uma alternativa econômica, capaz de incrementar a renda familiar, de viabilizar a manutenção do referido patrimônio, de melhorar os níveis de inserção social e a qualidade de vida no meio rural.

No ambiente rural, em determinadas situações, as casas de fazenda estão assumindo a postura viabilizadora da recuperação física e conservação de bens culturais por intermédio do turismo rural. A experiência em estudo demonstra que a conservação do patrimônio pode ser entendida, sobretudo, como uma consequência do turismo rural; proposição contemplada nos questionamentos de Barretto (2001, p.103): “Turismo e patrimônio, meios ou fins?”.

Tomou-se como objeto deste estudo de caso a Fazenda do Sobrado, propriedade produtiva, com 300ha de área, localizada nas margens da Lagoa dos Patos, a cerca de 1 km do centro urbano de São Lourenço do Sul - município pertencente à Região Litoral Sul do Rio Grande do Sul. A referida fazenda tem importância histórica na fundação e no desenvolvimento de São Lourenço do Sul, cidade a qual emprestou o antigo nome. Suas referências histórico-culturais estão atreladas ao passado escravocrata e farroupilha do estado gaúcho.

A propriedade mostrou-se adequada ao presente estudo por abrigar um rico patrimônio histórico-cultural, oriundo da ocupação luso-açoriana no Estado. Sua potencialidade turística foi um fator que emergiu, a priori, despertando a curiosidade dos visitantes e o interesse maior da família empreendedora pelo turismo rural. Além disso, sua experiência em turismo rural, alicerçada no patrimônio de cultura, já se encontra implantada há algum tempo (1994), mostrando resultados positivos. Com isso, pôde-se levantar informações pertinentes a várias fases de sua evolução - da implantação à estruturação do produto turístico - possibilitando a análise de diversos aspectos de sua trajetória, como: a complementaridade entre as práticas agrícolas e a atividade turística, a inserção da família nesse processo (novas ocupações geradas e novos papéis) e as adaptações necessárias na propriedade (mão-de-obra, atividades, equipamentos e construções), com vistas ao ingresso na atividade, prestando os serviços turísticos de hospedagem, alimentação e lazer.

O estudo da arquitetura do sobrado – construção-sede da propriedade, de estilo colonial português, erigida por escravos na primeira metade do séc. XIX – em sua relação com as atividades humanas no decorrer dos tempos, permitiu compreender as múltiplas funções desempenhadas pela construção em diferentes períodos. Também oportunizou identificar as adaptações que se fizeram

necessárias nas diferentes etapas do desenvolvimento turístico da propriedade, para que houvesse o seu contínuo aprimoramento.

A reflexão em torno da temática motivou a busca de respostas às questões norteadoras da pesquisa, que podem ser assim descritas:

- Como o patrimônio arquitetônico da Fazenda do Sobrado converteu-se em atrativo das atividades de turismo e lazer empreendidas na propriedade?
- Quais fatores concorreram para a implantação e sustentação do turismo rural na propriedade?
- Quais as principais contribuições socioeconômicas e culturais à família e à sociedade, advindas do aproveitamento turístico do patrimônio arquitetônico?

Com base nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa foi estudar a experiência do turismo rural na Fazenda do Sobrado, para verificar como o patrimônio arquitetônico converteu-se em atrativo das atividades de turismo empreendidas na propriedade. Também buscou identificar as principais contribuições socioeconômicas e culturais, decorrentes do seu aproveitamento.

As inúmeras experiências que, pouco a pouco, ocupam o espaço rural brasileiro - em grande parte, oriundas de iniciativas privadas - tornaram a temática alvo dos estudos de profissionais e pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. O esforço deste estudo enseja a compreensão do fenômeno turístico em sua totalidade, aportando-se nas promissoras perspectivas de desenvolvimento local, que se pode vislumbrar a partir da instalação de empreendimentos turísticos de pequeno porte, de base familiar, com aproveitamento da infra-estrutura das propriedades rurais e respeito à escala do lugar e às limitações impostas pelos ecossistemas locais e regionais. Dessa forma, crescem as possibilidades de não se expor ao risco nem comprometer a integridade do patrimônio de recursos que confere atratividade ao produto turístico rural.

Nesse sentido, espera-se colaborar com o aumento do acervo e a difusão do conhecimento sobre o assunto, visto que as informações pertinentes a várias disciplinas, se correlacionadas, podem auxiliar na compreensão do fenômeno turístico e do problema proposto, transformando esse estudo em ferramenta útil aos planejadores

(arquitetos, turismólogos), administradores municipais e estudiosos interessados na temática em estudo. De alguma forma, esses recursos poderão auxiliar a quem deseje ou necessite utilizá-los.

Pretende-se, ainda, contribuir com o avanço do conhecimento, oferecendo subsídios à consolidação das experiências em turismo rural - baseadas no aproveitamento do patrimônio arquitetônico como atrativo turístico - que surgem no interior do nosso estado.

Acredita-se que a consolidação do turismo rural será factível na medida em que se tenham dados e informações sobre as distintas realidades dos locais onde a atividade se desenvolve; que sejam identificadas as potencialidades turísticas das regiões; que se faça o registro das experiências em andamento, avaliando os efeitos gerados pela atividade (no contexto da propriedade, da família rural e do município). Com isso, haverá maiores subsídios para orientar as ações e criar estratégias eficazes de implantação da atividade, com vistas à promoção do desenvolvimento.

Outrossim, as informações levantadas poderão fomentar as ações da municipalidade e de entidades privadas, levando a sociedade a reconhecer o patrimônio arquitetônico como um bem de significativo valor não apenas econômico, mas também educativo, principalmente, quando integrado a uma prática pedagógica de informação e conscientização voltada à educação patrimonial, o que é fundamentalmente importante tanto para residentes quanto para turistas e/ou visitantes.

Para tanto, incluíram-se como objetivos específicos do estudo:

- a) Estudar o histórico da propriedade para conhecer e compreender a situação histórico-cultural dada;
- b) Investigar o patrimônio arquitetônico, suas funções e adaptações ao longo do tempo, verificando como seu aproveitamento enquanto recurso turístico, pôde fomentar o turismo rural, fornecendo subsídios à família e à conservação do seu patrimônio;
- c) Analisar a evolução do turismo rural na propriedade, inventariando seus recursos patrimoniais e sua oferta turística, e identificando os fatores que corroboraram para sua implantação e consolidação;
- d) Conhecer a demanda turística para averiguar a receptividade dos turistas quanto aos atrativos da fazenda e traçar-lhes um perfil.

A necessidade de interpretar o patrimônio arquitetônico no contexto atual, resgatando o seu passado histórico, mostrou-se, desde o início, uma questão importante, sobretudo pelo crescente interesse dos turistas no que tange às manifestações da cultura rural e pelo subsídio que pode proporcionar à família, como contribuição para consolidar a experiência, no processo de conversão do patrimônio em atrativo turístico, como se pôde observar.

Dadas as limitações dessa pesquisa e o seu escopo - centrado no estudo da evolução do turismo rural na Fazenda do Sobrado, com ênfase no patrimônio arquitetônico e no processo de adaptação da família e da infra-estrutura existente na propriedade ao turismo rural - a interpretação do patrimônio e a análise da arquitetura não foram tomadas em profundidade².

Partindo-se dos propósitos enunciados neste estudo, a pesquisa encontra-se estruturada da seguinte forma:

O capítulo intitulado “Um olhar aproximado sobre a agricultura, o turismo rural e o patrimônio arquitetônico”, situa o leitor quanto aos três principais eixos de discussão em que se assentaram as bases dessa pesquisa, então relacionados às recentes transformações do meio rural e às novas demandas da sociedade contemporânea. Esse contexto histórico propiciou a interação entre a agricultura, o patrimônio arquitetônico e o turismo rural, legando importantes contribuições, em especial, à família empreendedora. Esta primeira fase da pesquisa foi fundamentada, principalmente, pela pesquisa bibliográfica.

Após a revisão da literatura, em que se buscou o entendimento do fenômeno turístico no meio rural, a partir das origens da problemática em estudo, são apresentados os procedimentos metodológicos e instrumentos utilizados para a coleta das informações. Nesse capítulo, o leitor é convidado a revisitar os caminhos percorridos

² Por outro lado, a carência de informações a respeito do patrimônio arquitetônico sul-rio-grandense, em áreas rurais cujas características de defesa da arquitetura estão nitidamente vinculadas ao cenário de lutas que marcou o período da ocupação das terras do Continente de São Pedro e, ainda, visualizando-se as potencialidades do seu aproveitamento em atividades culturais - integradas às práticas recreativas e educativas que podem ser contempladas pelo turismo - evidenciam a necessidade de uma pesquisa sistematizada, em estudos posteriores, a fim de aprofundar o assunto.

pela pesquisa. Na seqüência, o capítulo “Conhecendo o local de estudo” procura situar o leitor no espaço geográfico, cultural e socioeconômico do Município de São Lourenço do Sul, cujas origens e fundação estão ligadas à própria história da Fazenda do Sobrado.

Com o início do trabalho de campo, as informações foram obtidas, basicamente, por meio da pesquisa documental, da observação assistemática e não participante, e da realização de entrevistas semi-estruturadas, com informantes qualificados. Nessa segunda fase do estudo, fica evidente que o processo de interação entre a agricultura, o patrimônio e o turismo rural está condicionado à necessária reestruturação das atividades da propriedade e dos próprios papéis dos empreendedores para que o turismo rural, efetivamente, aconteça.

Quanto ao patrimônio arquitetônico, percebe-se sua adequação ao turismo, uma vez que o sobrado passa a inserir-se como atrativo e meio de hospedagem rural. Já com relação à agricultura, há uma necessidade maior de adaptação do turismo a essa atividade, sobretudo pela impossibilidade de manipular-se facilmente o ciclo de vida natural que rege as atividades agrícolas e por não se desejar a artificialização dos atrativos do meio rural. Esses aspectos são retratados ao longo do capítulo intitulado “Patrimônio arquitetônico e turismo rural na Fazenda do Sobrado: objetos e ações, tempos e vivências“, em que se expõem os dados levantados nesta fase e discutem-se os resultados da pesquisa.

O conhecimento da demanda turística da propriedade (perfil dos turistas, suas motivações e preferências), mediante a aplicação de questionários padronizados aos hóspedes, permitiu traçar o perfil do consumidor preferencial do produto turístico da Fazenda do Sobrado. Para esse público, o patrimônio arquitetônico, carregado de significados simbólicos, revelou-se um aspecto importante a ser considerado em sua viagem. O sobrado convertido como atrativo turístico foi o aspecto que mais agradou aos turistas.

Dessa forma, a partir da evolução do turismo rural na Fazenda do Sobrado - em que se procurou conhecer as principais motivações da família e os fatores intervenientes no processo de implantação e consolidação da atividade - a pesquisa propôs-se a investigar as potencialidades de aproveitamento turístico do patrimônio arquitetônico de antigas propriedades históricas do Rio Grande do Sul.

UM OLHAR APROXIMADO SOBRE A AGRICULTURA, O TURISMO RURAL E O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

2.1 Agricultura e Turismo rural: o desenvolvimento como fim de diferentes estratégias

2.1.1 As transformações do meio rural brasileiro: da produção agrícola ao consumo produtivo do espaço e de suas atividades

Nos últimos cinquenta anos, o Brasil vem experimentando diversos processos de modernização da agricultura³. De um modo geral, os impactos da industrialização e da expansão dos setores exportadores foram os principais responsáveis pelo agravamento da crise da estrutura agrária⁴.

A partir da década de 50, a agricultura brasileira sofreu importantes transformações⁵: o progresso técnico-científico a fez ingressar numa nova era, passando da agricultura tradicional à moderna. Esse processo de modernização da agricultura, estimulado pelo crédito agrícola subsidiado, pela pesquisa agrícola, pelos pacotes tecnológicos transferidos ao campo pela ação dos extensionistas (difusionismo) - um dos instrumentos da política agrária - foi levado a cabo por grande parte

³ Durante a evolução da estrutura agrária, a agricultura apresentou-se basicamente sob duas formas: a 'comercial', especializada na produção de matérias-primas para indústria e de produtos para exportação; e a 'familiar' voltada à produção de alimentos para abastecer o mercado interno e para subsistência.

⁴ A industrialização, iniciada ao final da fase de implantação da indústria pesada no país (siderurgia, petroquímica, etc.), no período de 1955 – 1961, foi marcada pela instalação das fábricas de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas (fertilizantes e defensivos químicos).

⁵ Introduziram-se os padrões de produção e consumo norte-americanos, intensificando a agricultura quanto ao uso de máquinas, implementos, equipamentos e insumos modernos (externos à propriedade rural) e dotando-a de tecnologias sofisticadas (altamente dependentes de capital) a fim de racionalizar o empreendimento, gerar maior produtividade e rentabilidade.

dos países da América Latina e do Caribe que o supunham imprescindível ao desenvolvimento.

Com isso, esperava-se poder melhorar as condições de vida e de trabalho da população. Porém, a alta produtividade e as novas variedades de culturas (de alto rendimento, melhoradas geneticamente), não só aumentaram as quantidades de alimentos produzidos, mas também provocaram a alta do custo dos insumos e a baixa do preço pago ao agricultor pela sua produção. Ou seja, em nada contribuiu no sentido de amenizar o problema da fome e da miséria das populações e, ainda, implicou em graves perdas sociais⁶ e ambientais⁷ as quais vêm afetando, ainda hoje, a qualidade de vida do ser humano de um modo geral.

De acordo com Almeida (1998, p.147), a artificialização do trabalho (operada através da unificação e padronização dos produtos agrícolas, o que abriu caminho à especialização do agricultor); a profissionalização da atividade agrícola e a *setorialização* da agricultura em geral, resultantes do processo de modernização da agricultura, levaram ao rompimento ou mesmo à perda da sua capacidade tradicional de se auto-regular. Esse processo de *heteronomização* da atividade agrícola fez com que o agricultor, de forma individual ou coletiva, sentisse reduzida sua capacidade de harmonizar os fatores de sua produção.

Para ampliar a demanda por produtos industrializados, implementaram-se políticas agrícolas a fim de acelerar o processo de aquisição de modernas tecnologias pelos produtores rurais. Assim, em

⁶ A desvalorização da cultura rural (saberes e fazeres), a desigualdade social (na distribuição dos alimentos produzidos e da renda familiar) e a tendência à concentração de terras nas mãos de uma minoria, levando ao empobrecimento do homem rural, à exclusão social e ao êxodo rural, são seqüelas que perduram nos dias de hoje, pois o modelo implantado ainda encontra respaldo no cenário das macrodecisões políticas e econômicas do país.

⁷ Quanto às perdas ambientais, pode-se citar: problemas de sustentabilidade da produção em longo prazo; a elevada demanda por recursos naturais não renováveis e energéticos, gerando o risco do seu esgotamento; a poluição; o emprego de práticas agrícolas inadequadas, provocando a degradação das florestas tropicais e da biodiversidade; a erosão e a deterioração dos solos agrícolas; a propensão à desertificação progressiva das terras mais áridas e à salinização do solo nas áreas de irrigação. Com isso, pouco a pouco a terra torna-se cada vez mais vulnerável ao efeito de choques externos e reduz-se a sua capacidade de recuperação.

meados dos anos 60, surge o ideário da Revolução Verde, baseada no aumento de produtividade da agricultura comercial, um dos eixos centrais da política desenvolvimentista.

Por fim, o enxugamento do crédito agrícola e a retirada dos subsídios, na primeira metade dos anos 90, culminou na crise da dívida dos agricultores que ficaram cada vez mais descapitalizados; situação que deixou profundas marcas na infra-estrutura, no emprego (geração de emprego e renda) e na qualidade de vida do campo.

Uma das justificativas para a crise do setor agrícola, explicitada por Lacki (1995), está no fato de se ter promovido a modernização da agricultura adotando um modelo excessivamente dependente de fatores externos – tais como decisões do governo, serviços do Estado, créditos, equipamentos de alto rendimento, tecnologias de alto custo, subsídios, alto consumo de insumos como agroquímicos e fertilizantes inorgânicos - e pouco adequado às circunstâncias de escassez de capital e adversidades físico-produtivas que caracterizam a maioria dos empreendimentos agropecuários brasileiros. Portanto, o modelo concebido parece ser a própria razão e origem dos principais problemas sociais e ambientais, os quais avançaram muito mais depressa do que as propostas curativas.

Assim, a proposição de novos processos de desenvolvimento e de estratégias econômicas alternativas como o turismo rural, que possam incrementar a renda agrícola familiar, surgem como via fundamental em direção à superação da situação de crise da agricultura e de empobrecimento do meio rural.

Ao final da década de 70, com o início da abertura política no país e o fim do regime militar, as questões agrária e agrícola bem como as transformações sociais e políticas do campo entram na pauta das discussões⁸. Em 1972, na Conferência sobre o Meio Humano organizada pelas Nações Unidas (Estocolmo), são estabelecidos os 26 princípios orientadores da relação homem-natureza. E em 1987, o enfrentamento à crise ecológica surge com o conceito de Desenvolvimento Sustentável,

⁸ Questiona-se a estrutura agrária que impede o crescimento e expansão do mercado interno; a estrutura social que gera pobreza; a dinâmica da economia mundial que produz dependências; a ignorância e o analfabetismo que freiam o desenvolvimento.

cujos principais objetivos eram manter os recursos naturais e a produção agrícola; minimizar os impactos sobre o ambiente; adequar os ganhos econômicos (viabilidade e eficiência) e responder às necessidades sociais das famílias e comunidades rurais.

A partir da Conferência de Den Bosch, em 1991, e da Rio Summit, em 1992, ambas proponentes da Agricultura sustentável e do Desenvolvimento rural, ampliou-se a abordagem com relação à agricultura e às questões de uso da terra. Com isso, incluíram-se os aspectos sócio-culturais e ambientais à pauta das discussões, até então, conduzidas unicamente pelo viés econômico (FAO, 2002)⁹. Dessa forma, segundo Carneiro (2002), atribuiu-se uma nova dimensão ao desenvolvimento, ficando este não mais centrado na produção (função alimentar e econômica), mas nas múltiplas funções desempenhadas pela agricultura.

Depois de transcorrido um longo período de distorções, em que a industrialização brasileira significava o desenvolvimento econômico e a agricultura era tratada de forma depreciativa, como um setor em atraso, esta última passa a adquirir importância na pauta das discussões sociais, uma vez reconhecido o seu papel na construção do desenvolvimento sustentável e na mitigação dos problemas sociais do país (produção de alimentos e matérias-primas, geração de fontes de trabalho e renda, múltiplas funções).

Conforme Nueva Ruralidad (2000, p.9), a própria história do desenvolvimento do continente americano encontra-se estreitamente

⁹ Segundo a FAO (2002), o caráter multifuncional da agricultura e da terra (MFCAL) pressupõe a extensão à sociedade de muitos serviços originários do setor agrícola. Sobretudo, considera as relações dinâmicas entre as áreas rurais e urbanas, em diferentes escalas, e a incorporação da classe global de funções tanto às sociedades rurais (com ênfase na produção primária de alimentos e outros bens) como às nações altamente industrializadas (com reduzida população rural e pouca importância atribuída à produção primária na economia nacional). A partir de então, atribuiu-se ao setor primário um papel muito importante, estratégico, que o firma enquanto meio viável na busca de soluções ao desenvolvimento. Muitos países passaram a reconsiderar a função que a agricultura pode desempenhar na satisfação das necessidades de consumo doméstico, provendo contribuições agroindustriais, e na proteção da economia em tempos de crise, garantindo o emprego e o suprimento alimentar.

vinculada ao desenvolvimento da agricultura “... la cual ha financiado gran parte del esfuerzo de industrialización de América y los polos urbanos del hemisferio”, que ainda hoje continua tendo peso no PIB dos países.

Na realidade, percebe-se um constante inter-relacionamento da agricultura com os demais setores da economia e vice-versa. O próprio setor de serviços, por exemplo, oferecendo transporte, educação e assistência técnica (informação) mantém um vínculo cada vez maior com o desenvolvimento rural. Segundo Carvalho (1997, p.506), “os serviços estão ligados a um componente institucional muito grande uma vez que os programas básicos de pesquisa agrônômica, extensão rural, crédito e educação são na maioria desenvolvidos por organismos governamentais”. Por meio desses programas e do trabalho dos extensionistas, poder-se-ia criar um fluxo educativo permanente e recíproco com os agricultores, buscando-se conjuntamente as soluções mais adequadas e fazendo com que seus problemas e necessidades venham a extrapolar os limites da sua propriedade.

É importante considerar-se que os avanços científicos e tecnológicos têm contribuído muito com o desenvolvimento e modernização agrícolas e com o crescimento econômico como um todo; porém em nível global, apenas para uma parcela diminuta da população isso significou a melhoria de vários indicadores de qualidade de vida (saúde, infra-estrutura, educação). No entanto, não ocorreu o combate às situações de pobreza, discriminação, marginalização social e degradação dos recursos naturais. Sendo assim, ainda persiste a necessidade de superação dos desequilíbrios econômicos, sociais, políticos e ambientais presentes no meio rural, os quais atuam como fator limitante do desenvolvimento humano e constituem-se numa ameaça à estabilidade dos ecossistemas. Por outro lado, o capital físico, natural, cultural, humano e social de que dispõe o meio rural, nos faz reconhecer o seu potencial para o desenvolvimento.

2.1.2 As múltiplas funções do espaço rural e o turismo

A partir da década de 90, o espaço rural dos países americanos vem passando por importantes transformações que interferem na agricultura e no meio rural. Tais mudanças são assinaladas pela inserção de novas funções (multifuncionalidade do espaço rural) e pela diversificação das suas atividades produtivas, o que preconiza um novo entendimento acerca do desenvolvimento rural (Fucks, 2001). Elas têm sido motivadas pela inserção de uma gama de atividades, de natureza agrícola não tradicionais¹⁰ e não agrícolas, definidas pelas novas demandas da sociedade contemporânea¹¹.

As diferentes estratégias visam se não superar, ao menos amenizar as dificuldades econômicas vividas pelo agricultor; buscando uma menor dependência em relação aos insumos e ao crédito, e viabilizando uma estrutura mais estável para comercialização dos seus produtos.

Segundo Almeida (1998, p.149), há possibilidades de o agricultor e sua família ampliarem sua atuação em relação às atividades agrícolas tradicionais, a fim de adquirir uma maior autonomia no meio social e agrícola brasileiro, entre as quais se pode citar: a) o domínio de um saber fazer específico e de certos instrumentos de produção, buscando recuperar tecnologias e procedimentos rudimentares para uma melhor adaptação da mão-de-obra às condições de trabalho; b) um maior respeito ao meio ambiente; c) a disponibilidade de um leque mais amplo de opções de trabalho no interior da estrutura produtiva, em que a

¹⁰ Na atualidade, há uma demanda cada vez maior por produtos diferenciados e/ou com características especiais (produtos de nicho de mercado) - tais como a produção de alimentos orgânicos, para consumo in natura ou para processamento via agroindustrialização caseira; de plantas ornamentais e/ou de mudas de espécies nativas ou exóticas, de flores, gramíneas e arbóreas; de ervas medicinais para uso fitoterápico; de adubo orgânico (compostagem, minhocultura) – os quais tendem a ocupar os territórios menos adaptados à agricultura produtivista.

¹¹ Como resultado desse processo vai sendo delineado um novo cenário rural “baseado em um caráter territorial, que permite visualizar assentamentos humanos e suas relações em um contínuo rural-urbano expressado, entre outros aspectos, em um desenvolvimento progressivo de atividades agrícolas não tradicionais e atividades não agrícolas no meio rural” (Nueva Ruralidad, 2000, p.9).

pluralidade de fontes de entrada de renda garante o sustento familiar; d) a possibilidade de gerir e organizar o próprio tempo de trabalho, abrindo espaço para engajar-se em outras atividades; e) auto-organização em grupos, cooperativas ou associações comunitárias, para fazer frente às dificuldades crescentes da produção, comercialização e da vida social rural.

Dessa forma, a agricultura multifuncional possibilita delinear um novo cenário para o meio rural, em que a produção agropecuária torna-se cada vez mais identificada com a qualidade dos produtos agrícolas, a proteção do meio ambiente, a preservação da biodiversidade dos ecossistemas, a conservação do patrimônio cultural e a valorização dos diferentes territórios.

A leitura da ‘nova ruralidade’ - delineada a partir das realidades objetivas do momento histórico atual, desde uma perspectiva dos recursos endógenos ao território, das inter-relações rural-urbano crescentemente estabelecidas, e das múltiplas oportunidades que oferece aos diferentes grupos humanos (agricultores familiares, produtores rurais, comunidades marginalizadas e grupos indígenas), no âmbito agrícola e não agrícola - descortina inúmeras possibilidades de desenvolvimento do espaço rural, conforme Nueva Ruralidad (2000), sobretudo que se podem vislumbrar a partir do turismo¹².

Entre as opções de atividades não agrícolas, figuram a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares nas atividades econômicas), o comércio, a produção artesanal, a agroindustrialização e o turismo rural, responsável por gerar renda, novos postos de trabalho e ocupações no meio rural¹³.

Nesse cenário em transformação, o fenômeno turístico vai assumindo feições próprias às regiões onde se desenvolve e uma maior

¹² Aproveitando-se do capital humano, físico, natural, social e cultural, bem como do patrimônio histórico das comunidades rurais, tais oportunidades surgem como espaço de desenvolvimento econômico e de organização, melhorando os níveis de participação do ser humano e, conseqüentemente, criam novas perspectivas de vida e de trabalho dentro dos limites impostos pelos ecossistemas locais, regionais ou globais.

¹³ O turismo rural sobressai-se como uma atividade que estimula o crescimento das ocupações não agrícolas no espaço rural e o desenvolvimento de infra-estruturas, conforme exposto por Schneider & Fialho (2000).

expressão por força da mídia e do próprio contexto socioeconômico¹⁴ e cultural¹⁵ que condicionou a sua manifestação e disseminação ao meio rural.

Com isso, observa-se um pequeno refluxo de pessoas em direção ao campo, pela progressiva valorização do rural enquanto espaço de moradia, de descanso, de lazer, de reabilitação da saúde humana e de vivência de experiências autênticas em contato com a natureza e os valores da cultura rural. Além disso, há quem vislumbre novas oportunidades de trabalho, visando à complementação da sua renda familiar. Nesse particular, o turismo oportuniza novas ocupações às famílias envolvidas, especialmente importantes para as mulheres e os aposentados de um modo geral.

Contudo, esse retorno ao rural também surge motivado pela necessidade do resgate às raízes culturais; da salvaguarda à natureza; da produção de alimentos saudáveis para o autoconsumo e/ou comercialização.

Nesse contexto, é relevante considerar-se a influência de alguns fatores que concorrem para as novas dinâmicas da ruralidade na sociedade contemporânea, os quais são apontados por Carneiro (2002): a) a crescente utilização do campo como local para lazer e instalação de residência principal ou secundária, o que traduz a preocupação por uma melhor qualidade de vida¹⁶; b) a expansão dos meios de comunicação –

¹⁴ Os condicionantes econômicos dizem respeito às sérias dificuldades enfrentadas pela agricultura e pecuária, freqüentemente expostas ao risco e à incerteza, quer pela instabilidade ou incoerência dos planos de desenvolvimento implementados pela política agrícola nacional, quer pelas adversidades climáticas ou mesmo em função da exaustão dos recursos de produção.

¹⁵ Os condicionantes sócio culturais ficaram definidos claramente a partir da década de 90, em virtude da plena conscientização do homem da necessidade de construir-se relações mais harmônicas com a natureza, com benefícios mútuos, fundamentalmente importantes para o cidadão que, paulatinamente, passou a valorizar o rural como espaço para usufruto do seu tempo de não-trabalho, para recreação, repouso, resgate das origens culturais, intercâmbio cultural, vivência de experiências autênticas em contato com a natureza e o *modus vivendi* (valores, manifestações culturais, modo de vida e de trabalho) característico das localidades.

¹⁶ O meio rural vem sendo usufruído por classes sociais de interesses bastante distintos. Os mais favorecidos economicamente utilizam-no, preferencialmente,

por ocasião da ampliação das estradas rodoviárias, do serviço de transporte coletivo, das facilidades de acesso ao automóvel¹⁷. Diante disso, a autora conclui que as fronteiras entre o urbano e o rural, na atualidade, estão cada vez mais flexíveis.

Os espaços rurais que, até então, eram entendidos apenas como local de trabalho das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias, destinados principalmente à produção de alimentos e de insumos, incorporam, definitivamente, diversos "aspectos relacionados ao lazer e ao ludismo", segundo Schneider & Fialho (2000, p.31). Assim, mediante inserção de equipamentos turísticos, a prestação de serviços como hospedagem, alimentação e atividades recreativas, a adequação das instalações e da infra-estrutura geral da propriedade rural e/ou a qualificação dos recursos humanos envolvidos com a atividade, o turismo rural pode gerar benefícios distintos aos atores envolvidos, tanto às famílias rurais quanto às urbanas.

Embora condicionadas por circunstâncias distintas, é cada vez maior o número de pessoas que, residindo na zona rural, precisa deslocar-se ao núcleo urbano para trabalhar. Com isso, Campanhola & Silva (2000, p.11) afirmam que "as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas, nem muito menos ocupadas em atividades agrícolas. Essa dissociação crescente entre local de residência e local de trabalho, que há muito já ocorreu nas cidades, é mais um indicador da urbanização dos campos brasileiros."

A partir do exposto, os referidos autores constataam: "já não se pode caracterizar mais o meio rural brasileiro como estritamente agrário" (p.11). Nesse sentido, para Carneiro (2002), o rural não pode mais ser entendido apenas "como sinônimo de espaço agrícola ou mesmo de espaço ocupado majoritariamente por atividades direta ou indiretamente ligadas à atividade agrícola".

como local para instalação de residência secundária, de sítios de lazer ou de condomínios rurais fechados, especialmente por valorizar alguns aspectos de que não dispõem mais nas zonas urbanas, como segurança, conforto, tranquilidade, ar puro, vegetação e lazer.

¹⁷ Isso viabilizou deslocamentos no território, encurtando as distâncias e estreitando as relações entre universos culturais e sociais distintos, marcadamente, entre o urbano e o rural, de alguma forma, favorecendo a ambos os segmentos.

Nessa perspectiva, o cenário rural passa a afirmar-se, hoje, a partir do crescimento de novos tipos de ocupações, não necessariamente agrícolas – *pluriatividade* das famílias agrícolas; e da presença de novas funções, que não exclusivamente a econômica, voltada à produção de alimentos – *multifuncionalidade* do espaço rural.

Segundo Carneiro (2002), as noções de *pluriatividade* e de *multifuncionalidade* têm sido freqüentemente abordadas (tanto nos países desenvolvidos como no Brasil) no debate sobre as mais recentes transformações em curso nas áreas rurais e cuja análise revela os contornos de uma nova trajetória para o desenvolvimento. Para Van der Ploeg *et al.* apud Knickel & Renting (2000), as características-chave dessa trajetória são a *diversidade* e a *multifuncionalidade*: *diversidade* que se reflete nos atores envolvidos, nas atividades em particular empreendidas e nos diversos tipos de motivações que emergem e, *multifuncionalidade* no sentido da provisão simultânea e inter-relacionada de diferentes funções à sociedade.

A tendência à pluriatividade, em certas regiões, segundo constata Carneiro (2002, p.226), “pode significar tanto um mecanismo da estratégia de reprodução social de famílias”, sem condições de se manterem apenas da renda gerada pela atividade agrícola, “como também pode expressar uma mudança no padrão de exploração agrícola”. Dessa forma, a noção de pluriatividade, combinada com a de multifuncionalidade, “alimenta a discussão sobre as características da ruralidade nos dias atuais”, como acrescenta a autora.

Nesse contexto, a noção de multifuncionalidade “é operacional como instrumento metodológico”, conforme Carneiro (2002), sendo apropriada para abordar e compreender a complexidade e diversidade que têm caracterizado as áreas rurais.

De um modo geral, o conceito da multifuncionalidade engloba em si uma série de benefícios, serviços e bens públicos, tangíveis e intangíveis, de natureza ambiental, cultural e humana que o meio rural é capaz de prover à sociedade como um todo¹⁸.

¹⁸ Para Carneiro (2002), sua maior contribuição estaria “na possibilidade de, através de uma lente (grande angular), perceber a agricultura em sua relação com as outras esferas do social”.

Entre as múltiplas funções do espaço rural, de alguma forma relacionadas a agricultura, pode-se sistematizá-las da seguinte maneira ¹⁹:

- a *recreativa* - ligada aos espaços de lazer e às práticas lúdico-recreativas em contato com a natureza e/ou as atividades agropecuárias;
- a *estética* - associada à beleza da diversidade de cores e formas dos elementos que compõem a paisagem rural;
- a *patrimonial* - associada à conservação da biodiversidade, à manutenção das construções rurais e dos saberes-fazeres tradicionais;
- a *social* - voltada à necessidade de garantirem-se as condições de permanência e de viabilidade da agricultura, para sobrevivência das comunidades e de seus valores culturais, com base em seus próprios meios de vida;
- a *terapêutica* - relativa às propriedades terapêutico-curativas da agricultura no tratamento dos desequilíbrios e enfermidades humanas;
- a *ambiental* - que se insere como norteadora no processo de otimização de inter-relações entre a agricultura e as propriedades físicas e biológicas do ambiente natural, e
- a *pedagógica* - que se utiliza da cultura e atividades humanas, dos recursos da natureza e das sinergias geradas a partir desta interação como instrumento para a educação do ser humano.

Sobretudo, tais funções sugerem uma nova perspectiva de análise do meio rural, então inserido no contexto da multifuncionalidade. (Fucks & Bricalli, 2002).

Embora resguardem suas especificidades, não apresentam fronteiras rigidamente definidas, o que faz com que uma função interaja no campo que é próprio à outra. Particularmente, as funções recreativa, estética, patrimonial, social, terapêutica e pedagógica, possuem grande interface com o turismo rural. Dessa forma, reafirma-se o importante papel estratégico que concerne à atividade, a qual surge como alternativa econômica para algumas regiões, capaz de alavancar o desenvolvimento a partir dos subsídios que proporciona às famílias rurais: melhoria dos níveis de inserção social, geração de renda não agrícola, estímulo à diversificação da produção rural e agregação de valor aos seus produtos.

¹⁹ Conforme Fucks & Bricalli (2002) e Almeida & Souza (2003).

2.2 Turismo e lazer: do urbano ao rural

Seguindo a evolução do fenômeno turístico, ao longo das principais transformações econômicas, tecnológicas e sócio-culturais produzidas pela passagem do capitalismo comercial ao industrial, percebe-se a amplitude e a complexidade que as atividades de turismo e lazer assumiram na sociedade contemporânea, exercendo influências em vários setores da vida humana (trabalho, sociedade, política, relações humanas, estilo de vida pessoal).

Apesar de reconhecidas as importantes funções que desempenham ao bem-estar pessoal e da coletividade, atuando na redução das tensões sociais de um modo geral, não se tem atribuído a importância devida a esse fenômeno, em franca expansão na atualidade²⁰. Por ora, no meio rural, o turismo manifesta-se em nuances diversas - muitas vezes, reunindo categorias distintas de empreendimentos turísticos sob uma mesma denominação - cuja emergência está ligada à satisfação de necessidades específicas da sociedade atual, cada vez mais carente de espaços livres, arborizados, nos quais possa reabilitar suas energias e enriquecer sua vida pessoal.

Assim, pretende-se situar a presente temática no contexto das inter-relações urbano-rural existentes, indutoras de muitas mudanças que estão em curso no espaço rural brasileiro, em que se podem contextualizar as diversas modalidades de turismo no meio rural. Desse modo, a abordagem dessa pesquisa focaliza as possibilidades de desenvolvimento do turismo rural, cujas experiências despontam dia-a-dia no território sul-rio-grandense, surgindo em resposta às novas demandas da sociedade contemporânea, que vem incorporando tais atividades ao seu estilo de vida.

Nos dias de hoje, especialmente, nota-se uma crescente valorização dos aspectos históricos e étnico-culturais imbricados com tais experiências, o que nos remete ao patrimônio arquitetônico rural (cultura material), de grandes potencialidades quanto ao seu

²⁰ Não raras vezes o lazer acaba ficando excessivamente atrelado à existência de recursos, tempo ou dinheiro para que seja levado em consideração. Contudo, segundo Dumazedier (2000, p.25), mesmo quando a ausência ou insuficiência dessas condições limita a prática do lazer “sua necessidade está presente e cada vez torna-se mais premente”.

aproveitamento como recurso turístico e educativo; temática que será abordada no tópico seguinte.

De um modo geral, a discussão que permeia todo o trabalho está centrada na percepção do turismo rural enquanto estratégia ou alternativa econômica, por meio da qual é possível angariar importantes contribuições econômicas e sócio culturais ao desenvolvimento, as quais passam fundamentalmente pela melhoria da situação de vida das famílias envolvidas, direta ou indiretamente com a atividade.

Considerando que o turismo e o lazer são fenômenos tipicamente urbanos, buscou-se resgatá-los em suas origens para melhor compreendê-los e, assim, averiguar de que forma podem contribuir ao desenvolvimento, minimizando os problemas concernentes às sociedades urbana e rural.

Sabe-se que o fenômeno turístico afirmou-se como uma tendência mundial em meados do séc.XIX²¹. De um modo geral, vários autores (Campos & Gonçalves, 1998; Pires, M. J., 2002) consideram que o seu fortalecimento e organização estariam ligados às importantes transformações iniciadas ao final do séc. XVIII, produzidas a partir da conversão do capitalismo comercial ou mercantil ao industrial²². Para Camargo (1998, p.10-11), tais transformações decorreram basicamente da “modificação na forma de trabalhar e de se divertir, observada na passagem do trabalho artesanal, predominantemente rural, característico da Idade Média, para o trabalho industrial, de um modo geral urbano, dos tempos modernos”.

Nessa mesma linha, Krippendorf (2000, p.15) salienta que apesar de antigamente as tarefas serem mais difíceis e trabalhosas ao homem mostravam-se mais adaptadas ao clima, com um ritmo definido pelas estações do ano e condicionado pelas relações sociais, familiares ou

²¹ O turismo ser caracterizado pelo fluxo temporário de pessoas que partem do seu local de origem (cidade, região, país) em direção a um determinado destino turístico, e pela movimentação de recursos financeiros gerados a partir de tais deslocamentos (Campos & Gonçalves, 1998).

²² O avanço das pesquisas tecnológicas, produzindo equipamentos para transformação da matéria-prima em bens de consumo e atividades específicas; a organização e racionalização da produção industrial; o prestígio da economia urbana em expansão; o crescimento das cidades e a nítida separação entre os espaços de moradia e trabalho são fatores decorrentes do capitalismo industrial.

religiosas (jogos, festas populares, obrigações ditadas por regras pré-estabelecidas no grupo).

Assim, com o desenvolvimento da sociedade industrial, as atividades passam a ser executadas de maneira bastante racional, organizada, repetitiva e fragmentária, num ritmo mais acelerado e intenso que no séc.XIX. Com isso, modificaram-se, consideravelmente, as estruturas sociais existentes, complexificando-as.

Embora o progresso tecnológico tenha auxiliado na execução das tarefas diárias; também provocou a gradativa substituição da força física humana por máquinas e equipamentos automatizados, liberando mão-de-obra assalariada, o que gerou elevados índices de desemprego.

Com a mecanização da agricultura, um grande contingente de rurais saiu em busca de melhores perspectivas de vida e de trabalho nas cidades (onde floresciam oportunidades nas indústrias, no comércio e nos serviços que as abasteciam). Inicialmente, foram absorvidos nas indústrias como mão-de-obra barata (pouco qualificada e abundante), contribuindo para a expansão dos aglomerados urbanos em formação que, crescendo de forma rápida e desordenada, levaram ao inchaço das cidades. Com a automação industrial, muitos acabaram destituídos de suas funções, passando a viver marginalizados, em áreas da periferia urbana (nos cortiços ou favelas) carentes de saneamento básico, assistência social, médica e educacional. Dessa forma, contribuíram para a formação de grandes bolsões de miséria.

Segundo Dumazedier (2000) e Barretto (1995), o novo modelo de vida e de trabalho, fundado com a urbanização e a industrialização provocou uma maior fadiga nos trabalhadores, com isso impondo-lhes a necessidade de descanso, de lazer e de evasão do cotidiano (das condições ambientais, de trabalho, de moradia e de vida social).

Sobretudo, a evolução dos transportes e das técnicas de comunicação de massa (imprensa, cinema, rádio, televisão), o desenvolvimento das associações e grupos, bem como dos produtos da tecnologia, vieram a reforçar o sentimento de prazer obtido com o lazer e fundaram uma nova ordem – a cultura do consumo do efêmero. A partir de então, há uma tendência à valorização do privado e do individual, em detrimento do coletivo, buscando-se cada vez mais a satisfação dos desejos e predileções pessoais que, desse modo, passam a ingressar no rol das prioridades humanas.

No Brasil, o lazer e, por extensão, o turismo, adquiriram maior significado para as camadas populares com as conquistas do proletariado industrial, durante o Governo Vargas (1930 – 1945)²³. “Para o trabalhador, a elevação do nível de vida apresentou-se acompanhada pela crescente elevação do número de horas livres”, criando um ambiente favorável às viagens como afirma Dumazedier (2000, p.24). Tais medidas revolucionaram os valores, os hábitos e o modo de vida das pessoas, tornando o tempo livre e de férias uma necessidade para recompor as energias despendidas com o trabalho e, ainda, um costume social. Assim, conforme Campos & Gonçalves (1998, p.13), “afirma-se o conceito de lazer que ganha sentido de tempo livre para que os indivíduos possam viver melhor”²⁴.

Por outro lado, incorpora-se definitivamente o lazer como um bem de consumo, com isso gerando um rol de oportunidades no mercado para o turismo, como conclui Pires, M. J. (2001)²⁵.

Nessa perspectiva, as viagens são convertidas em objeto de consumo e símbolo de prestígio social, cada vez mais sendo estimuladas pelas campanhas publicitárias que, na maioria dos casos, passam a introjetá-las artificialmente às necessidades básicas do ser humano, reforçando o sentimento de exclusão das classes economicamente menos favorecidas e evidenciando as grandes disparidades e contradições

²³ Entre as conquistas sociais estão a redução da jornada de trabalho, legalizada em 8 horas; instituição do salário mínimo; a liberação do trabalho nos fins de semana; a remuneração das férias individuais e o direito à aposentadoria.

²⁴ Sobretudo, nos dias de hoje, passou-se a valorizar o contato com outros povos e outras culturas, inclusive como forma de ampliar o conhecimento e o próprio entendimento acerca do caráter e do modo de vida do ser humano (Campos & Gonçalves, 1998; Rodrigues, 1997; Gonçalves, 1998).

²⁵ Segundo Camargo (2002), as aspirações humanas de reencontrar o paraíso perdido, delineado pelo imaginário, surgiram basicamente em função da divisão do tempo social de trabalho - que gera o lazer ou o não trabalho - combinada às pressões sociais e à necessidade de evasão do cotidiano. Sendo assim, qualquer produto turístico que venha a ser disponibilizado no mercado não surge ao acaso, mas em resposta a uma demanda da própria sociedade, com a intenção de atender aos desejos e sonhos permeados no imaginário das pessoas.

sociais²⁶. Para Rodrigues apud Portuguesez (1997, p.181), “trata-se de uma necessidade manipulada e até mesmo fabricada pelo capitalismo”.

Não obstante, a mídia atua direcionando o fluxo de pessoas (demanda turística) para determinados lugares. Assim, perdurou por longo tempo a ênfase no modelo ‘sol e praia’ que, na atualidade, vem cedendo espaço para roteiros mais alternativos, não massificados, em que há maior proximidade com a natureza e os valores históricos e culturais das localidades visitadas. Parece ser esse o novo vetor de deslocamentos de turistas nos próximos tempos; se depender da mídia não há o que duvidar.

No contexto atual, o turismo – impulsionado pelo desejo de viajar, pelo prazer proporcionado pela descoberta de novos lugares, pelo contato com outras pessoas e outras culturas – vem sendo incorporado, cada vez mais, ao próprio estilo de vida de um número significativo de pessoas que dispõem de recursos e tempo livre para usufruí-lo.

Na prática, sabe-se que o crescimento do lazer não beneficia igualmente a todas as camadas sociais; pois para a grande maioria a parte recuperada do trabalho profissional (angariada com a redução da jornada de trabalho e a sua liberação nos fins de semana) não se converteu integralmente em lazer. Segundo Dumazedier (2000), muitas pessoas acabam realizando tarefas complementares para aumentar a renda (segunda profissão), enquanto outras se dedicam a atividades manuais utilitárias (semilazer), que embora vinculadas ao setor das obrigações, em parte, podem funcionar como lazer. Contudo, em praticamente todos os meios sociais, as horas de lazer acabam sendo ainda menos numerosas para as mulheres do que para os homens, segundo constata o autor.

O lazer vem sofrendo profundas mudanças desde que foram elaboradas as ideologias que assentaram as bases e valores da nossa sociedade. Em sua evolução, a idéia de lazer que já esteve associada à ociosidade²⁷, passa a afirmar-se com a sociedade industrial, como um

²⁶ Assim, o surgimento do turismo, estreitamente vinculado ao capitalismo e ao ritmo acelerado da evolução tecnológica, iniciada em 1950, não aparece como um fato isolado, pois como afirmam Campos & Gonçalves (1998, p.16): “É o capitalismo que determina quem viaja, e a tecnologia diz como”.

²⁷ O capitalismo ressaltava a necessidade de acumulação de capital e a importância do trabalho, que era considerado “a essência do homem”, condenando toda ocupação que não tivesse alguma serventia: “O trabalho justifica o ganho e toda

valor e uma possibilidade atraente. No contexto atual, o lazer encontra mais facilmente a sua definição, sobretudo, quando considerado em oposição ao conjunto de necessidades, obrigações e preocupações da vida cotidiana, como expõe Dumazedier (2000).

Assim, a diversão, o lazer e o entretenimento ressurgem com vigor na atualidade, trazendo novos aportes para o desenvolvimento da sociedade.

No entanto, ainda hoje o modelo de vida continua demasiadamente atrelado ao trabalho, cuja realização, entre outras compensações, dá o direito a gozar-se das férias e sente-se necessidade destas para reconstituir o equilíbrio psico-fisiológico e retomar as atividades profissionais. Assim, conforme Krippendorf (2000, p.16), a cada vez que se experimenta a fugacidade do turismo, sente-se necessidade de voltar à estabilidade benéfica do dia-a-dia, nascendo daí a própria dinâmica do ciclo. Dessa forma, todo o sistema se organiza numa espécie de alternância no “ciclo de reconstituição do ser humano na sociedade industrial”, como expõe o autor.

Desse modo, o turismo “funciona como uma terapia para a sociedade” e uma válvula de escape, que proporciona a ruptura com o cotidiano, exercendo “um efeito estabilizador não apenas sobre o indivíduo, mas também sobre toda a sociedade e a economia”, como conclui Krippendorf (2000, p.16)²⁸. Reside aí sua importância e contribuição na redução das tensões sociais, conforme mencionado outrora²⁹.

atividade inútil à sociedade é uma atividade menor” (Marx apud Dumazedier, 2000, p.25).

²⁸ Segundo o autor, na fuga do cotidiano, de um modo geral proporcionada pelas viagens de recreação e lazer, os atrativos do lugar como o clima, a natureza e a paisagem, a cultura e os seres humanos das regiões visitadas são transmutados em ‘espaços terapêuticos’

²⁹ Nesse sentido, é oportuno retomar o conceito de multifuncionalidade do espaço rural, sobretudo destacando o papel desempenhado pelas funções recreativa e terapêutica, cuja interface com as atividades de turismo e lazer, traduz-se em benefícios à saúde e ao bem-estar da coletividade. Tal temática foi abordada em maior profundidade no tópico anterior deste trabalho e, de alguma forma, é aludida no pensamento de Krippendorf (2000) entre outros autores anteriormente mencionados.

Dada a amplitude do seu alcance e os inúmeros benefícios que o turismo e o lazer podem propiciar à vida individual e à coletividade, essas atividades têm encontrado grande significação no modelo de vida da sociedade contemporânea³⁰. Prova disso são as crescentes reivindicações por espaços livres e arborizados nas cidades e, ainda, o grande fascínio pelas residências secundárias e pelas viagens que, ultimamente vem sendo direcionadas também às zonas rurais do interior e a serra, quebrando a hegemonia do litoral (modelo sol-praia) como destino turístico preferencial³¹.

A partir de então, emerge um outro perfil de turista, mais interessado em usufruir produtos e serviços diferenciados, instalações que tirem partido das peculiaridades regionais, que os façam esquecer os hábitos rigorosos e o ritmo atribulado da vida urbana, com os seus compromissos e horários, poluição, violência, ruídos e congestionamentos.

O lazer no meio rural pode funcionar como uma dupla ruptura, conforme Dumazedier (2000), pois além de cessar as obrigações impostas pelo modo de vida (profissional, familiar, social), permitindo o descanso, a recreação e o entretenimento num ambiente diverso do cotidiano, também propicia o reexame das rotinas, dos valores e idéias pré-concebidas, estimulando a tomada de consciência sobre os fatores e circunstâncias que determinam a própria existência do ser humano³².

³⁰ Há de considerar-se a crescente diversificação das atividades humanas e o aumento na oferta de espaços criados para que os indivíduos desfrutem plena e agradavelmente do seu tempo livre. Com isso, inúmeras instalações e equipamentos vieram a ser concebidos para atender, de modo especial, a necessidades esportivas, lúdico-recreativas, turísticas, de repouso, de reabilitação da saúde física e mental do ser humano.

³¹ As motivações da viagem - satisfação de um desejo pessoal, curiosidade, distração, descanso, prática de esportes, divertimento, busca de conhecimento e formação educacional ou cultural, resgate das origens familiares, intercâmbio cultural - compõem os segmentos da demanda turística, também diversificada por nível socioeconômico, cultural, faixa etária (infanto-juvenil, adultos, terceira idade ou misto), sexo, preferências, período e duração da viagem. Tais elementos constituem os aportes para o estabelecimento do perfil do público que busca, cada vez mais, vivenciar o turismo rural (Fucks, 1999).

³² Na atualidade, os deslocamentos do meio urbano ao rural têm sido crescentemente valorizados como forma de ampliar os conhecimentos por meio

O intercâmbio cultural, o contato com a natureza e com os valores da cultura rural (contemplação da paisagem rural, atividades agropecuárias, gastronomia, música, linguajar, aspectos histórico-culturais, valores, *modus vivendi*, costumes e cotidiano da vida no campo), experienciados pelo turista/visitante, fazem do seu tempo de lazer um tempo de fruição, em que há espaço para integração, aprendizagem e aquisição de conhecimentos.

A experiência da viagem pode envolver práticas as mais diversas, com roteiros a cavalo (cavalgadas ou turismo equestre), a pé (caminhadas) ou utilizando-se de outro tipo de transporte (jipe, charrete, carroça, automóvel particular), percorrendo uma ou mais localidades do interior e/ou propriedades, em períodos de tempo pré-determinados ou não, que podem incluir a prestação de serviços turísticos, tais como alimentação, hospedagem, atividades de recreação passiva e/ou ativa integradas à natureza e/ou às práticas agropecuárias da propriedade.

Tratando-se do turismo rural, a oferta natural da localidade (ar puro, tranqüilidade, recursos da flora e da fauna, atividades relacionadas à oferta aquática e agropecuária, incluindo-se as configurações regionais ligadas à topografia e ao clima), assume papel relevante na organização do produto turístico rural. Segundo Almeida (2000), uma das maiores particularidades que lhe cabe é justamente a *ruralidade*, ou seja, as características inerentes ao ambiente rural com sua cultura e *modus vivendi*, a arquitetura produzida, suas paisagens e demais bens não-materiais, que embora não tenham sido produzidos especificamente aos turistas, são consumidos por eles.

As próprias atividades de cultivo e criação de animais, entre outras realizadas especificamente no espaço rural, contribuem para a formação de um espaço geográfico particularizado³³, ou seja, de um

do intercâmbio cultural, da vivência de experiências autênticas no contato com a natureza e com os valores étnico-culturais e históricos do meio rural.

³³ A leitura da paisagem como um recorte visível do espaço geográfico - que sintetiza os diversos tempos responsáveis pela atual fisionomia do lugar - é um recurso (pedagógico) que permite desenvolver uma série de capacidades (observação de formas, de elementos constitutivos, de funções; análise; reflexão crítica) e atitudes, sendo importante tanto para ampliar o conhecimento geográfico em si, como para uma melhor compreensão do mundo e do papel de cada um, inserido nesse contexto. Relaciona-se com o conceito de lugar que,

cenário de beleza singular, concebido a partir da coexistência entre formas naturais e humanizadas que concorrem para a construção da paisagem cultural rural e da identidade do lugar.

A crescente demanda turística voltada ao rural está permeada pela percepção humana das paisagens que representam esses ambientes. Segundo Pires, P. dos S. (2001, p.117) “a atratividade das paisagens rurais é devida ao legado da humanização dessa mesma natureza”, por meio de atividades agropastoris, explorando de forma diferenciada o solo (uso intensivo, extensivo ou diversificado), e de outros aspectos da ocupação do espaço (estruturas artificiais erigidas pelo homem, processos de mecanização da agricultura, de urbanização e de industrialização, fenômeno turístico), impregnados pela herança sócio-cultural de seus protagonistas.

Nesse sentido, Mayaudón *apud* Beni (1998, p.362) referiu-se à influência humana na paisagem, afirmando que “o meio ambiente humano não é um simples conjunto de condições naturais: é a imagem da população que o criou com base em suas crenças, mitos e aspirações”.

Entre os vários significados de *paisagem*, interessa ao estudo a sua abordagem sob a dimensão cultural, proposta por Jordana *apud* Pires, P. dos S. (2001, p.119), “que considera a paisagem um recurso no sentido humano de sua modificação, em que o homem atua como o seu agente modelador”.

Assim, as paisagens culturais constituem-se como testemunhos ou registros do nosso passado histórico, tendo resultado da ação humana sobre os ecossistemas naturais e territórios colonizados e da acumulação de informações (cultura, história, sociedade) ao longo do tempo, num determinado espaço. “Uma fonte riquíssima de dados sobre pessoas e sociedades que as foram modelando”, como conclui Pires, P. dos S. (2001, p.127).

Tendo isso em vista, o meio rural brasileiro detém uma grande riqueza cultural, pois “apresenta-se pleno de marcas e registros da passagem pretérita e atual do homem”, que nele foi criando ambientes culturais os mais diversos. Dessa forma, a paisagem pode ser considerada

segundo Durán *apud* Schäffer (1998), tem o sentido do pertencimento a uma localização concreta, onde estão as referências pessoais e a experiência cotidiana de cada um.

um elemento substancial do fenômeno turístico, ou seja, “um recurso de grande valor no desenvolvimento e na consolidação da oferta turística” (Pires, P. dos S., 2001, p.127).

Sendo assim, o potencial turístico do meio rural encontra-se praticamente indissociado do cenário rural, ou seja, da paisagem cultural rural, cuja configuração é o produto da mescla dos elementos geográficos naturais, próprios do território³⁴ com outros componentes resultantes da ação antrópica e dos assentamentos humanos³⁵. A contribuição de cada variável e as associações estabelecidas entre si determinam especificidades locais e regionais, no tocante aos aspectos naturais e artificiais (históricos e culturais).

De acordo com essa concepção cultural da paisagem, os territórios dispõem de uma vultosa riqueza quanto aos seus recursos patrimoniais (Nogueira i Font *apud* Pires, P. dos S., 2001), cujo aproveitamento como recurso educacional e turístico é capaz de fomentar o desenvolvimento sustentável, abarcando conjuntamente as esferas econômica, social e cultural.

³⁴ Tais como o clima, a vegetação (florestas, matas), a hidrografia (cascatas, rios, cursos d'água) e o relevo (planícies, coxilhas, serra).

³⁵ Tais componentes estão relacionados às formas diferenciadas de uso do solo, como os cultivos agrícolas (pastagens cultivadas, plantações as mais diversas), e a uma série de elementos construídos artificialmente pelo homem para suprir suas necessidades de alimentação, abrigo, moradia, produção, armazenamento e beneficiamento, em diferentes períodos. Entre os elementos típicos que caracterizam o meio rural, conforme Pires, P. dos S. (2001), estão as obras de engenharia (rodas d'água, moinhos, ferrarias, adegas), as instalações e benfeitorias rústicas (fornos, estábulos, mangueiras, poteiros, galpões, açudes), as pontes e passagens rústicas, as estradas e caminhos de terra, as cercas e divisores (de vegetação, pedra ou aramado), as moradias com estilo arquitetônico, não raras vezes etnicamente bastante representativo, as construções isoladas como escolas, capelas ou igrejas, as fortificações e cemitérios antigos.

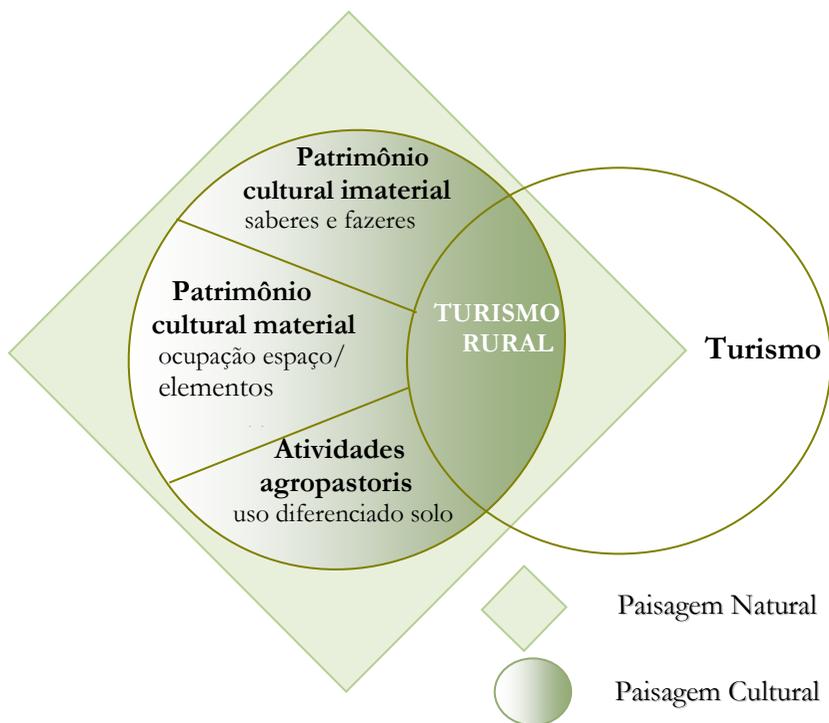


FIGURA 1 – Esquema ilustrativo dos atrativos rurais e da segmentação do turismo
FONTE – Elaborado pela autora.

Por ser significativo e diverso, o patrimônio de recursos do meio rural é capaz de satisfazer as necessidades básicas dos povos, criar condições para a melhoria da qualidade de vida das populações e proporcionar uma base adequada para um desenvolvimento mais produtivo e igualitário. Isso é possível desde que se respeitem os limites impostos pelos recursos próprios dos ecossistemas locais e regionais.

A atividade turística rural - quando inserida na perspectiva do desenvolvimento local, ou seja, com instalações e equipamentos compatíveis com a pequena escala requerida para sua implantação, priorizando o aproveitamento da infra-estrutura e dos recursos existentes e ainda, valorizando adequadamente os ambientes rurais e as especificidades inerentes a cada localidade - pode atuar como um vetor do desenvolvimento socioeconômico e cultural.

2.3 Cultura, patrimônio arquitetônico e turismo rural

2.3.1. As interfaces de uma profícua relação

Ao apreciar a grande diversidade e riqueza da cultura inerente ao espaço rural brasileiro deve-se levar em conta a contribuição dos vários fatores que assim a definem:

- a grande extensão territorial do país, abarcando regiões bastante particularizadas e, ao mesmo tempo, muito ricas em recursos patrimoniais (naturais, culturais e paisagísticos);
- as distintas fases do processo histórico de apropriação e colonização do nosso território, marcada pelas correntes imigratórias, pelas incursões militares e pela evolução dos ciclos econômicos (do gado, da cana-de-açúcar, do ouro e do diamante, da borracha, do café), baseados nas atividades extrativista vegetal e mineral, da pecuária e da agricultura;
- os vestígios do patrimônio paleontológico (restos ou evidências de organismos fósseis), elementos-chave para o estudo da evolução dos seres vivos e da história humana;
- a presença aborígine (indígenas, nativos) e de grupos sociais primitivos.

Ambos deixaram como vestígios um diversificado patrimônio histórico-cultural que, juntamente com os aspectos geográficos, conformam paisagens regionalizadas, com características singulares (Rodrigues, 2000). Tais componentes têm desempenhado um papel relevante no desenvolvimento de uma oferta turística rural igualmente diversificada.

A natureza heterogênea da sociedade rural, dos seus sistemas produtivos, do seu entorno ecológico e a pluralidade que caracteriza sua cultura (quanto ao modo de viver, de trabalhar a terra, de morar, de prover o alimento e o sustento da família), sem dúvida, são uma riqueza potencial quanto às possibilidades do seu aproveitamento pelo turismo rural. No entanto, requerem políticas diferenciadas que levem em conta tais especificidades, reconhecendo as potencialidades específicas dos diferentes grupos que compõem a sociedade rural.

Tal diversidade e riqueza reafirmam-se uma vez considerado o exposto por Camargo (2002): todos os grupos sociais são portadores de

cultura, cujas aspirações e atividades, através dos tempos, são manifestas na paisagem e concretizadas por meio dos bens patrimoniais (arquitetura e artes em geral). Esses recursos constituem-se como importantes elementos de atratividade a serem incorporados à oferta turística do lugar, o que é particularmente relevante para as localidades desprovidas de grandes belezas naturais ou sujeitas a um fluxo sazonal de visitantes, condicionado ao clima ou às estações do ano.

Com isso, vislumbra-se uma multiplicidade de oportunidades de inserção socioeconômica das famílias a partir do turismo, o qual pode estruturar-se de maneira bastante particularizada: quer seja em função das características do patrimônio de recursos da propriedade, localidade e/ou região (herança histórico-cultural, recursos naturais, patrimoniais e paisagísticos), da agricultura (tradicional ou moderna) e demais atividades praticadas ou dos serviços turísticos a serem prestados (atendimento, recepção, hospedagem, alimentação, lazer, comercialização de produtos – alimentícios e do artesanato).

De um modo geral, o potencial econômico da atividade está, de alguma forma, relacionado aos *atrativos naturais* (clima, configuração física) e *artificiais* (atividade, bens ou acontecimentos representativos dos aspectos étnicos, históricos e culturais) - especificados por Campos & Gonçalves (1998) - da própria localidade e região onde o turismo rural se desenvolve. Entretanto, segundo Schneider & Fialho (2000, p.32), o referido potencial não está condicionado necessariamente a presença de recursos naturais extraordinários. Mas, acima de tudo, requer aspectos culturais bastante desenvolvidos, o que implica incluir à oferta turística uma arquitetura apreciável e uma gastronomia característica e, ainda, privilegiar a conservação dos costumes e hábitos da população para que a região venha a tornar-se atrativa como um todo³⁶.

Nesse contexto, descortinam-se novas possibilidades de aproveitamento dos remanescentes arquitetônicos que podem ser convenientemente apropriados como recurso turístico e educativo,

³⁶ Contudo, a formatação do produto turístico exige além da organização dos atrativos, quer naturais ou culturais, um adequado planejamento e comercialização de todo o conjunto de bens e serviços que são indispensáveis para bem receber as pessoas que os procuram, como salientam Moleta & Goidanich (1999).

fomentando o turismo cultural rural e, conseqüentemente, trazendo novos aportes ao desenvolvimento das localidades.

Da preocupação em conservar esse patrimônio para usufruto das gerações presente e futura, surge a possibilidade de se encontrar caminhos por meio dos quais essas manifestações da cultura venham a ser utilizadas para o enriquecimento da vida cultural da sociedade: um deles aponta para a redescoberta do patrimônio por intermédio do turismo.

É importante considerar algumas circunstâncias abaixo elencadas que, conjuntamente, colaboraram no sentido de criar um ambiente propício ao desenvolvimento das atividades de turismo e lazer no espaço rural:

- a existência de exemplares do patrimônio arquitetônico rural - de relevada significação histórico-cultural e valor artístico, que resistiram aos episódios de um passado, do qual o patrimônio é representativo³⁷, e às ameaças de deteriorar-se no tempo por força das ações especulativa e predatória humanas (intencionalidade), ou pela própria omissão e abandono (desinteresse) de parte do poder público ou dos proprietários;
- o crescente interesse das pessoas pelo usufruto das áreas rurais no seu tempo de não-trabalho, as quais passaram a valorizar as diversas manifestações da cultura e do *modus vivendi* rural e
- as dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias no campo, para conservar o seu patrimônio e subsistir apenas da renda das atividades agropecuárias tradicionais.

Diante dessas condições e motivados, principalmente, pela necessidade premente de melhorar-se os níveis de inserção social, a renda familiar auferida na propriedade e a qualidade de vida, os indivíduos, a coletividade e o poder público mostram-se predispostos a uma mudança de mentalidade. Com isso, percebe-se ampliar o potencial criativo e participativo dos atores sociais, o que se traduz em novas

³⁷ O patrimônio arquitetônico rural afirma-se como expressão materializada das transformações produzidas historicamente pelos grupos sociais, que o moldam em seu habitat e dele se utilizam para satisfazer as suas necessidades em diferentes períodos.

iniciativas e empreendedorismo, conseqüentemente levando a um processo de renovação do mundo rural.

O contínuo e lento processo evolutivo da sociedade brasileira, também responsável pela configuração das construções rurais - cujas características exprimem as circunstâncias socioeconômicas, culturais e políticas vigentes, num dado espaço geográfico e período de tempo determinado - e pelas suas sucessivas transformações, advindas da necessidade de sua adaptação (forma, função) às exigências do ser humano em diferentes períodos históricos, instiga-nos a conhecer os remanescentes da arquitetura rural (cultura material).

O conhecimento *in loco* do patrimônio, desperta ainda mais a curiosidade pela sua história, pela cultura, modo de vida e de trabalho de seus protagonistas. Com isso, propicia-se a reflexão acerca das próprias origens e raízes culturais no passado, bem como o questionamento sobre a pluralidade dos contextos culturais e as desigualdades econômico-sociais presentes na sociedade³⁸.

Nesse sentido, o estudo tratará de incluir em sua abordagem as questões relativas à influência do patrimônio na produção das paisagens culturais rurais; à importância da sua interpretação para a compreensão do passado histórico-cultural que a todos interessa resgatar e preservar e à necessidade de sua conservação, para que permaneça através dos tempos servindo como referência à memória dos povos e elo com o passado, conforme exposto por Barretto (2001)³⁹. Desse modo, o homem pode melhor compreender-se e situar-se adequadamente no contexto presente.

Nessa perspectiva, descortinam-se inúmeras possibilidades de aproveitamento turístico do patrimônio arquitetônico rural, um componente a mais que pode estimular o turismo em propriedades históricas do Rio Grande do Sul e também ampliar a oferta turística dos

³⁸ Sem questionar o mérito concernente à arquitetura oficial e aos patrimônios que figuram como símbolos da nacionalidade, há de se considerar que os exemplares da arquitetura antiga que subsistem nos dias atuais constituem, em sua grande maioria, representações de uma classe social emergente e dominante, cujas prioridades e poderio sobrepujam as camadas sociais menos favorecidas economicamente - sob seu domínio e influência.

³⁹ Para Barretto (2001, p.104), “a valorização do patrimônio a partir do turismo, significa o reencontro da identidade dos povos e países”.

municípios. Para Rodrigues (1999), um incremento na oferta de atrativos é sempre necessário para que o turismo venha realmente a se consolidar num município. E ainda, conforme exposto por Moletta & Goidanich (1999), uma combinação dos atrativos tende sempre a ser mais eficaz que apenas um.

No entanto, ainda hoje, percebe-se que muitas comunidades não despertaram para a utilização, como recurso turístico e educativo, do seu *patrimônio cultural*, o qual é constituído pelos diversos aspectos materiais e imateriais da sua história e cultura. Engloba, hoje, o *modus vivendi*, os saberes-fazeres, o artesanato, o vestuário nativo, a culinária e gastronomia, as moradias e arquiteturas típicas, os costumes e as particularidades da vida folclórica, das festas típicas e demais manifestações artístico-culturais, marcantes da localidade ou região. A potencialidade de tais recursos pode viabilizar o turismo cultural⁴⁰.

Para Funary & Pinsky (2001), o turismo cultural efetiva-se quando da apropriação de algo que pode ser caracterizado como *bem cultural*⁴¹.

Segundo Moletta & Goidanich (1998), algumas propriedades rurais podem também proporcionar um turismo cultural na medida em que sua atividade agropecuária ceda espaço à implantação de alguns serviços turísticos essenciais na propriedade, em que se permita o acesso e se propiciem situações de interação entre os visitantes e/ou turistas e o referido patrimônio. Dessa forma, percebe-se a forte correlação que é possível estabelecer entre turismo cultural e o turismo rural.

Para muitas famílias empreendedoras, a decisão pela estruturação do turismo rural na propriedade surge como oportunidade de complementação da renda agrícola, de valorização do patrimônio de recursos da propriedade (sobretudo no que diz respeito ao patrimônio

⁴⁰ Segundo Campo & Gonçalves (1998), basicamente o turismo cultural pode ser caracterizado pelo interesse em manter contato com outros povos, outras culturas, monumentos artísticos, sítios arqueológicos, visando ao enriquecimento cultural.

⁴¹ É bastante diversificado o universo pertinente aos bens culturais, em que se incluem tanto os bens imóveis (núcleos urbanos, bens individuais, sítios arqueológicos e paisagísticos) como os bens móveis (coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, arquivísticos, bibliográficos, videográficos, fotográficos e cinematográficos).

arquitetônico), do modo de vida e de trabalho no meio rural e, ainda, como meio de superar a sensação de isolamento a que ficam sujeitas muitas pessoas em situação de viuvez e/ou de aposentadoria - o que vem ao encontro dos interesses da família. Além disso, também é uma forma de evitar que a propriedade se torne um ponto de encontro ocasional e inesperado dos visitantes o que, na maioria das vezes, acaba interferindo na privacidade dos familiares e comprometendo o andamento normal das atividades produtivas da propriedade.

De fato, o turismo rural “pode ser reconhecido como vetor de diversificação das atividades não agrícolas, a que cabe o papel fundamental de complemento de atividades e rendimentos, de reforço da identidade e da imagem dos lugares, bem como da auto-estima das populações, com seus valores e suas culturas”, como exposto por Cavaco (2001, p.19). Além disso, a autora reitera seu papel na conservação e gestão da diversidade das paisagens e do patrimônio edificado cujos traços arquitetônicos singulares são motivo de atração turística.

As contribuições do turismo rural vão muito além do incentivo à valorização da cultura imaterial e do patrimônio edificado rural, que ocorrem por intermédio do estímulo ao resgate das raízes histórico-culturais, despertando a curiosidade e o interesse tanto dos proprietários e residentes quanto dos visitantes. Sobretudo, trata-se de um meio viável para dispor de recursos financeiros necessários à recuperação física desse patrimônio e à revitalização econômica e social o que, segundo Cavaco (2001) e Elesbão (2002), é relevante especialmente às áreas rurais menos favorecidas, em termos da abundância dos seus recursos naturais ou de espaços próprios ao cultivo (com limitadas opções de produção agrícola) e proporcionalmente mais suscetíveis à desertificação humana, ao empobrecimento da agricultura e à estagnação da sua economia, quer seja em função da crise do setor agropecuário e/ou das advertências físico-produtivas que caracterizam seu território.

Assim, a estruturação do turismo na propriedade constitui-se, pois, numa alternativa econômica, capaz de aumentar os ganhos da família, a partir da geração de renda não agrícola e da agregação de valor à sua produção agropecuária. Dessa forma, a atividade turística viabiliza recursos para a conservação do seu patrimônio e subsídios (renda, ocupação, auto-estima) para a sua permanência no campo.

As inúmeras oportunidades centradas no desenvolvimento humano, com base na utilização do patrimônio de recursos endógenos do nosso território, parecem ser a estratégia central a partir da qual se pode mitigar os sérios problemas econômicos, psico-sociológicos e ambientais que afetam, ainda que de maneira distinta, ambos os segmentos da sociedade (o urbano e o rural) e, ainda, redistribuir os benefícios oportunizados pelo desenvolvimento.

Ainda que se parta de uma visão integrada dos ecossistemas, valorizando equiparadamente as variáveis numa perspectiva de longo prazo, inevitavelmente o desenvolvimento manter-se-á estreitamente ligado ao uso dos recursos desse patrimônio.

2.3.2 A percepção do patrimônio na atualidade

Para Ferreira (1999), o termo *patrimônio* pode ser entendido como “bem, ou um conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país, ou para a humanidade”.

De um modo geral, o ambiente a ser apropriado pelo turismo pode referir-se tanto ao ambiente natural quanto ao sócio-cultural, como expõe Rodrigues (1997). Embora os recursos empregados na construção desses espaços - natureza e cultura, respectivamente - apresentem-se praticamente indissociados na paisagem⁴², segundo Barretto (2000), é possível conceber-se distintamente as noções de patrimônio natural⁴³ e cultural⁴⁴.

⁴² Já em 1972, “a UNESCO admitira a expressão paisagens culturais para caracterizar as interações entre o homem e o ambiente natural, somando aspectos da construção humana que permanecem em certas comunidades”, o que propicia uma maior compreensão, evitando a dicotomia entre patrimônio natural e cultural (Azevedo, 1998, p.153).

⁴³ O patrimônio natural refere-se aos recursos próprios da natureza, incluindo todas as fontes de riquezas materiais que existem em estado natural (florestas, reservas minerais, etc) são classificados como patrimônio natural.

⁴⁴ Para Barretto (2000, p.11), o patrimônio cultural pode ser hoje definido como “o conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças, formas de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade”.

No que tange à cultura, o conceito primitivo de patrimônio, surgido no pós II Guerra Mundial, estava associado à idéia de algo grandioso, imponente, com um valor excepcional do ponto de vista da arte ou da ciência, em que se enquadravam monumentos, conjuntos construídos e sítios arqueológicos (Azevedo, 1998). Porém, essa concepção restritiva do patrimônio está superada desde os anos 70, quando se registrou uma maior preocupação com os bens culturais e a própria degradação ambiental, voltando-se também à ecologia.

Assim, conforme Camargo (2002), no Brasil do séc. XIX não existia qualquer noção de patrimônio ou de bens patrimoniais. A preocupação social com a preservação da cultura material é algo presente nas duas primeiras décadas do século XX, afirmando-se como uma necessidade, na medida em que o grau de destruição e abandono foi se acentuando, por ocasião do processo de revolução industrial. Nesse sentido, compara o autor: “são características das sociedades industriais o lazer e o turismo, tanto quanto a preservação ou a conservação do patrimônio cultural” (p.15).

Segundo Pelegrini Filho (1993), em 1937, com a criação do SPHAN que enfatizava a preservação de bens culturais, é que se leva a cabo a preocupação com o patrimônio cultural. Foi assim que, a partir da década de 30, os bens culturais passaram também a figurar como atrativos turísticos, até então restritos às belezas naturais e exuberantes do país. Por conta disso, Camargo (2001, p.69) afirma ter havido “um nascimento simultâneo e conjugado do ‘patrimônio nacional brasileiro’ e dos atrativos culturais”.

No entanto, segundo Camargo (2002), até os anos 80 o IPHAN reconhecia como patrimônio apenas os exemplares barroco-coloniais e obras modernistas representativos da arquitetura oficial que, construídos e eleitos pela própria elite e em seu favor, figuravam na rubrica ‘nacional’. A partir daí, passou-se a considerar também os bens materiais e todo o patrimônio imaterial (saberes e fazeres) então constituídos como manifestações das camadas populares. Todavia, na prática, ainda hoje os bens culturais ficam relegados a um segundo plano nas diretrizes das políticas de turismo⁴⁵.

⁴⁵ É freqüente o uso, nas três esferas governamentais, do discurso da prioridade turística que enfatiza a importância desse setor no desenvolvimento econômico

A maximização dos recursos naturais, enaltecendo a natureza em sua exuberância, como o nosso maior diferencial, emerge como um dos paradigmas brasileiros que ainda precisam ser vencidos, segundo Pires, M. J. (2001). À exceção dos meios intelectuais e científicos, no exterior o Brasil continua sendo valorizado principalmente por seus atributos naturais, sua beleza exuberante e tropical além, é claro, do samba, do futebol e do carnaval, como salienta Fonseca (1997). De alguma forma, a veiculação de tais imagens combinadas às do turismo sexual, da miséria, da violência e das dificuldades socioeconômicas, embora não seja exclusividade brasileira, colabora para formar a visão emblemática, reducionista e estereotipada que muitos estrangeiros têm do Brasil. Porém, a questão crucial parece mesmo ser a imagem que os próprios brasileiros constroem de si mesmos, como afirma Pires, M. J. (2001, p.23)⁴⁶: “não temos orgulho da nossa civilização, de tudo o que construímos, do nosso legado cultural”.

Embora grande parte da oferta turística brasileira continue vinculada excessivamente à utilização dos seus recursos naturais, é importante evidenciar a apropriação já manifesta, pelas atividades de

dos lugares. A autodeterminação parece coerente, pois segundo Yázigi (1999), ao contrário de outras atividades econômicas, o turismo - quando bem conduzido - é capaz de promover a paisagem, as referências culturais, históricas e naturais do lugar (patrimônio cultural material e imaterial). As administrações públicas municipais deveriam ser, graças a sua soberania no uso e ocupação do solo, um dos principais protagonistas na construção da paisagem e do patrimônio. (Yázigi, 1999) No entanto, têm-se apresentado como um dos seus agentes mais devastadores, pecando por omissão, pela imobilidade ou indiferença. Diante disso, não se isenta, mas se reafirma a responsabilidade conjunta do setor público, privado e dos membros da sociedade civil de discutir formas de ação, estratégias e políticas para evitar que o espírito de oportunidade e o imediatismo, tipicamente capitalista, mercantilizem os cenários - sejam eles urbanos ou rurais - banalizando-os e desfigurando-os, enfim, comprometendo a integridade física dos patrimônios e, conseqüentemente, liquidando com a principal fonte geradora do turismo nos lugares.

⁴⁶ O autor acredita que esse quadro poderá ser revertido na medida em que o 'Patrimônio Histórico e Cultural' receber tratamento idêntico ao que é dado à 'Natureza', o que provocaria uma ruptura da “concepção de que somos um povo puramente fisiológico, em que sol, floresta, praia, corpo e sexo representam o lado usufruível” (Pires, M. J. , 2001, p.22).

turismo e lazer, dos seus bens patrimoniais edificados - bens culturais imóveis - portadores de especificidades (valor histórico-cultural e artístico) capazes de convertê-los em atrativos (Marins, 2001). Tratando-se especificamente do aproveitamento do patrimônio cultural, como atrativo turístico fala-se do desenvolvimento do turismo cultural, uma nova vertente turística que vem despontando com grande vitalidade no meio rural.

Na atualidade, o conceito de patrimônio amplia-se pouco a pouco, multiplicando as possibilidades do seu aproveitamento como recurso turístico e educativo, fomentando o turismo cultural no meio rural.

A noção de patrimônio cultural, conforme Barretto (2000), engloba tanto os bens tangíveis (materiais) como os intangíveis (imateriais); abarcando desde as manifestações artísticas até os saberes-fazeres produzidos historicamente pelo homem, incluindo-se, aí, os modos de vida, as relações humanas e de produção, as representações do passado e do presente, a ciência, a sabedoria popular, a história, os hábitos, usos e costumes.

Sendo assim, considera-se hoje também a cultura dos menos favorecidos e não apenas aquilo que é representativo das elites. Desde então, podem constituir-se como possíveis componentes do acervo patrimonial, conforme Azevedo (1998), todos os tipos de assentamentos humanos ou de ocupação territorial, que sejam representativos de uma cultura ou mais e até mesmo a associação de acontecimentos e tradições vivas, idéias e crenças.

Na mesma direção, Camargo (2002) esclarece que um 'bem patrimonial' não é necessariamente uma obra de arte, produzida como resultado de soluções eruditas ou acadêmicas, destinada às elites sociais. Em concordância com Fonseca (1997), o autor entende como 'patrimônio cultural' todo um conjunto de objetos móveis ou imóveis, aos quais se atribuiu um significado simbólico pelo fato de constituírem-se em uma representação da nação. Em outras palavras, são bens que assumiram um valor diferencial enquanto manifestação da cultura que, levando em conta a pluralidade, têm valor para a memória coletiva num determinado lugar, sem obrigatoriamente o tê-lo em outro; de um modo geral atuando no sentido do reforço à identidade nacional.

Dessa forma, muitas edificações constituídas como bens histórico-culturais têm sua importância atribuída pela memória coletiva, por razões bastante específicas, levantadas por Pires, M. J. (2001):

- terem sido palco ou cenário de algum episódio histórico-social marcante, ímpar ou mesmo curioso;
- terem abrigado funções destacadas ou servido de moradia para personagens ilustres;
- possuírem qualidades específicas (identidade visual, autenticidade de identidade, valor artístico, histórico-social ou didático) que despertam a atenção pela simplicidade, luxo, grandiosidade, estilo arquitetônico, beleza ou outro aspecto histórico singular, cujo conhecimento é importante não apenas para atrair visitantes, mas também para despertar o interesse e a consciência dos moradores com relação ao significado simbólico do seu patrimônio.

No Brasil, muitas sedes de antigas fazendas, ligadas aos ciclos econômicos, outrora pertencentes a titulares do Império, têm se constituído em bons exemplos de aproveitamento turístico de bens históricos.

Segundo Barretto (2001), ao final dos anos 70 e curso dos 80, o *patrimônio cultural* passou a ser valorizado e reconhecido como um fator de memória da sociedade, graças ao qual os povos mantêm sua identidade e um nexos com o passado, ou seja, a continuidade cultural. Nesse sentido, para Camargo (2002), o referido patrimônio pode ser compreendido, enquanto herança e identidade cultural que não se quer perder ou, ainda, enquanto identidade nacional que se quer afirmar ou reafirmar.

Nos dias de hoje, entende-se que os remanescentes materiais da cultura, entre os quais destaca-se o patrimônio arquitetônico rural, além de servirem ao conhecimento do passado, apresentam-se como testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, permitindo aos homens alimentar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço e a determinados grupos (sociais, políticos, religiosos) e de partilhar de uma mesma cultura. Dessa forma, a memória social emerge como portadora de historicidade (Barretto, 2001; Rodrigues, 2001).

Nessa perspectiva, Rodrigues (2001, p.22) acrescenta que “a finalidade do patrimônio, originalmente tida como a de representar o passado das nações, ampliou-se”. Do ponto de vista do poder público, a importância do patrimônio fundamenta-se no reconhecimento do seu valor cultural e também, de sua potencialidade como mercadoria de consumo; a sociedade, por sua vez, cada vez mais o valoriza como um fator de manutenção da sua qualidade de vida.

Atualmente, o patrimônio vem sendo destacado não apenas pela sua importância na caracterização de perfis e realidades diferenciadas, mas também por sua significação enquanto instrumental de exercício da cidadania, o que bem se observa quando o seu uso serve à recuperação da auto-estima da população e/ou revitalização de áreas deprimidas (Azevedo, 1998; Cavaco, 2001).

O patrimônio arquitetônico também pode ser convenientemente integrado numa prática pedagógica de informação e conscientização, voltada à educação patrimonial tanto dos turistas quanto dos residentes. Com isso, eles poderiam aprofundar a sua tomada de consciência diante da realidade, obter conhecimentos e habilidades necessárias à aprendizagem recíproca de papéis e funções, criando novos valores e gerando mudanças comportamentais relevantes a toda a sociedade. Quer seja pelos efeitos possíveis na construção da cidadania, pela valorização da alteridade ou pelo retorno econômico que propicia, o turismo cultural⁴⁷ - ao utilizar-se do patrimônio arquitetônico como recurso turístico e educativo - desponta como uma das vertentes mais significativas da dimensão cultural da qual o desenvolvimento não pode prescindir nos dias de hoje (Azevedo, 2002b).

Assim, a tríade - cultura, patrimônio e turismo - emerge com suas variáveis nitidamente interativas na sociedade contemporânea⁴⁸. Tanto nos seus aspectos materiais quanto simbólicos, o turismo encontra na cultura e no patrimônio (porta-vozes da história passada e presente

⁴⁷ Para Azevedo (2002, p.154), “o turismo cultural resulta caracterizado, em sua essência, como um processo pedagógico, pela exigência de aprendizagem de novas técnicas e comportamentos, pelo intercâmbio e interação de experiências com as comunidades locais”.

⁴⁸ Por uma questão de coerência conceitual, Azevedo (2002a) defende que os termos sejam conduzidos preferencialmente nesta ordenação.

dos povos), os subsídios fundamentais para sua realização e fomento. Valendo-se das peculiaridades regionais e especificidades desses recursos, o turismo reafirma-se enquanto alternativa que convém seja trabalhada como instrumento favorável também à ampliação dos horizontes do saber e das oportunidades de lazer da sociedade, promovendo integralmente o desenvolvimento.

Inserida no contexto social, a cultura emerge, segundo Azevedo (1998, p. 149-150), como a “força maior, mais abrangente, geradora de patrimônio(s)”, cuja contribuição não se deve apenas pela geração de renda e emprego que propicia, mas principalmente por atuar como mecanismo de defesa da relação identidade/diversidade - abordagem que oportunamente pode vincular-se às questões turísticas. Contudo, muitas vezes, o desconhecimento da amplitude e do grau de interconexão dessas variáveis pode até mesmo ocasionar a descaracterização de propostas turísticas, como salienta Azevedo (2002a).

Ampliando a discussão, Barretto (2001) aborda a dialética existente entre turismo e *legado cultural*⁴⁹. Conforme seja conduzido, o turismo pode promover a conservação do patrimônio e incentivar a sua preservação, ou atuar como ‘predador cultural’, gerando descaracterização da cultura local e interferências no modo de vida dos habitantes da localidade receptora⁵⁰.

Seguindo a afirmação de Azevedo (2002a) e as distintas possibilidades apontadas por Barretto (2001, p.106), pode-se considerar os diferentes caminhos a tomar, baseados na utilização do patrimônio:

a) empregá-lo como um “recurso turístico, potencial atrativo e instrumentalizar o bem para promover o turismo”; caso em que se

⁴⁹ Para Barretto (2001), o patrimônio construído, os usos e costumes juntos podem ser reunidos sob a denominação de legado cultural.

⁵⁰ Sobretudo, em localidades do interior, onde a inserção da atividade turística não é devidamente planejada e construída em escala compatível ao lugar e com o aporte da pesquisa participante - metodologia que poderá garantir o conhecimento da realidade local, os anseios e expectativas da população quanto ao turismo - corre-se o risco de invadir a privacidade das famílias, prejudicar o atendimento à comunidade com relação à prestação dos serviços básicos (saneamento, água potável, abastecimento alimentar, transporte) e modificar o ritmo de vida dos residentes, pelo fato de a infra-estrutura existente não estar adequada para atender as necessidades de um novo fluxo de visitantes.

reconhece o bem cultural como meio e o turismo como o objetivo maior;

b) tomá-lo enquanto “representante de um passado que se quer conservar e buscar as formas de sustentar esse bem transformando-o em atrativo turístico”; caso em que o turismo surge como um meio e a conservação do bem patrimonial como um fim.

Qual, porém, seria o caminho certo ou o equivocado? Trata-se, pois, de pontos de vista distintos com relação ao objetivo primordial e mais imediato pelo qual se conduziu o turismo. Entretanto, partindo ambos do aproveitamento do bem cultural, cada segmento da sociedade rural e urbana assim constituído, parece estar cada vez mais ciente das potencialidades inerentes ao patrimônio arquitetônico e, ainda, convencido da necessidade de buscar na cultura e na história sua significação maior. Acredita-se ser essa uma das alternativas possíveis para subsidiar o processo de desenvolvimento que, aos poucos, vai sendo desencadeado pelo turismo.

Em grande parte das experiências de turismo rural no Estado, levadas a cabo por iniciativa e empenho maior das próprias famílias - comumente premidas por necessidades de ordem econômica e psicossociológica - percebe-se que elas assumem os riscos do ingresso numa nova atividade e abrem mão da sua privacidade, mediante a possibilidade de angariar recursos financeiros para conservação do patrimônio e/ou complementação da renda agrícola auferida na propriedade, decorrendo daí a conversão do patrimônio em atrativo turístico. Nesse particular, o turismo é encarado como uma alternativa econômica ou meio de garantir a conservação do patrimônio.

Do ponto de vista do poder público e, principalmente, do *trade* turístico, com freqüência o interesse na especificação das diversas variantes do turismo no espaço rural nasce da necessidade de prover a sociedade, sobretudo a população urbana, de formas alternativas de usufruto do tempo de não trabalho, com vistas à reabilitação ou manutenção do seu equilíbrio psico-fisiológico. Para isso, utilizam-se os recursos patrimoniais rurais (natureza, paisagem, atividades agropecuárias, cultura, arquitetura, gastronomia, artesanato), como ferramentas a serviço do turismo. Nesse caso, o bem cultural insere-se como recurso turístico ou meio com a finalidade de promover o turismo.

Tendo-se reconhecido o valor social e econômico atribuído ao patrimônio na sociedade atual, faz-se mister encontrar um ponto de equilíbrio entre esses dois extremos; no qual o patrimônio possa ser utilizado como suporte para manutenção da identidade cultural e, ainda, como atrativo turístico, para geração de benefícios no âmbito econômico, social e cultural que favorecem os mais variados segmentos da sociedade e fomentem o desenvolvimento.

2.3.3 Interpretação do patrimônio e turismo

Atualmente, ainda são escassos os estudos acerca do patrimônio arquitetônico rural, especialmente no que tange às relações historicamente estabelecidas entre as construções rurais e o modo de vida do homem.

O desconhecimento do valor histórico-cultural e artístico do patrimônio arquitetônico rural sul-rio-grandense - depositário da memória de inúmeras gerações e, constituindo, portanto, um bem de toda a população - tem condenado muitos exemplares expressivos de nossa arquitetura ao abandono e/ou à destruição. Quando não vitimados pela lenta deterioração, em consequência da ação do tempo, sua integridade também pode ser exposta ao risco pela ação humana. Quer seja por meio do vandalismo, da “concepção de planos diretores insensíveis para com os valores do nosso passado” (Weimer, 1999, p.9), ou mesmo por ocasião de procedimentos inadequados - como reformas e adaptações variadas, sobretudo para fins comerciais ou especulativos - as ações humanas podem descaracterizar o patrimônio arquitetônico, comprometendo uma série de aspectos que lhe conferem atratividade, funcionalidade e potencialidades no tocante ao seu aproveitamento como atrativo.

De acordo com Barretto (2001, p.106), a produção arquitetônica adquire sua importância quando entendida como testemunho vivo ou “representante de um passado que se quer conservar”. Com efeito, o patrimônio edificado do meio rural, transcende a necessidade básica de oferecer abrigo e proteção, assumindo formas variadas numa dimensão espaço-temporal. Apresenta-se como uma das mais importantes expressões da cultura que o produziu, sendo o resultado acumulado das

transformações historicamente produzidas pela sociedade, ao longo de várias gerações.

Num sentido mais amplo, Weimer (1987) entende que qualquer manifestação estética apresenta-se como um reflexo de determinado momento histórico vivido por um grupo social.

A partir da análise das circunstâncias históricas, geradas ao longo da ocupação e colonização do território sul-rio-grandense, é possível estudar como se deu a evolução da arquitetura (em sua relação com o espaço rural), então produzida com vistas a satisfazer as necessidades humanas, em cada período histórico: garantia de defesa, possibilidade de abrigo, suporte de vida e condição de sobrevivência, entre outras funções.

Sendo assim, é importante compreendê-la como espaço de morar, conviver e trabalhar - verdadeira síntese da evolução histórica do modo de vida nas antigas fazendas do Rio Grande do Sul.

No entanto, a análise do patrimônio edificado rural, em propriedades inseridas no contexto das atividades turísticas, deve levar em conta não apenas as funções tradicionalmente associadas às construções rurais – tais como moradia, abrigo, produção, armazenagem, industrialização, beneficiamento - mas também aquelas que lhe foram acrescidas ao longo do tempo. Com os processos de modernização da agricultura, de industrialização e de urbanização, a arquitetura passa a adquirir um papel importante como espaço para repouso, recreação, lazer e terapia.

A relevância que assume, nos dias de hoje, esse tipo de abordagem do fenômeno turístico, nos faz pensar na imensa potencialidade turística dos nossos recursos patrimoniais que, convertidos em atrativos, podem gerar benefícios distintos a ambos os segmentos da sociedade; tanto à população urbana quanto à rural.

O Estado do Rio Grande do Sul detém um imenso potencial para o desenvolvimento do turismo interno, especialmente do turismo rural e cultural, em função da abundância de seus recursos naturais e paisagísticos, da diversidade de variantes que comporta quanto aos aspectos étnicos, geográficos, históricos e culturais; sobretudo, com destaque ao caráter regionalista da sua culinária tradicional, dos seus produtos alimentares e seus costumes (ANEXO 1). A riqueza dos seus recursos patrimoniais culturais está atrelada às suas raízes histórico-

culturais, relacionadas à chegada ao território sul-rio-grandense dos europeus: conquistadores, colonizadores, evangelizadores jesuítas e imigrantes.

Entre essas riquezas, pontilham, no interior do Estado, numerosos e expressivos remanescentes do seu patrimônio arquitetônico cuja tipologia varia conforme a região. Assim, enquanto na fronteira tendem à nítida influência espanhola, já nas porções litoral e central freqüentemente demonstram a marca do traço luso-açoriano. De um modo geral, as propriedades rurais podem ser consideradas típicas enquanto apresentam uma certa unidade de hábitos, costumes, linguajar, modo de vida e de trabalho, traços comuns a todas elas. Mas, sem dúvida, exibem diferenças decorrentes das condições geográficas, da formação sociológica de seus fundadores e ocupantes, da origem de seus habitantes e de outras particularidades inerentes a cada região do Estado.

De maneira geral, o patrimônio arquitetônico das antigas sedes das fazendas do Rio Grande do Sul surge como um marco referencial da vida e da história gaúcha, revelando as circunstâncias adversas da vida hostil e belicosa de uma época, em que era legado aos titulares (estancieiros) tomar severas medidas (pelear) em defesa dos limites meridionais do Brasil e da dilatação do território. Sendo assim, entende-se que a valorização do patrimônio cultural, vinculado aos aspectos históricos do Rio Grande do Sul, constitui-se em um importante elemento de atratividade regional que pode contribuir para a consolidação da atividade turística em propriedades rurais, cujo potencial referido está ainda latente.

Todavia, para que o patrimônio edificado rural seja transformado em história e tenham reconhecido o seu valor (histórico, artístico e cultural) é preciso que seja interpretado sob a ótica dos diversos grupos que compõem a sociedade: sociólogos, arquitetos, historiadores, artesãos, escritores, poetas, políticos, antropólogos, moradores, entre outros. Além disso, é necessário que sejam investigados meios e alternativas para viabilizar sua conservação e, conseqüentemente, evitar sua deterioração e seu desaparecimento. Nesse sentido, há consenso entre muitos autores de que na atualidade, “o turismo, em algumas situações, está contribuindo com a preservação do patrimônio”, como afirma Barretto (2001, p104).

O conhecimento da história, da cultura, das artes e do modo de vida dos povos; das tipologias, estilos e funções das construções; dos materiais, técnicas, utensílios e equipamentos empregados pelo homem para satisfazer suas necessidades em um dado período histórico - do qual o patrimônio é representativo - constituem-se como importantes elementos de atratividade regional. Ou seja, urge resgatá-los no passado e trazê-los ao conhecimento das pessoas.

Para que se possa engajar a população na missão do resgate cultural, é preciso desenvolver um trabalho de informação e conscientização sobre a riqueza dos recursos patrimoniais de que dispõe no seu território, permitindo-lhe visualizar as suas potencialidades turísticas e reconhecer a importância de sua conservação para usufruto das gerações, tanto no presente quanto no futuro. Ou seja, é imprescindível fazer uso de estratégias que estimulem o conhecimento e a compreensão do significado simbólico do patrimônio, tanto por parte dos empreendedores turísticos e/ou ocupantes quanto do público que dele usufrui em sua estada na propriedade.

Para tanto, é necessário fazer-se um trabalho interpretativo do patrimônio arquitetônico, visando à sua valorização. Isso é imprescindível “para que as obras arquitetônicas sejam transformadas em história da arquitetura”, segundo Weimer (1999, p.9).

A interpretação do patrimônio busca fornecer informações, revelar significados e estabelecer relações, para melhor compreendê-lo, despertando o interesse das pessoas pelo patrimônio cultural e natural do lugar. Segundo Murta & Goodey (1995, p.20), a interpretação valoriza não apenas o bem patrimonial, mas também a experiência do turista, que pode melhor apreciá-lo e conhecê-lo. Sendo assim, concluem: “O objetivo geral é, portanto, aumentar a compreensão pública do tema ou do ambiente, induzindo atitudes de respeito e proteção”⁵¹.

Em sua melhor versão, a interpretação do patrimônio, procura destacar lugares de memória, de modo a revelar a identidade do lugar. Murta & Albano (2002, p.11) salientam que a prática deve “promover a

⁵¹ Murta & Goodey (1995, p.19) definem a interpretação como “um processo de adicionar valor à experiência de um lugar, por meio da provisão de informações e representações que realcem a sua história e suas características culturais e ambientais”.

discussão entre os vários segmentos sociais sobre aquilo que torna seu lugar especial e diferente”. Sobretudo, deve conduzir a própria comunidade a (re)descobrir o lugar onde vive, fazendo-a reconhecer o seu valor e desenvolver atitudes de respeito e proteção com relação aos bens culturais do lugar⁵².

“Mais que informar, a interpretação tem como objetivo convencer as pessoas do valor do seu patrimônio, encorajando-as a conservá-lo”. (Murta & Albano, 2002, p.10). Sendo assim, desempenha importante papel na sociedade, visto que “é difícil não proteger aquilo cujo valor se conhece”, como recorda Maestri (2001, p.24).

Conforme ressalta Nueva Ruralidad (2000, p.15), é necessário resgatar e fortalecer a cultura rural, que é produto das raízes étnicas e dos processos colonizadores e de formação das comunidades rurais, para promover a sustentação das estratégias de desenvolvimento local. Essa cultura representa valores, formas de organização social, expressões democráticas, éticas, sistemas produtivos e tecnológicos, crenças, expressões estéticas, arquitetônicas e artísticas. Tudo isso, confere identidade e diversidade cultural às comunidades locais.

Nesse sentido, tem papel fundamental a atividade de interpretação que, ao resgatar a história do patrimônio e contextualizá-la no presente, valoriza-o, permitindo melhor compreendê-lo e apreciá-lo. Apresenta-se como um instrumental valioso para que o patrimônio arquitetônico rural seja entendido enquanto parte do acervo cultural dos municípios, ou como um componente a mais de atração turística e uma ferramenta a serviço da educação patrimonial.

Para Murta & Albano (2002, p.10), “investir em interpretação significa agregar valor ao produto turístico”.

O turismo rural, por sua vez, desempenha importante função nesse processo, uma vez que motiva proprietários e/ou ocupantes do patrimônio a conservá-lo e visitantes e/ou turistas a deslocar-se ao meio rural, onde se localizam inúmeros exemplares expressivos e singulares da arquitetura sul-rio-grandense.

⁵² Nesse sentido, Murta & Albano (2002, p.11) afirmam: “Uma comunidade que não conhece a si mesma dificilmente poderá comunicar a importância do seu patrimônio, seja na interação com os visitantes, seja na sensibilização das operadoras”.

A atividade turística empreendida com base nos princípios do desenvolvimento sustentável assume relevante papel no contexto social. Promove um verdadeiro intercâmbio cultural entre os visitantes e/ou turistas e a população receptora (comunidade rural e famílias empreendedoras do turismo rural), gerando benefícios mútuos. Aos primeiros proporciona o lazer, o contato com os valores culturais do meio rural e uma vivência mais próxima com a natureza, o que sugere uma pausa na estressante rotina e a fuga do cotidiano das cidades. Às famílias rurais oportuniza a geração de renda não-agrícola e de novas ocupações, o resgate e a revalorização da cultura rural como um todo, dessa forma propiciando condições (renda, novas ocupações, auto-estima, intercâmbio cultural) para sua permanência no campo e conservação do seu patrimônio. Acredita-se que tais subsídios são importantes na oferta de reais possibilidades de melhoria na qualidade de vida, tanto das comunidades rurais como das urbanas.

Dessa forma, o turismo rural vem adquirindo crescente importância não apenas como prática recreativa, mas também educativa e social e, sobretudo, enquanto estratégia econômica que pode contribuir com a revitalização da economia local, a partir do seu efeito multiplicador, cujos benefícios estendem-se indiretamente a vários outros setores.

Cabe, então, repensar a atividade enquanto alternativa para mitigar as prementes dificuldades enfrentadas pelo setor rural, especialmente dos jovens que dispõem de escassas oportunidades de emprego no meio rural, de modo a se alcançar adequados níveis de desenvolvimento socioeconômico e cultural em sociedade.

REVISITANDO OS CAMINHOS PERCORRIDOS

3.1 Modelo de estudo

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que, à luz das tendências atuais, evidencia as potencialidades turísticas do patrimônio arquitetônico rural e o papel relevante que ele vem desempenhando no processo de consolidação de experiências em turismo rural - como se pôde apreender na Fazenda do Sobrado, em São Lourenço do Sul (RS), objeto deste estudo⁵³.

Não menos importante, porém em menor profundidade, é abordada a temática da interpretação do patrimônio cuja realização é fundamental não apenas para subsidiar o turismo, mas também como possibilidade de inserção do patrimônio no contexto de uma prática educativa que pode, convenientemente, vincular-se às questões turísticas.

Nessa perspectiva, o turismo rural pode ser encarado como meio para promoção e fruição do patrimônio, tanto por parte dos residentes quanto dos visitantes. Pode também se integrar ao plano interpretativo na condição de veículo de divulgação do patrimônio e do lugar ⁵⁴. Por

⁵³ A pesquisa qualitativa, também denominada ‘naturalística’ por Bogdan & Biklen (1982) apud Lüdke & André (1986), caracteriza-se basicamente por possuir um plano aberto e flexível e ser rica em dados descritivos. Conforme Godoy (1995, p.62), é uma constante no trabalho qualitativo a preocupação com significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida, buscando retratar a perspectiva dos participantes com seus diferentes pontos de vista. Sendo assim, conclui: “O ambiente e as pessoas nele inseridas devem ser olhados holisticamente: não são reduzidos a variáveis, mas observados como um todo”.

⁵⁴ Segundo Murta & Goodey (1995), a elaboração de um plano interpretativo requer três etapas essenciais: a) o *registro*, englobando o levantamento exaustivo dos recursos (culturais e ambientais, técnicos e financeiros), dos temas (elementos que definem o caráter único do lugar, como sua história e topografia, seus sítios e edificações, seus personagens e lendas) e dos mercados locais e regionais; b) o *desenho e montagem de interpretação*, relativos à escolha dos meios mais adequados à interpretação de um dado objeto ou sítio e c) a *divulgação e gestão* relacionadas à publicidade nos diversos meios de comunicação e às formas estratégicas de se

outro lado, vem se reafirmando, cada vez mais, enquanto importante estratégia econômica que, partindo do aproveitamento do patrimônio arquitetônico rural como atrativo, é capaz de oportunizar às famílias recursos financeiros que atuam, sobretudo, na viabilidade da sua conservação e recuperação física.

Com a utilização da abordagem qualitativa, buscou-se revelar a multiplicidade de dimensões atreladas ao problema de pesquisa, com o objetivo de entender o fenômeno como um todo. Ao focar a realidade de forma complexa e contextualizada, a abordagem qualitativa encerra um grande potencial para compreender e retratar sistematicamente a dinâmica e a complexidade que caracterizam a atividade do turismo rural. Isso se dá especialmente quanto à particularidade dos seus vários elementos condicionantes (natureza da propriedade, dos seus recursos paisagísticos e patrimoniais - naturais e culturais, serviços turísticos prestados, vocação turística do empreendedor e da propriedade), que interagem na configuração de um determinado produto turístico rural, de feições singulares.

Das três formas que pode assumir uma pesquisa qualitativa, esta se apresenta tipologicamente como um ‘estudo de caso’ cuja finalidade principal é retratar uma dada unidade social (objeto de estudo) em ação, analisando-a em profundidade⁵⁵. Os estudos de caso vêm sendo difundidos entre pesquisadores de áreas multidisciplinares correlacionadas ao turismo, em função do seu potencial no estudo de questões referentes à recente estruturação dessa atividade em propriedades rurais⁵⁶.

divulgar e promover o lugar (festividades, eventos, manifestações artísticas; entre outras vinculadas diretamente ao turismo).

⁵⁵ Segundo Lüdke e André (1986, p.20), os estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa dada situação ou objeto que está sendo estudado. Além de retratar no estudo estas dicotomias, o pesquisador expõe também o seu próprio ponto de vista sobre a questão. “O pressuposto que fundamenta essa orientação é o de que a realidade pode ser vista sob diferentes perspectivas, não havendo uma única que seja a mais verdadeira”.

⁵⁶ Em sentido mais amplo, é oportuno citar o exposto por Godoy (1995, p.25): “O estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões ‘como’ e ‘por quê’ certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando

O seu foco está centrado num determinado caso que, embora possa evidenciar certas semelhanças com outros, apresenta-se como distinto, com suas especificidades, tal como sintetizado por Lüdke e André (1986, p.21): “A preocupação central ao desenvolver esse tipo de pesquisa é a compreensão de uma instância singular. Isso significa que o objeto estudado é tratado como único, uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada”.

Na pesquisa em questão, o critério de escolha da unidade de análise – o patrimônio arquitetônico da Fazenda do Sobrado – justifica-se não por representar um caso típico, mas justamente por se tratar de uma experiência diferenciada que “se manifesta de uma forma rica, completa e natural”. Para as autoras (p.21), “a questão sobre o caso ser ou não ‘típico’, isto é, empiricamente representativo de uma população determinada, torna-se inadequada”, dado o valor intrínseco que cabe a cada ‘caso’ da forma como é tratado neste tipo de pesquisa e, ainda, por considerar-se a multiplicidade de variantes que comporta a atividade turística rural em cada região. Por ora, ocorre que pode ficar comprometida a questão da generalização dos resultados⁵⁷. Todavia, Lüdke & André (1986, p.23) esclarecem: “Quanto à generalização do que foi apreendido num tipo de contexto para outros contextos semelhantes, dependerá muito do tipo de leitor ou do usuário do estudo”.

Para alguns autores - Stake apud Lüdke & André (1986) - é possível que se estabeleça uma ‘generalização naturalística’ que ocorre no âmbito do indivíduo e envolve o seu conhecimento formal e outras impressões por ele vivenciadas - ‘conhecimento tácito’ - fazendo com que se reconheça, em um outro estudo do gênero, seja ele desenvolvido em um contexto semelhante ou até mesmo diferente, alguns aspectos comuns ao caso particular apreendido.

Ao propiciar o conhecimento e o estudo do fenômeno turístico em toda a sua riqueza e amplitude e, sobretudo das potencialidades

o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real”.

⁵⁷ Conforme Gouveia apud Lüdke & André (1986), dado que cada caso é tratado como único, com o interesse do pesquisador voltado à investigação sistemática de uma instância específica, a possibilidade de generalização passa a ter menor relevância.

inerentes ao patrimônio arquitetônico rural, com base no ‘estudo de caso’ de experiências turísticas empreendidas pelas famílias, a pesquisa qualitativa proporciona importantes subsídios para um constante aprimoramento da atividade na propriedade e uma melhor compreensão do papel do turismo em sua relação com a esfera econômica, social e cultural.

3.2 Procedimentos metodológicos e técnicos de coleta de dados

De um modo geral, como freqüentemente apresentam-se os ‘estudos de caso, a pesquisa foi estruturada segundo três fases que, em diversos momentos, estiveram sobrepostas umas às outras: a fase ‘exploratória’ (mais aberta); a fase ‘da coleta dos dados’ (mais sistemática), utilizando instrumentos mais ou menos estruturados e técnicas variadas e, finalmente, a fase de ‘análise e interpretação dos dados’⁵⁸.

Com vistas a desenvolver o ‘estudo de caso’ elencado, a pesquisa adotou um enfoque exploratório e descritivo.

O plano de estudo inicial, ainda incipiente, aos poucos foi delineado a partir das discussões no grupo de pesquisa “Turismo e Desenvolvimento”, criado em 1997, e coordenado atualmente pelos Profs. Drs. Joaquim Anécio Almeida e Marcelino de Souza.

A escassez de estudos empíricos no estado, abordando a questão do aproveitamento do patrimônio arquitetônico rural como atrativo turístico, conduziu à opção por um estudo exploratório. Para Dencker (2000), essa é uma metodologia indicada para subsidiar a fase de revisão da literatura.

Na etapa inicial, definiu-se, mais precisamente, o objeto de estudo tentando visualizar as questões de maior pertinência e situar-se quanto às fontes de dados necessárias. O estudo exploratório serviu para buscar o máximo de informações sobre a temática da pesquisa, ampliar o conhecimento sobre o fenômeno turístico no meio rural, inteirar-se da existência de estudos similares e esclarecer conceitos (Selltiz et alii, 1967).

⁵⁸ Segundo explicita Godoy (1995), no ‘estudo de caso’ é comum que o pesquisador utilize uma grande variedade de dados, coletados em diferentes momentos, por meio de várias fontes de informações.

As informações da pesquisa foram obtidas a partir da leitura de fontes primárias (publicações científicas em livros, revistas e periódicos; produção acadêmica na forma de monografias, dissertações e teses; anais de congressos) e da consulta à internet, sendo também apreendidas nos eventos científicos e fóruns de discussões correlacionados à temática.

Executada antes e durante o trabalho de campo, essa fase compreendeu a coleta de dados em fontes de papel, utilizando-se como instrumento da ‘pesquisa bibliográfica’, desenvolvida com base em material já elaborado, consultando fontes primárias, mapas e dados históricos relativos ao Município de São Lourenço do Sul e à Região Litoral Sul. Além disso, empregou-se a ‘pesquisa documental’ na consulta aos formulários da Embratur, ao antigo e precário registro de hóspedes da propriedade, a documentos produzidos por historiadores locais sobre a Fazenda do Sobrado, aos dados socioeconômicos do município, aos dados estatísticos da SETUR e do IBGE (2000).

Com os contornos do problema de pesquisa mais bem definidos, e estabelecidos os contatos iniciais com os empreendedores rurais a fim de iniciar o trabalho de campo propriamente dito, adentra-se na segunda fase da pesquisa, então caracterizada como um estudo descritivo⁵⁹. Essa metodologia, segundo Dencker (2000), é indicada para orientar a coleta sistemática dos dados, quando se objetiva apresentar mais precisamente as características da situação ou fenômeno em estudo, como acrescentam Selltiz et alii (1967).

Para a coleta *in loco* dos dados fornecidos por pessoas, utilizou-se como instrumento do ‘levantamento’, que tem como técnicas fundamentais de pesquisa, a observação e a entrevista com informantes qualificados⁶⁰.

⁵⁹ Segundo Selltiz et. alii (1967, p.77), “os estudos descritivos não se limitam a apenas um método de coleta de dados”. Como exemplificam, a partir dos estudos sobre o lazer conduzidos por Lundberg, Komarovsky e McInery (1934) as informações foram por eles obtidas por meio de vários instrumentos: entrevistas, questionários, observação sistemática direta, análise de registros da comunidade, entre outros.

⁶⁰ O termo pode ser empregado para definir aquelas pessoas que, “em função do cargo que ocupam, de sua experiência de vida e de sua situação em relação ao objeto de estudo, acumulam informações preciosas sobre o problema que se pretende investigar”, conforme exposto por Dencker (2000, p.138).

Para Godoy (1995, p.27), a “observação tem um papel essencial no estudo de caso”, pois, quando observa, o pesquisador procura apreender aparências, eventos e/ou comportamentos dos indivíduos, suas reações, atitudes, interesses e opiniões, voltando sua percepção sobre as ocorrências de interesse da pesquisa que, então, vão sendo registradas em formulário apropriado⁶¹. Conforme o autor, o conteúdo de tais observações geralmente envolve uma parte descritiva, registrada por meio de anotações escritas, e uma parte reflexiva, referente aos comentários do pesquisador.

No presente estudo de caso, a observação caracteriza-se por ser de natureza exploratória, assistemática⁶². Do ponto de vista da participação do pesquisador, utilizou-se a observação não-participante que permite “observar a situação no seu contexto natural” e analisar as reações e atitudes espontâneas dos indivíduos, sem que a presença do investigador atrapalhasse a continuidade e o ritmo normal das atividades dos participantes (Almeida, 1989, p.96).

Visto que se deve primar por um mínimo de sistematização e controle para que a observação seja cientificamente validada, foram empregados, como instrumento, os ‘formulários’ para efetuar o registro dos fenômenos na medida em que eram observados e, ainda, para inventariar o patrimônio arquitetônico e demais atrativos da propriedade. Nesse particular, a técnica foi mais sistematizada, partindo-se da elaboração prévia de um ‘plano de observação’, facilitando assim, a organização e o registro dos dados.

Além disso, empregou-se o levantamento fotográfico como recurso auxiliar ao registro da observação, sobretudo em situações em que se mostrou necessária uma coleta mais meticulosa dos dados.

⁶¹ Para a ciência da extensão rural, de acordo com Almeida (1989, p.89, 90), a observação “se refere ao fato de ver como as pessoas diretamente relacionadas com o meio rural se comportam em uma determinada situação e registrar os fenômenos de uma maneira metódica e organizada”, tendo grande importância “[...] seja como um método independente de pesquisa, seja como uma técnica auxiliar para outros métodos”.

⁶² A respeito do método, reforça Almeida (1989, p.92): “Os procedimentos observacionais empregados nos estudos exploratórios são caracterizados pela maneira aberta e não-estruturada de observar os fenômenos”.

Em algumas circunstâncias, a técnica de observação foi combinada com a da entrevista, então utilizada enquanto instrumento de investigação empírica que permite coletar informações factuais, obter pontos de vista, atitudes e crenças, sendo a técnica recomendada sempre que é preciso adquirir conhecimentos tais que, por fazerem parte da vida das pessoas, comumente não são encontrados em fontes escritas, documentárias ou registros, conforme Dencker (2000). Sendo assim, a autora considera que “é especialmente indicada para o levantamento de experiências” (p.138)⁶³.

Concomitantemente a essa fase, aplicou-se um ‘plano de entrevistas’ com os informantes qualificados: os empreendedores - tomando-se apenas aqueles familiares que de alguma forma estão envolvidos com o turismo rural e participando como agente e beneficiário (a D. Ivany Serpa, viúva de Solimar Serpa e atual proprietária da Fazenda do Sobrado, e dois dos seus filhos, Maurício e Eduardo Serpa); um historiador local e um representante da Secretaria Municipal de Turismo.

As entrevistas utilizadas na pesquisa, do tipo semi-estruturada, aproximam-se mais dos esquemas menos estruturados, feitos com base num roteiro, sem a imposição de uma ordem rígida de perguntas, mas que possibilitam ao entrevistador uma certa flexibilidade na reestruturação das perguntas diante de um dado curioso e/ou inesperado que possa surgir⁶⁴. Foram aplicadas oralmente e tiveram suas respostas anotadas.

O roteiro de entrevista, dirigido à família empreendedora, foi mais longo, mesclando perguntas abertas (a maioria) com outras fechadas e semi-abertas; ao passo que com os demais informantes ele foi elaborado basicamente com perguntas abertas.

Conforme exposto por Godoy (1995, p.26), embora se enquadre como uma pesquisa de caráter qualitativo, o ‘estudo de caso’ também

⁶³ Sobretudo, a entrevista é útil para obter-se informações mais aprofundadas sobre o problema de pesquisa ou que venham a reforçar uma idéia ou variável apontada em outro instrumento de coleta de dados.

⁶⁴ Trivinos (1987, p.146) explica que a entrevista semi-estruturada “ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”.

pode “comportar dados quantitativos para aclarar algum aspecto da questão investigada”. Contudo, sua análise quantitativa não implica num tratamento estatístico muito sofisticado.

Nesse sentido, integra ainda a referida fase, a coleta sistemática e ordenada das informações referentes aos turistas, mediante a aplicação de um questionário padronizado, o qual permitiu melhor conhecer as peculiaridades do produto turístico rural da Fazenda do Sobrado, bem como as características do público que visita a propriedade (demanda turística)⁶⁵.

Com vistas a contemplar esses dois aspectos, elaborou-se um questionário com um roteiro de perguntas constituído, predominantemente, de questões fechadas, de resposta única (sexo, idade, estado civil, renda familiar, ocupação, grau de escolaridade, nº de participantes na viagem, tipo de transporte utilizado, tempo de permanência no município e na fazenda, entre outros aspectos). Mas também se incluíram perguntas de escolha múltipla (motivação da viagem, meios de obtenção das informações turísticas sobre a Fazenda do Sobrado), de numeração segundo ordem de prioridade (fatores que influenciaram a escolha do destino turístico) e do tipo aberta, de resposta curta (aspectos que mais agradaram ou não aos turistas na propriedade).

O ‘questionário padronizado’ foi aplicado aos hóspedes que estiveram na fazenda, no período de março de 2002 a março de 2003, totalizando 43 entrevistados. Nos meses de novembro e dezembro de 2002, os empreendedores não disponibilizaram o serviço de hospedagem em função do seu envolvimento na programação da primeira edição do Natal Tchê Lourenciano, o que explica a ausência de registros de turistas no período. O referido instrumento foi elaborado basicamente para atender aos objetivos mais imediatos desta pesquisa contemplando também, de alguma forma, os interesses da família empreendedora no sentido de continuar aprimorando o turismo rural. Esse novo repertório de informações poderá auxiliá-los na condução da atividade daqui para frente.

⁶⁵ A finalidade do questionário, segundo Dencker (2000, p.146) é obter de maneira sistemática e ordenada, informações sobre as variáveis que intervêm em uma investigação, em relação a uma amostra ou população determinada.

O questionário padronizado, impresso, foi deixado na Fazenda do Sobrado por um período de um ano (março de 2002 a fevereiro de 2003), juntamente com uma caixa coletora apropriada, para que fosse entregue pela titular aos turistas ao final de sua estada na propriedade⁶⁶. Quanto ao perfil do público-alvo, também se utilizaram os dados da ficha informal de hospedagem existente na fazenda, que abrange o período que vai de 1996 ao final de 2001 e foi cedida pelos proprietários para a coleta de dados.

3.3 Análise e interpretação dos dados

Concluído o trabalho de campo, o grande volume de dados coletados por meio de várias técnicas, foram processados perpassando-se por uma série de etapas, como organização⁶⁷, codificação, tabulação, análise e interpretação⁶⁸, identificadas por Almeida (1989).

A maioria dos dados coletados com os informantes qualificados, a partir das entrevistas, não pôde ser mensurado objetivamente, visto que buscam apreender as percepções de mundo dos indivíduos, suas opiniões, preferências, atitudes e seu conhecimento empírico construído no contexto de uma realidade social e historicamente determinada.

Todavia, alguns instrumentos utilizados - como o questionário que existia na propriedade e o atual, formulado por ocasião desta

⁶⁶ No cabeçalho do questionário, uma nota introdutória solicitava a colaboração do turista, esclarecendo a intenção e os objetivos principais do questionário que, propositadamente, não continha qualquer identificação nominal do respondente, evitando tolhê-lo em suas respostas. Foi previsto o seu preenchimento apenas pelo 'chefe' de cada família que fizesse uso dos serviços e da infra-estrutura da propriedade; não havendo, porém, impedimento de que uma mesma família respondesse novamente ao questionário caso voltasse a hospedar-se no Sobrado.

⁶⁷ Almeida (1989) salienta que, a princípio, durante a fase de organização é imprescindível rever todos os instrumentos de coleta de dados verificando se as questões foram devidamente respondidas.

⁶⁸ Segundo Dencker (2000, p.159), a análise objetiva reunir as observações de maneira coerente e organizada, de forma que seja possível responder ao problema da pesquisa, enquanto sua interpretação busca dar um sentido mais amplo aos dados coletados, fazendo a ligação com o conhecimento existente. A interpretação dos dados, por sua vez, consiste na busca do sentido mais amplo dos resultados da pesquisa.

pesquisa - são passíveis de serem quantificados a partir de um tratamento estatístico pouco sofisticado. De um modo geral, as respostas foram processadas por meio do software Excel. O índice de não-resposta correspondeu ao número de entrevistados que não informaram nada a respeito das questões formuladas.

No entanto, sabendo que o fluxo de turistas na propriedade é intermitente, somente ao término da fase de aplicação dos questionários aos turistas, ou seja, em função da quantidade de respondentes no período de um ano, é que se concluiu ser desnecessária a seleção de uma amostra representativa do público-alvo, passando-se, então, a utilizar toda a população de entrevistados.

Primeiramente as respostas às variáveis qualitativas e quantitativas do questionário foram organizadas, de maneira coerente, codificadas e distribuídas de acordo com uma série de critérios, sendo classificadas em categorias, em função dos objetivos da pesquisa. O procedimento de classificação dos dados passíveis de tabulação foi feito com base na semelhança entre as respostas (Almeida, 1989).

Na seqüência, procedeu-se a apresentação sistemática e ordenada dos dados numéricos, fazendo a tabulação de forma a elucidar o problema estudado. Os resultados foram apresentados em percentuais, sob a forma de tabelas ou gráficos, utilizando planilha do Microsoft Excel. Além disso, foi realizada análise de correlação de Pearson, com probabilidade de erro a 5%, correlacionando o fator que determinou a escolha do local de viagem pelo turista com o aspecto que mais lhe agradou na propriedade.

A partir de então, a pesquisa atingiu o estágio da interpretação dos dados propriamente dito em que são apresentados e analisados os resultados obtidos. Na seqüência, eles são explicados e relacionados com os objetivos e a hipótese geral de trabalho, formulados no início. A demonstração do que se apreendeu com a experiência analisada é o assunto recorrente no capítulo 5 da presente pesquisa.

Os procedimentos acima descritos permitiram uma visão global do produto turístico rural da Fazenda do Sobrado.

CONHECENDO O LOCAL DE ESTUDO

4.1 O município de São Lourenço do Sul

4.1.1 Localização, limites, aspectos demográficos e naturais



Segundo divisão estadual (FIG.3), São Lourenço do Sul, no extremo sul do Brasil, integra o Pólo Litoral do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, a Região Litoral Sul do Estado. Também pertence à microrregião turística formada pelas Lagoas Mirim, Mangueira e dos Patos, denominada Costa Doce, da qual destaca-se como um dos seus principais balneários. Localiza-se na Encosta do Sudoeste, margem ocidental da Lagoa dos Patos; distante cerca de 200Km da capital gaúcha, Porto Alegre, e 60Km do pólo regional, Pelotas, com acesso por via asfáltica pela BR-116 (FIG. 4). Tem como municípios limítrofes Pelotas e Turuçu, ao Sul; Cristal, Camaquã e Canguçu, ao Norte; Canguçu a Oeste e ainda, a Lagoa dos Patos, a Leste.

FIGURA 2 – Localização do Município de São Lourenço do Sul, RS.

FONTE – Adaptado pela autora a partir de folderes turísticos.

Sua área de 2.019,39km², equivalente a 0,76% da área total do estado, comporta uma população de 43.691 habitantes (IBGE, 2000), dos quais 23.463 hab. (53,780%) ocupam a área urbana, de 13,90 km² e 20.228 hab. (46,30%) encontram-se na área rural, de 2.005,49 km². Emancipado desde 26 de abril de 1884, conta hoje com 31.652 eleitores.

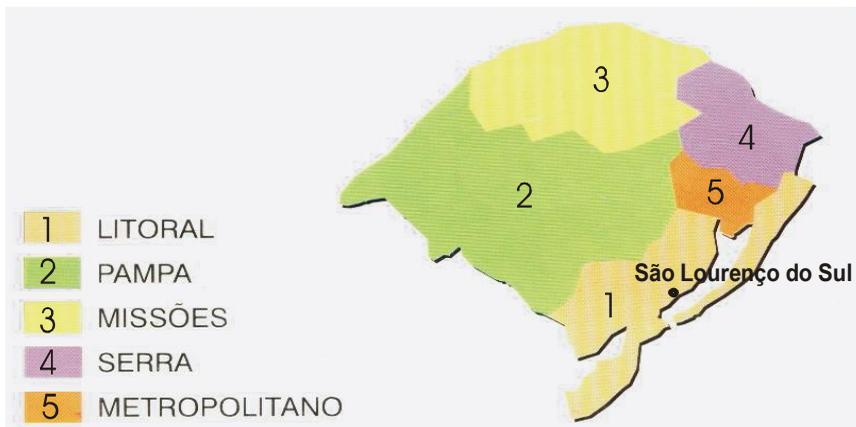


FIGURA 3 – Pólos segundo divisão estadual.

FONTE – Adaptado pela autora a partir de folder turístico, SETUR/RS.



FIGURA 4 e 5 – Distâncias rodoviárias e visuais do Arroio São Lourenço, hoje.

FONTE - Folder turístico, Prefeitura Municipal e Adetur.

Toda a sua história está pautada pela presença da Lagoa e do Arroio São Lourenço (FIG. 5), a artéria principal que conduziu os rumos da economia local (FIG.6).

A cidade cresceu às margens da Lagoa dos Patos (FIG. 5), considerado o maior manancial de água doce da América, com 250km de comprimento de Norte a Sul, e 60km no seu trecho de maior largura, de Leste a Oeste, com isso viabilizando a comunicação marítima com a capital do estado, o Brasil e outros países ⁶⁹.

Essa lagoa também influencia o clima do município, tornando-o mais temperado que nas outras regiões e mantém a temperatura anual termo-nivelada, registrando-se em média 23°C. Os invernos são bastante frios, especialmente quando sopra o Minuano e os verões, quentes e úmidos, com maior insolação no período de novembro a fevereiro. A maior precipitação pluviométrica se dá em junho, julho e agosto.



FIGURA 6 – À frente, o Arroio São Lourenço e ao fundo o Sobrado, construído no final do século XVIII. Até então, era a única edificação daquele porte à margem da Lagoa dos Patos, como mostra o registro fotográfico do início do séc. XIX.

FONTE - Arquivo da Casa da Cultura de São Lourenço do Sul.

⁶⁹ Segundo Costa (1999), a Lagoa dos Patos é na realidade uma laguna, visto que ela termina no canal do Rio Grande, ponto em que se comunica com o Oceano Atlântico, salinizando-se temporariamente. Suas águas ora doces, ora salgadas, propiciam o aparecimento das plantas halófitas, que toleram a salinidade.



FIGURA 7 – Situação da fazenda em relação ao traçado urbano.
 FONTE - Ministério do Exército, diretoria de serviço geográfico.

A Lagoa dos Patos constitui-se no atrativo turístico natural de maior destaque em São Lourenço do Sul. Suas águas abrigam várias espécies da flora e fauna aquáticas, sendo próprias ao banho e aos passeios de barco e de escuna, à pesca e à prática de esportes náuticos. Contudo, vários outros cursos de água servem o município, destacando-se os Arroios Tigre, Grande, Santa Isabel, Evaristo, Carahá e Sapato, além dos Rios Camaquã e São Lourenço⁷⁰. Na embocadura do Rio São Lourenço, navegável em boa extensão e com excelente ancoradouro para

⁷⁰ Às margens do Arroio Carahá, ainda hoje vivem pescadores artesanais que tecem as redes nas cercas de suas casas e oportunizam passeios de barco pela lagoa.

barcos de carga, transportes, pesqueiros e iates de recreio, situa-se o maior Iate Clube da Região Sul e o Camping Municipal.

As praias da Lagoa dos Patos, somando cinco quilômetros de extensão, formam uma orla sinuosa cujos contornos vão sendo definidos pelas águas, pelas pedras e areias brancas, características do lugar⁷¹. Sua paisagem, de notável beleza, é configurada, ainda, pelas espécies nativas comuns a toda a sua costa: figueiras centenárias, coqueiros, capororocas, umbus, plátanos, pitangueiras e paus-de-bugre.

4.1.2 Aspectos históricos e socioeconômicos

Emoldurando os recortes desta natureza exuberante, cuja imagem veiculada nos folders turísticos remete o visitante ao encontro do paraíso, permanecem vivos os traços culturais, que se fazem presentes na culinária, na arquitetura, nas festas populares e na própria origem da economia local, deixados como herança pelos seus colonizadores. Essa população foi constituída, basicamente, por três grupos: os portugueses do continente e das ilhas (Arquipélago dos Açores), seguidos dos alemães (germânicos e pomeranos), em maior número e, complementados por um grupo menor, de afro-brasileiros e outras etnias (italiana, libanesa), que hoje formam a população lourenciana.

Os primeiros habitantes portugueses⁷² deram nome ao povoado que se desenvolveu em torno da Capela de Nossa Sra da Conceição do Boqueirão, cuja herança cultural manifesta-se nos sobrados antigos. Os mesmos fixaram-se em terras planas, próximas das vias lacustres, como o Rio São Lourenço e a Lagoa dos Patos, favorecendo o transporte da produção e o comércio. Assim, ao final do séc.XVIII, dá-se o primeiro momento da ocupação das terras do atual município pelos pioneiros

⁷¹ As areias finas e brancas são sempre renovadas na época da estiagem, quando o Mar de Dentro – nome dado à lagoa pelos pescadores – fica salgado ao ser invadido pelas águas marinhas. Nesse período a região torna-se rica em camarões e propicia que várias espécies de animais aquáticos cumpram aí seus ciclos reprodutivos.

⁷² Contextualizando a temática no universo da província de Rio Grande, Dreys (1961, p.146) relatou que os seus primeiros habitantes eram “alguns emigrados dos Açores, irmãos daqueles que foram mandados pela corte de Lisboa a rotear a ilha de Santa Catarina e as terras vizinhas, alguns paulistas e alguns mineiros”.

fazendeiros portugueses⁷³ ou seus descendentes (luso-brasileiros), quando foram distribuídas sesmarias⁷⁴ pela coroa portuguesa aos militares luso-açorianos egressos das lutas contra os espanhóis. Com isso, o surgimento das primeiras povoações veio em consequência dessas ocupações, a partir do estabelecimento de estâncias⁷⁵ - também denominadas fazendas no norte do Estado - constituídas como grandes latifúndios de exploração pecuária⁷⁶, em cuja sede fixaram-se as primeiras construções e as capelas, comumente erigidas em homenagem aos santos de devoção das famílias. Foi assim que, em 1807, construiu-se na Fazenda Boqueirão⁷⁷ uma capela consagrada a Nossa Sra da Conceição e,

⁷³ Segundo registros, em 1786, o açoriano José Cardoso de Gusmão teria recebido uma sesmaria nas terras onde hoje se encontra São Lourenço do Sul, sendo reconhecido como o primeiro proprietário residente.

⁷⁴ Para Ferreira (1999), sesmaria é definida como "lote de terra inulto ou abandonado, que os reis de Portugal cediam a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-lo".

⁷⁵ Segundo Dreys (1961, p.129), no Rio Grande, a estância compreendia "uma circunscrição dada das Campinas do país, povoada de gado, cavalos, mulas, e, em certas partes, de carneiros; tem ordinariamente a extensão de uma sesmaria; as vezes de 2, de 3 e mais; os animais multiplicam nelas na razão da quantidade inicial, da vastidão do território e da bondade dos pastos". Originalmente o grupo social que vivia nas estâncias era constituído pela família do proprietário, que era servido por um capataz e seus subalternos ou comandados, os peões (negros escravos, índios ou gaúchos assalariados). Contudo, recorda Luccas (1997, p.8) que as estâncias ou fazendas ocuparam não apenas o espaço geográfico do Rio Grande do Sul, mas também os campos de Santa Catarina (Lages) e do Paraná (Lapa e Castro), "regiões por onde transitaram e assentaram-se os tropeiros e criadores que ocuparam o território sulino".

⁷⁶ A pecuária foi favorecida pela vocação local das terras, fartas em vegetação de campos que servia de pastagem ao gado xucro, abundante, remanescente da iniciativa platina e do empreendimento jesuítico. Este tipo de ocupação, voltada à pecuária extensiva, deu-se em quase toda região meridional do Rio Grande do Sul, exceto nas zonas acidentadas de serras e vales que, mais tarde, foram ocupadas pelos imigrantes italianos e alemães, aí introduzidos em 1824 e 1875, respectivamente (Luccas, 1997).

⁷⁷ Mediante decreto de D. Pedro I, em 1830, a Fazenda do Boqueirão foi elevada à freguesia (paróquia) desmembrando-se da Vila do Rio Grande e incorporando-se à Vila de São Francisco de Paula (atual Pelotas). Somente em 26/04/1884 é que se separa de Pelotas, sendo promovida à categoria de vila.

em 1815, foi iniciada outra devotada a São Lourenço na estância de mesmo nome.

Já os imigrantes alemães chegaram à região por volta de 1858, por ocasião de um contrato firmado (30/12/1856) pelo prussiano Jacob Rheingantz com o Governo Imperial⁷⁸, no Rio de Janeiro, definindo a compra de terras e sua povoação com colonos agricultores⁷⁹. Após firmado o contrato, a ele associou-se o sesmeiro Cel. José Antônio de Oliveira Guimarães⁸⁰, que doou 1/8 de légua de suas terras situadas nas proximidades da Lagoa dos Patos e à margem esquerda do Arroio São Lourenço (Fazenda São Lourenço), em cuja embocadura já existia um pequeno porto natural, para que ali fosse instalada uma vila, hoje cidade de São Lourenço do Sul⁸¹. Graças a isso teve início a colonização alemã

⁷⁸ Segundo Coaracy (1957), por esse contrato, o Governo Imperial vendia-lhe oito léguas de terras incultas e devolutas, comprometendo-se a subvencionar a introdução dos imigrantes alemães, suíços ou belgas, em número não inferior a 1440 pessoas, pagando para cada um quotas diferenciada de acordo com a faixa etária.

⁷⁹ Até então, “todas as iniciativas de fixação de agricultores europeus se haviam localizado em zonas mais do norte do território”, afirma Coaracy (1957, p.36). Segundo o autor, Rheingantz tinha conhecimento de que as regiões do sul eram favoráveis às culturas que os imigrantes estavam habituados e, ao mesmo tempo, vislumbrava-lhes as oportunidades que os mercados de Rio Grande e Pelotas poderiam oferecer aos seus produtos coloniais.

⁸⁰ Coube a ele dragar o Arroio São Lourenço e fazer um porto na sua desembocadura para escoamento da produção da nova colônia, em contrapartida, instalaria ao lado do porto um loteamento em terras que lhe pertenciam (margem esquerda do arroio) por partilha de sua mulher, co-herdeira do sobrado. Muitos terrenos foram vendidos para pessoas da própria colônia que ali instalavam comércio e serviços para atender os seus patrícios. Nos dias de hoje, esse loteamento constitui-se em 80% da planta da cidade de São Lourenço.

⁸¹ Antes da fundação da Colônia São Lourenço, já existia um porto natural na lagoa que outrora servira à esquadilha comandada por Giuseppe Garibaldi, durante a Revolução Farroupilha (1835 – 1845), como abrigo para escaparem da perseguição da armada imperial e das tempestades; local para reparo dos lanchões Boa Sorte, Torres e Doca e para abastecimento e descanso dos marinheiros que, segundo Costa (1999), contavam com o apoio logístico fornecido pelos proprietários do sobrado, situado nas proximidades do porto. Mais tarde o porto assumiu maior envergadura com a instalação de casas de exportação e a formação de uma grande frota de veleiros mercantes pelos comerciantes, em grande parte

na região, ocupando terras na Serra dos Tapes, área que compreende hoje o município; dando origem ao principal berço de colonização germânica na Região Sul do Estado, conforme Coaracy (1957) e Costa (1999). Os imigrantes alemães trouxeram muitos costumes e tradições, como a arte de construir moinhos e de moer o trigo para obter a farinha branquinha, além da música, cujo repertório, em língua alemã e dialetos, ainda hoje se faz presente no festival de corais realizado anualmente (mês de outubro), em São Lourenço do Sul.

Segundo Costa (1999), o desenvolvimento da colônia foi tão prodigioso que, em 1861, o povoado do porto já adquiria maior prestígio e importância que a Vila do Boqueirão⁸², hoje constituída como o mais antigo aldeamento do município. Assim, a sobrepujança do porto ocasionou a transferência da sede municipal da Freguesia do Boqueirão para o porto (20/04/1874), que passou a chamar-se São Lourenço. O referido autor salienta a contribuição não só dos pioneiros portugueses e dos criadores da Colônia São Lourenço, como também dos imigrantes pomeranos⁸³ que a tornaram uma das mais prósperas colônias agrícolas do Brasil.

Entre a segunda metade do séc.XIX e o início do séc.XX, outros portugueses chegaram à Vila São Lourenço, atuando como carpinteiros nos estaleiros e como ferreiros, pescadores, marinheiros e armadores no porto e nos armazéns. Assim, até meados do séc.XX, a vila era tipicamente portuária, vindo daí a tradição lourenciana da construção

colonos alemães, que exportavam sua produção (batata inglesa, feijão, manteiga, lingüiças, mel, aves, suínos, peito de ganso defumado e tudo o mais que se produzia na pequena propriedade rural alemã.). Com o tempo, São Lourenço do Sul ficou conhecida por ser a maior exportadora de batata inglesa da América do Sul (séc.XIX e parte do séc.XX) e por deter o maior porto de veleiros mercantes do sul do Brasil. Tal foi a projeção dessas atividades que acabaram imortalizadas no brasão do município.

⁸² O povoado do Boqueirão situa-se numa zona intermediária entre a serra e a planície, hoje se constituindo como a passagem terrestre mais antiga na região, ligando Porto Alegre a Pelotas.

⁸³ De acordo com Costa (1999), São Lourenço do Sul (RS), ao lado de Pomerode (SC) e de Domingos Martins (ES), está entre as áreas de maior concentração de pomeranos do Brasil. A colônia de São Lourenço era constituída por cerca de 89% de descendentes de pomeranos, sendo o restante oriundo de renanos, saxônicos, bávaros e outras etnias germânicas.

naval, especialmente na madeira; uma herança cultural oriunda de Portugal, dos Países Baixos e EUA. Ainda hoje, permanece essa marca em alguns estaleiros quanto à fabricação de embarcações, escunas, iates e barcos de pesca que partem desse local para o resto do Brasil e exterior. Porém, com o tempo, São Lourenço do Sul foi perdendo seu referencial lusitano, pois não aportavam mais portugueses à localidade, ao passo que se multiplicavam os germânicos e os pomeranos (Costa, 1999).

Com o crescimento do porto e o fortalecimento do comércio, inclusive de exportação, gradativamente a Freguesia de São Lourenço foi promovida de povoado à vila (15/02/1890), reunindo as Freguesias de Boqueirão e São João da Reserva, sendo elevada à condição de cidade em 31/03/1938.

De fato, as facilidades do transporte aquático favoreceram, em muito, a comercialização de tudo que ali se produzia, especialmente dos produtos agrícolas. A partir da colonização, a economia firmou-se no setor agropecuário, predominando a produção de batata, arroz irrigado, milho, fumo, entre outros produtos da fruticultura como o morango, o pêssego e os citros. Além disso, a bacia leiteira de São Lourenço destaca-se como uma das maiores do sul do Estado. De um modo geral, as paisagens dessa região são marcadas pela presença de fazendas onde sobressaem as lavouras de arroz e a produção pecuária.

O município tem a produção pesqueira, agrícola e pecuária como suas principais atividades no setor primário. Em geral, o gado é vendido aos frigoríficos de outras cidades. No setor secundário (de transformação) além da atividade do estaleiro, das indústrias naval, mecânica e da construção, tem importância a industrialização e o comércio da pesca. De um modo geral, predominam as indústrias alimentícias, sobretudo as de laticínios, peixes, beneficiamento de arroz, bebidas e café, além dos curtumes, fábricas de calçados e de implementos agrícolas. No setor atacadista, salienta-se o comércio de cereais e, no varejista, o de confecções, além do artesanato, dos móveis, dos eletrodomésticos e dos secos e molhados.

O turismo é uma idéia que, pouco a pouco, vem se fortalecendo em São Lourenço do Sul, encorajada pelas experiências de outros municípios ou das próprias pioneiras empreendidas pela iniciativa privada, como é o caso do turismo rural na Fazenda do Sobrado. Assim, essa atividade descortina-se como uma nova perspectiva no incremento

da renda para as famílias envolvidas e revitalização do setor terciário da economia local onde comumente predominam as atividades comercial e imobiliária.

De um modo geral, nas localidades da Região Sul, situadas próximas ao mar ou às vias lacustres, é comum a sua representação por meio dos cenários naturais, com o pôr-do-sol à beira das praias ou dos balneários. Em alguns casos, tira-se partido, também, da potencialidade turística dos recursos patrimoniais histórico-culturais do lugar para promover a atividade turística, como ocorre em Rio Grande e Pelotas. Contudo, em São Lourenço do Sul, apesar da relevância dos aspectos étnico-culturais e históricos, retratados anteriormente, a ênfase maior recai sobre os recursos paisagísticos e naturais da localidade, bem como nas festividades vinculadas ao calendário de eventos municipal. Sem subestimar o grande potencial que encerram tais atrativos, é preciso considerar-se as vantagens e a conveniência de sua integração aos atrativos histórico-culturais, sobretudo do meio rural, como forma de consolidação da oferta turística do município e promoção do seu patrimônio cultural (material e imaterial).

Os principais eventos promovidos anualmente são a Cavalgada Cultural da Costa Doce (janeiro); o Encontro Internacional de Vela, as Festas de Iemanjá e de Nossa Sra dos Navegantes (fevereiro); o Reponte da Canção Crioula (março); as Festas do Divino Espírito Santo (maio) e de São Pedro (junho); o Festival da Colheita e a Festa do Colono e Motorista (julho); a Festa do padroeiro São Lourenço (agosto); a Südoctoberfest (outubro); a Expofeira Agropecuária e a Aldeia Atlântida (dezembro).

Segundo o formulário RINTUR/ EMBRATUR, em média, a permanência dos turistas no município se dá nos fins de semana e feriados, sendo maior a visitação em janeiro e fevereiro (alta temporada), com baixa nos meses de junho e julho, os mais chuvosos. Quanto aos equipamentos e serviços turísticos, consta, no município, um posto de informações turísticas e dois roteiros organizados de passeios (charrete e trem maria-fumaça). Outras opções de lazer são os barcos de passeio, os pedalinhos, os caiaques e o ciclismo. Quanto à infra-estrutura turística de hospedagem constam: 15 hotéis e 04 pousadas, disponibilizando 275

U.H. e 800 leitos e, ainda, um hotel-fazenda, o do Sobrado⁸⁴. Além disso, há umas 800 casas de aluguel e chalés para veraneio e dois campings: o do Iate Clube (privado) e o da Lagoa (público) - com 8,5ha de área, orla de 500m de praia, capacidade para cerca de 1000 barracas e bastante arborizado.

Seus principais atrativos naturais são a Lagoa dos Patos; o Rio São Lourenço, em cuja margem direita ficam os referidos campings; as praias (da Barrinha, das Nereidas e das Ondinas), além da Coxilha do Barão e do Recanto Loescher, em área rural. Entre os principais atrativos histórico-culturais divulgados estão o Museu Histórico Municipal e a Fazenda do Sobrado, no distrito sede e, ainda, o Monumento ao Imigrante e a Vila do Boqueirão, com a Igreja Nossa Senhora da Conceição e o casario antigo, em área rural mais afastada. A gastronomia típica fica por conta do Caldo Lourenciano. A atividade turística de São Lourenço do Sul encontra oficialmente como promotores a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Desporto e Turismo, a ADETUR e os empresários locais.

Contudo, o processo de consolidação do turismo rural na Fazenda do Sobrado surge como fruto do trabalho e esforço da iniciativa dos próprios empreendedores rurais, conforme será esclarecido nos capítulos seguintes.

4.2 A Fazenda do Sobrado

4.2.1 Localização da área de estudo

A Fazenda do Sobrado, inserida como atrativo histórico-cultural no contexto das atividades do turismo rural de São Lourenço do Sul (RS), situa-se no distrito sede do município, a cerca de 1km do centro urbano, ficando à margem direita do Arroio São Lourenço, o qual se constitui como barreira geográfica natural sinalizando a passagem da área rural à urbana propriamente dita. A propriedade com 300ha de área,

⁸⁴ Em virtude da confusão terminológica existente com relação à caracterização dos estabelecimentos do tipo hotéis-fazenda e fazendas-hotéis, pertinentes à presente pesquisa, aprofundou-se a discussão a respeito na secção 5.2.2 .

encontra seus limites na orla da Lagoa dos Patos que lhe reserva uma praia particular de 3km de extensão (FIG. 7).



FIGURA 8 – Acesso principal à Fazenda do Sobrado
FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

Para chegar à fazenda, vindo pela BR-116, que interliga a cidade com Porto Alegre, Pelotas e a rota do Mercosul, deve-se tomar a RS-265, adentrar na malha urbana, cruzar a ponte sobre o referido arroio e percorrer a estrada de terra que o margeia e conduz à porteira da fazenda, na Alameda Mano Serpa, nº555 (FIG. 4 e 8).

No entanto, há possibilidade de aportarem, em São Lourenço do Sul, turistas vindos de lugares os mais distantes em virtude da sua proximidade com o aeroporto de Pelotas, a menos de 100 km, e com o porto de Rio Grande, o que é relevante no caso de estrangeiros em viagem nos cruzeiros turísticos internacionais. Essa experiência já foi vivenciada pelos proprietários⁸⁵.

O patrimônio edificado em destaque na propriedade é a sua construção-sede: um sobrado (prédio de dois pavimentos) de reconhecido valor histórico-cultural, que teria sido construído por escravos no final do século XVIII, segundo Abreu (2001), e cuja arquitetura, de estilo colonial português, expressa formalmente uma linguagem e uma tipologia arquitetônica bastante característica das Regiões Litoral e Centro do Estado (FIG. 9, 13 e 14).

⁸⁵ Os grupos de estrangeiros europeus, geralmente, dispõem de um guia próprio que viabiliza a comunicação e interação dos turistas nos locais a serem visitados.



FIGURA 9 – Vista do casarão antigo da Fazenda do Sobrado
FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

A complementaridade entre a agricultura e o turismo rural, que vem sendo adotada na propriedade, desde 1994, deve-se a uma série de fatores, sobretudo sendo concebida pela família enquanto forma de incrementar a renda familiar e de superar a iminente situação de isolamento a que a titular, D. Ivany Wienke Serpa, ficou sujeita por ocasião do avanço da idade (aposentadoria, viuvez) e o conseqüente distanciamento dos filhos.

A idéia do turismo rural foi despertada a partir do momento em que a família começou a receber, de forma inesperada, a visita de muitas pessoas curiosas querendo conhecer o casarão antigo para saber sobre a veracidade das histórias da casa mal-assombrada onde viveram os escravos⁸⁶.

Segundo D. Ivany, isso ocorreu em função de que alguns turistas, ao chegarem ao município, procuravam informações sobre os

⁸⁶ É comum os pescadores das redondezas dizerem ouvir vozes dos fantasmas da guerra ou rangidos das correntes dos escravos, vindos do sobrado. Contudo, a proprietária garante que até hoje nunca se intimidou com tais estórias e mesmo com a perda do marido, continuou morando por lá. Conforme relata D. Ivany, mesmo antes do finado adquiri-lo, sempre teve muito apreço e fascínio pelo casarão, que permeava o seu imaginário desde os tempos de criança e mocidade.

locais interessantes para conhecer e eram levados a prestigiar o sobrado. A partir desse fato, surgiu a oportunidade de assimilar o potencial turístico que a propriedade já possuía, aproveitando os recursos paisagísticos e patrimoniais do lugar como atrativos. A família, por iniciativa própria, foi aprimorando a idéia de implementar o turismo rural na Fazenda do Sobrado.

4.2.2. Histórico da fazenda e as origens do patrimônio arquitetônico

Remonta de longa data a história da Fazenda do Sobrado, cujo casarão - construído no final do século XVIII⁸⁷ - assistiu ao desenrolar dos acontecimentos históricos do passado, quando esteve sob domínio de várias gerações descendentes da estirpe ‘Costa Santos’ e ‘Santos Abreu’⁸⁸, até ocupar hoje, posição destacada na vida familiar dos Serpa e nas atividades atualmente empreendidas na propriedade: a agricultura e o turismo rural.

O próprio nome do município tem suas origens na ‘Fazenda São Lourenço’ que, ao longo do tempo, também veio a ser conhecida como ‘Sobrado dos Abreu’ e ‘Estância do Sobrado’, como ilustra a FIG.10. Todavia, “a referência mais antiga sobre o nome da fazenda do Sobrado é de 1805, em documento que aparece na Vila do Rio Grande sobre o batizado de Ezequiel Soares da Silva, feito na Fazenda do Sobrado”, de acordo com Caldas apud Abreu (2001, p.13).

⁸⁷ Até então, conforme Abreu (2003), desde Pelotas até Porto Alegre não existia nenhuma construção daquele porte à margem da Lagoa dos Patos, como ilustra a FIG. 6. Nessa condição, o sobrado servia como farol aos navegantes, posto que Ana Joaquina Gonçalves da Silva (Donana), sua benfeitora, colocava, todas as noites, um lampião numa janela situada no alto do segundo andar, o que provavelmente explica a função da saliência externa que avança além da janela. (FIG. 42 e 43, do APÊNDICE).

⁸⁸ A árvore genealógica resgatada pelos descendentes da família Santos Abreu surge como importante legado à história, contribuindo à compreensão dos fatos passados e ao próprio entendimento do momento presente, então situado neste contexto.

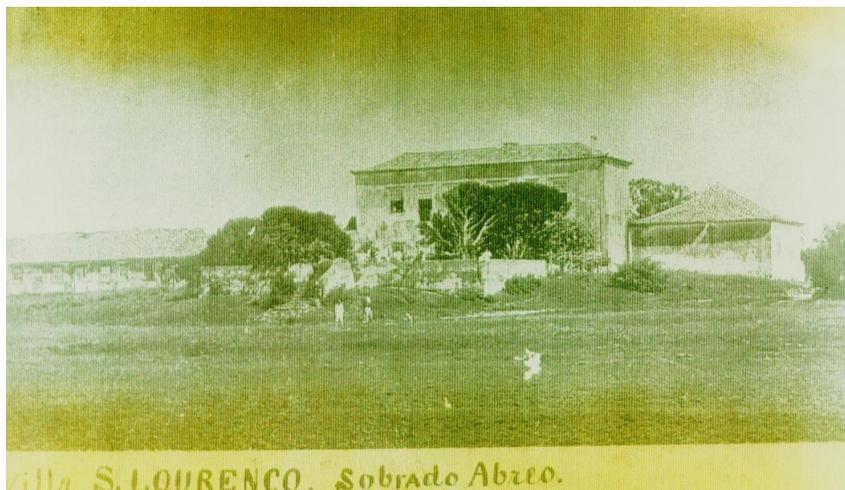


FIGURA 10 - Fotografia do início do séc.XIX, nos fundos do casarão.
FONTE - Arquivo da Casa da Cultura de São Lourenço do Sul.

A enorme extensão de terras cujos limites originais eram o Rio Camaquã e o Rio Turuçu (atualmente divisas de São Lourenço com os respectivos municípios de mesmo nome), estão na origem da atual Fazenda do Sobrado. Sua história passa primordialmente pelo capitão Joaquim Gonçalves da Silva⁸⁹, o primeiro dono das terras onde hoje se localiza a Fazenda do Sobrado. Segundo Abreu (2001, p.12), Joaquim, “o qual era senhorio das sesmarias onde hoje se instala a cidade de Porto Alegre, recebeu terras em ambas as margens do Rio Camaquã”, deixando como herança para os seus filhos, Bento Gonçalves da Silva e Anna Joaquina Gonçalves da Silva (Donana), porções de terras situadas, respectivamente, à margem esquerda do Rio Camaquã (Estância do Cristal), e à sua margem direita, até o arroio hoje conhecido como São Lourenço.

⁸⁹ Sobre o Capitão Joaquim Gonçalves da Silva, o historiador Abreu (2001, p.12) afirma que era “sediado em Triunfo e natural de Santa Marina do Real, bispado de Lamego (Portugal), casado com Perpétua da Costa Meireles”, com quem teve vários filhos, entre os quais o Gal. Bento Gonçalves da Silva e Ana Joaquina Gonçalves da Silva (Donana).

Donana casou-se com José da Costa Santos⁹⁰ que se tornou proprietário das terras entre Boqueirão e São Lourenço, tendo posteriormente construído como sede da sua fazenda o sobrado, ao qual deu o nome de São Lourenço. A partir de 1830, ele tornou-se protagonista da história da família Abreu, como será apresentado a seguir.

Em 1831, por ocasião do casamento da filha caçula do casal, Perpétua da Silva Santos⁹¹, com Antônio Francisco dos Santos Abreu (que já administrava a fazenda herdada, mas ainda não partilhada) - permanecendo o jovem casal instalado no próprio sobrado - e do nascimento dos seus doze filhos⁹², os *sinbozinhos do sobrado*, o casarão ficou conhecido como “Solar dos Abreu” (FIG.10).

Por sua vez, a filha do casal, Ana Joaquina dos Santos Abreu, casou-se com um primo, o Cel. José Antônio de Oliveira Guimarães. Este último, juntamente com Jacob Rheingantz, é considerado fundador da colônia alemã São Lourenço (1884), então instalada em terras que lhe pertenciam por partilha de sua mulher (co-herdeira do sobrado), na margem esquerda do Arroio São Lourenço e para onde foram trazidas e fixadas cerca de mil famílias. Com o desenvolvimento da colônia e da Fazenda São Lourenço, o loteamento próximo ao porto cresceu até

⁹⁰ José da Costa Santos, natural do Rio de Janeiro, é considerado fundador da Vila do Boqueirão, cujas terras são provenientes da doação que este fez juntamente com Donana, em nome de N. S^{ta} da Conceição (padroeira do município), conforme o testamento de 1826. Teria designado ao sobrado o nome ‘São Lourenço’ em homenagem ao santo a quem era devoto, e cuja imagem ficou resguardada numa capelinha - que, segundo consta, teria existido na fazenda - até o momento em que foi construída a igreja da matriz, para onde foi transladada.

⁹¹ Então sobrinha do Gal. Bento Gonçalves que vinha à Fazenda visitá-la.

⁹² Os filhos homens estudaram no Rio de Janeiro, então sede da Coroa Portuguesa, e quando eclodiu a Guerra do Paraguai, com a convocação dos Voluntários da Pátria pelo Império, três deles apresentaram-se: Joaquim Francisco dos Santos Abreu, era oficial da Marinha e ficou conhecido como *Almirante Abreu* e herói da Guerra do Paraguai; seu irmão mais velho, Antônio Francisco dos Santos Abreu, foi incorporado como oficial médico e intitulado *Barão dos Santos Abreu*; e finalmente, o jovem Vicente dos Santos Abreu, já engajado nas tropas da Tríplice Aliança para combater o Paraguai, lhe foi concedida a posição de alferes. Com isso, guarda-se no nome das ruas do município a lembrança de personalidades ilustres da época, que viveram no sobrado, tal como em Pelotas e Porto Alegre.

atingir a condição de vila. Esse período corresponde à segunda fase da história do município.

Segundo Abreu (2001, p.19), Joaquim José Inácio de Oliveira Guimarães (pai do Cel. José Antônio e sogro de Ana Joaquina) teria assumido o papel de chefe farroupilha, ou seja, chefe do governo que ficou, então, centralizado no Boqueirão⁹³ depois que todo o governo de Pelotas (ricos e monarquistas) fugiu para Rio Grande, durante a Revolução Farroupilha (1835–1845). Foi por intermédio de Joaquim José Inácio que a Fazenda do Sobrado proporcionou apoio logístico aos farrapos (escravos, cavalos, gado, construção e reparo de barcas e lanchões). Nesse mesmo período, ela também foi utilizada como quartel-general por Bento Gonçalves e seus comandados, além de ter prestado auxílio e abrigo a Giuseppe Garibaldi que ali se resguardava da Armada Imperial. Segundo consta, era na fazenda que se reunia o alto comando para deliberação dos rumos da guerra na região do litoral⁹⁴.

Pelo que foi exposto até então, fica claro que a posse das terras da Fazenda do Sobrado foi passando de uma geração a outra no decorrer dos anos e, por que não dizer, dos séculos, alternando-se entre os herdeiros dos primeiros donos. Após percorrer os veios de uma grande árvore genealógica e reduzindo-se a frações de terra cada vez menores, a Fazenda do Sobrado veio a constituir-se numa propriedade de terceiros, da família Serpa, não descendentes da estirpe ‘Costa Santos’ ou ‘Santos Abreu’, como será apresentado no capítulo seguinte.

⁹³ Há registros de que em 23/07/1842, o movimento revolucionário farroupilha chegou ao município, mais precisamente no Boqueirão, onde foram derrotadas as forças legalistas comandadas por Francisco Pedro de Abreu (Cap. Pedro Francisco Abreu).

⁹⁴ Segundo relatos históricos (Abreu, 2001, p.23), a Fazenda do Sobrado ter-se-ia constituído como “um ponto de destaque na região de tal ordem, que chegou a hospedar a Princesa Isabel e acompanhantes”, tendo sido “diversas vezes requisitada, não só no período da Revolução Farroupilha, como também na Guerra do Paraguai”.

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E TURISMO RURAL NA FAZENDA DO SOBRADO: OBJETOS E AÇÕES, TEMPOS E VIVÊNCIAS

O estudo da Fazenda do Sobrado, cujo produto turístico consolidou-se ao longo do tempo a partir da conversão do patrimônio arquitetônico como atrativo, investiga-o sob vários aspectos procurando mostrar o quão rica e fecunda essa experiência se apresenta no contexto analisado.

De um lado, essa riqueza aparece como resultado da justaposição de ações, tempos e vivências, entrelaçando o presente ao passado e sobrepondo as histórias de vida dos seus protagonistas (colonizadores, estancieiros, farroupilhas, produtor rural e família empreendedora).

Por outro lado, a sua experiência com o turismo rural coloca em evidência a potencialidade turística do patrimônio arquitetônico rural expondo, por conseguinte, as benesses geradas pela prática da atividade. Seja pela sua contribuição econômica (ao empreendedor familiar e ao desenvolvimento das localidades), ou sócio-cultural, capaz de englobar distintamente vários segmentos da sociedade urbana e rural, a experiência em estudo parece pródiga e fecunda, ganhando vida a partir das ações humanas sobre o território, em que se incluem: a agricultura, a produção arquitetônica e, mais recentemente, a atividade turística rural (FIG. 11).



FIGURA 11 – Esquema ilustrativo
FONTE – Elaborado pela autora.

5.1. História e turismo na interpretação do patrimônio

Com base no que foi relatado, evidencia-se a importância histórica da Fazenda do Sobrado na fundação e no desenvolvimento de São Lourenço do Sul, sendo considerada o berço do município. A propriedade recebeu esse nome em homenagem ao santo do qual o português Antônio dos Santos Abreu, um dos antigos proprietários, era devoto.

Nesse sentido, a Fazenda do Sobrado emerge como protagonista da história local e regional, constituindo-se em uma unidade dentro de um contexto político e histórico mais amplo, já tendo sido abordada por historiadores como Coaracy (1957), Costa (1999) e Abreu (2001), cujos registros foram de grande utilidade à pesquisa. Tais apontamentos vieram aclarar os fatos históricos relativos ao sobrado e à genealogia dos seus descendentes, contribuindo para atingir-se os objetivos desta pesquisa.

Sua história subjacente desponta como fator potencial que subsidia o processo de conversão do patrimônio em atrativo, estimulando a sua visitação e o conhecimento de tudo aquilo que lhe diz respeito e que, por ventura, remeta os turistas e/ou residentes às suas raízes culturais.

Com isso, torna-se patente o valor histórico-cultural do patrimônio arquitetônico, cuja conservação passa a ser entendida como fator relevante à manutenção da qualidade de vida da comunidade e ao fortalecimento da sua auto-estima, que contribui com a construção de uma nova consciência, valorizando a diversidade e pluralidade cultural e despertando o sentimento de alteridade. O resgate desses valores e a difusão da existência do patrimônio pelos mais diversos meios⁹⁵ (contemplados num planejamento interpretativo) promovem o seu

⁹⁵ Ao longo dos tempos, a intenção de tornar conhecido o seu patrimônio cultural fez com que as sociedades utilizassem vários meios para alcançar tal propósito: as expedições científicas, as publicações escritas - que atuam, sobretudo, como forma de registro da existência do bem patrimonial, situando-o num dado espaço e tempo, tais como a literatura de viagens, a literatura romântica, os romances históricos, os artigos de jornais e o guia de turismo - além das gravuras, desenhos e fotografias; da arte dos cartazes, das filmagens; até se chegar aos meios de reprodução digital de que se dispõem hoje (Camargo, 2002).

conhecimento e, principalmente, uma maior consideração por sua preservação.

Quanto à contribuição da história ao turismo, de acordo com Murta & Albano (2002, p.62), os estudos deverão avançar no sentido da “interpretação das identidades locais e regionais, ressaltando seus mitos, ritos, arquétipos e símbolos”⁹⁶. A proposição parece coerente, pois conforme Cassirer (1994, p.48) o homem vive em um universo simbólico, do qual fazem parte a linguagem, o mito, a arte e a religião, que são “os variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana”.

Nesse sentido, “a história irá figurar como instrumento para a compreensão”, conforme Camargo (2002, p.59), e o turismo, como veículo de divulgação e fruição dos bens culturais, propiciando o contato e a interação com o patrimônio, a descoberta ou redescoberta de lugares desconhecidos, com costumes diferentes. O visitante, caso disponha antecipadamente do aporte das informações, será estimulado a reencontrar nos cenários visitados a história dos personagens relatados, mesmo sabendo que não irá vê-los. No entanto, os esclarecimentos também poderão ser-lhe providos concomitantemente à apreciação do bem, mediante o relato (dos guias turísticos, dos próprios residentes ou do titular do patrimônio); a representação artística (performances com shows de música, dança, teatro, contos e festas populares) ou o uso de meios animados de exibição (vídeo, programa interativo no computador, som, luz e imagens), tal como no Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões, RS.

Nessa perspectiva, o conhecimento da história da fazenda possibilitou apreender a significação histórico-cultural do patrimônio arquitetônico e o sentido da sua arquitetura⁹⁷. O sobrado, então

⁹⁶ É oportuno lembrar que “símbolos não podem ser reduzidos a meros sinais”, ambos “[...] pertencem a dois universos diferentes do discurso”, como elucida Cassirer (1994, p.58), enquanto os símbolos atuam como ‘designadores’, sendo parte do mundo humano do significado, os sinais atuam como ‘operadores’, fazendo parte do mundo físico do ser.

⁹⁷ Numa abstração, pode-se fazer uma analogia entre o significado da arquitetura e as reflexões de Cassirer (1994, p.64) sobre a cultura humana, cujo “caráter específico e seus valores morais e intelectuais” não derivam “do material que a consiste, e sim de sua forma, sua estrutura arquitetônica”. (...) “A coisa de

constituído como um bem patrimonial e atrativo cultural, em sentido mais amplo, pode ser compreendido enquanto construção social datada, historicamente determinada, isto é, “produzida numa dimensão espaço-temporal” (Camargo, 2001, p.65), ou ainda, segundo o autor (2002, p.60), “enquanto elementos de identidades de outras sociedades ou das identidades nacionais que se construíram” num dado período, reforçando com isso a memória coletiva.

Em sua magnitude, o patrimônio se reforça como um atrativo cultural potencial, cujo aproveitamento pode vincular-se convenientemente às atividades turísticas, principalmente viabilizando uma prática pedagógica (atitude) voltada à educação patrimonial dos turistas ou dos residentes⁹⁸.

Nesse sentido, cabe destacar a importância do resgate e do registro dos aspectos histórico-culturais a ele concernentes, os quais se situam, enquanto marcos de vida individuais, em acontecimentos passados e também em vivências recentes – o que se insere como etapa essencial do plano interpretativo. Este último, segundo Murta & Goodey (1995), visa aumentar a compreensão do público sobre o tema e promover o interesse popular pelo patrimônio local, sobretudo realçando o lugar e valorizando o patrimônio e a própria experiência de quem o usufrui.

Antes de tudo, a interpretação dos lugares, do seu patrimônio, dos seus saberes e fazeres culturais, “é um instrumento de comunicação com o morador, o visitante e o turista”, transmitindo mensagens, despertando emoções e suscitando a reflexão (Murta & Albano, 2002)⁹⁹.

importância vital não são os tijolos e pedras individuais, mas a função geral como forma arquitetônica”.

⁹⁸ Para Murta & Albano (2002, p.62), cabe à educação patrimonial “sensibilizar e conscientizar as comunidades em torno de seus valores e tradições”, “[...] resgatando e preservando o imaginário coletivo e o patrimônio representativo da cultura, no eixo temporal e espacial”. A partir do momento em que a comunidade adquira consciência do seu patrimônio, terá condições de decidir sobre aquilo que deseja preservar e até que ponto isso será compartilhado com os visitantes ou resguardado para si própria.

⁹⁹ Em reforço à idéia, Murta & Goodey (1995, p.20), resgatam a histórica afirmação de Tilden (1967), o pai da interpretação: “através da interpretação, a

Com isso, pode-se despertar o interesse de segmentos distintos do público pelo lugar, conduzindo-os a resgatar suas origens, a fortalecer sua identidade com base no reconhecimento da sua pertença a uma determinada cultura (quanto ao seu grupo social, familiar, religioso, político e ao seu papel dentro do grupo), fazendo-os situar-se enquanto indivíduos, inseridos na lógica de um sistema social determinado no espaço e no tempo, em que o momento presente só pode ser contextualizado em sua continuidade com o passado (Barretto, 2001)¹⁰⁰.

Focalizando-se o patrimônio arquitetônico como atrativo turístico, em níveis diferentes, pode-se identificar três segmentos distintos do público consumidor potencial do produto turístico gerado e/ou aprimorado a partir da atividade de interpretação do patrimônio, ilustrado na FIG.12:

- **os nativos:** pessoas da própria localidade, que lá cresceram e estabeleceram-se como moradores e/ou profissionais, facilmente identificando-se como coadjuvantes da história que está sendo retratada.
- **os turistas potenciais:** pessoas que, embora distantes, mantêm um vínculo afetivo com o lugar¹⁰¹. Isso os torna de alguma forma receptivos às novas informações, quer sejam elas resgatadas no passado ou relativas ao momento presente, evidenciando um novo aspecto que outrora lhes passara despercebido.
- **visitantes ou turistas,** de um modo geral: pessoas que, reconhecendo suas raízes histórico-culturais atreladas ao passado, identificam-se com a história que está sendo retratada, segundo um plano mais amplo e distante (regional, estadual).

Quanto aos dois primeiros grupos, os quais já partilharam um dia de um território comum, o interesse despertado nasce da possibilidade de que dispõem de incrementar o próprio repertório intelectual, dada a

compreensão; através da compreensão, a apreciação, e através da apreciação, a proteção”.

¹⁰⁰ Nesse sentido, Barretto (2001, p.104) expõe: “Monumentos e prédios históricos, danças e culinária, ditados populares e cerimônias mantêm a continuidade cultural, são um nexos dos povos com o seu passado”.

¹⁰¹ Em função dos laços familiares ou de parentesco, pelo fato de o lugar já ter sido antigo local de moradia ou de realização das suas atividades profissionais.

necessidade de discorrer sobre o lugar, o seu passado histórico ou os acontecimentos recentes, reproduzindo os seus cenários e contrapondo-os àquele que, um dia, eles próprios vivenciaram, dele fizeram parte, contribuindo a partir de diferentes níveis para a sua construção.

Assim, num sentido mais amplo, Murta & Albano (2002, p.19) concluem que o processo de interpretação responde, pois, “à necessidade do planejamento municipal proteger e desenvolver um sentido de lugar, de transmitir seus valores, sua ecologia e sua história às novas gerações”.

- VALORES:**
- 1. HISTÓRICO**
(aspecto estético e sócio-cultural)
 - 2. FUNCIONAL**
(aspecto utilitário, econômico)
 - 3. ATRATIVO TURÍSTICO**
(aspecto estético, sócio-cultural e econômico)

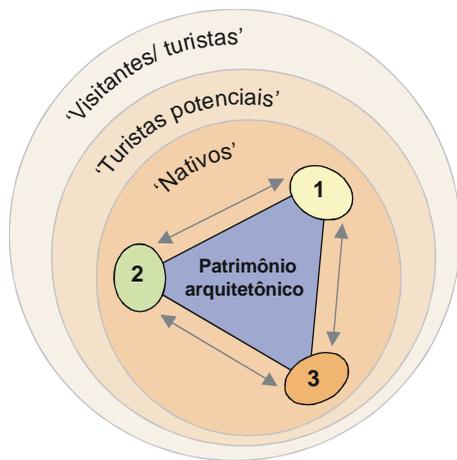


FIGURA 12 – Esquema ilustrativo do patrimônio arquitetônico (atrativo turístico) em sua relação com o público-alvo, e dos valores que lhe conferem valoração e motivam sua conservação.

FONTE – Elaborado pela autora.

Na atualidade, o patrimônio arquitetônico, pouco a pouco, vem assumindo maior valoração na sociedade contemporânea, dados os aspectos histórico-culturais ou estéticos a ele concernentes e às contribuições sócio-econômicas decorrentes do seu aproveitamento, quer seja pelo mercado imobiliário ou turístico. Assim, o reconhecimento das suas potencialidades e a sua conseqüente valorização enquanto manifestação da cultura material dos povos (valor histórico) ou objeto de consumo da sociedade (valor econômico) – que se observa quando o seu uso tem a perspectiva de suprir necessidades de ordem prática (valor funcional) ou de satisfação da demanda turística

(valor atrativo turístico) – freqüentemente apresentam-se como motivadores da sua conservação e/ou preservação.

No caso em estudo, partiu-se do aproveitamento do patrimônio arquitetônico como atrativo do turismo, então implantado pela família com base na convicção do seu potencial para geração de renda não agrícola, complementar à da atividade agropecuária. Dessa forma, o sobrado - que a princípio foi conservado por seu valor funcional, servindo ainda hoje como moradia da família – com o turismo rural, incorpora também a função de hospedagem, passando a adquirir maior valorização econômica, a qual se reforça ainda mais a partir do reconhecimento do valor histórico concernente ao patrimônio. Nessa situação, a conservação patrimonial encontrou sua razão nos vários aspectos - relacionados ao valor funcional, histórico e atrativo turístico - que lhe são atribuídos (FIG.12)¹⁰².

De um modo geral, enquanto não se visualizam as potencialidades de aproveitamento do patrimônio arquitetônico, não apenas o mercado imobiliário e o turístico deixam de lado oportunidades de investimento; a própria omissão do poder público o faz confrontar-se com os problemas sociais gerados por áreas urbanas abandonadas e/ou degradadas. Porém, a maior perda acaba sendo da comunidade que, em pouco tempo, não mais disporá desses recursos para subsidiar o conhecimento da sua própria história.

Muito embora algumas situações não possam ser tão facilmente revertidas depois de estabelecidas (pelo elevado custo ou mesmo pela impossibilidade de reparação dos danos) e quase sempre implicarem em perdas à coletividade - como ocorre com relação ao patrimônio edificado - a percepção do valor que lhe concerne apresenta-se como algo mutável ao longo do tempo, o que alimenta a esperança na possibilidade da

¹⁰² Em outros casos - como ocorre com a ponte Hercílio Luz, cartão postal de Florianópolis (SC), e com outros exemplares arquitetônicos remanescentes da atividade ferroviária que outrora dera vida às cidades, como a antiga Gare da Estação Férrea de Santa Maria (RS) - percebe-se não mais existir nenhum valor funcional agregado à construção. Contudo, a conservação da ponte Hercílio Luz é uma realidade, ao que tudo indica, motivada pelo reconhecimento do seu valor histórico e atrativo turístico. Quanto à situação da Gare, em Santa Maria, a comunidade há muito tempo vê o seu patrimônio transformar-se em ruínas, em virtude do abandono, das depredações criminosas e da falta de iniciativa política.

reconstrução social. Isso será factível na medida em que se tenha um maior entendimento a cerca das potencialidades de aproveitamento desses bens.

5.2. A família Serpa: agricultura e residência na Fazenda do Sobrado

Há pelo menos 40 anos, a fazenda foi adquirida pela família Serpa em função de uma permuta de terras, assinalando um novo tempo de mudanças quanto às atividades da propriedade e aos desígnios do sobrado¹⁰³.

Anteriormente à permuta, de acordo com D. Ivany Serpa, a propriedade era do Dr. Ariano Requião de Carvalho, conhecido cirurgião pelotense e um dos herdeiros dos primeiros donos, que faleceu deixando o referido imóvel, em partilha, para sua filha-herdeira, Maria Carvalho de Freitas, casada com Osvaldo Amaral Gomes de Freitas. Segundo consta, o casal mantinha a fazenda arrendada e o casarão fechado, ficando praticamente abandonado, sem qualquer utilidade prática ou valoração. Ao que tudo indica, a ocorrência de desentendimentos deste último com um vizinho de propriedade lindeira, aliada à oportunidade de permutar a área por outra da família Serpa, acabaram rompendo definitivamente com a sucessão hereditária das terras da Fazenda do Sobrado que a mantivera, por longo tempo, sob a posse dos descendentes da família ‘Santos Abreu’. Estes, ainda hoje, demonstram entusiasmo pelo resgate da história da família Abreu a qual, indubitavelmente, passa pela história do sobrado¹⁰⁴.

¹⁰³ Uma escritura, datada de 1967, segundo consta no Registro de Imóveis, ratifica oficialmente a permuta das terras da Fazenda do Sobrado, localizadas junto à Lagoa dos Patos, de propriedade do Dr. Osvaldo Gomes de Freitas, pelas da Fazenda Santa Izabel localizada na BR-116, de posse de Solimar Serpa.

¹⁰⁴ Cabe destacar a iniciativa do historiador Egon Ziebell de Abreu (2001), cujas referências constam na pesquisa. A família Abreu promove periodicamente reuniões que contribuem para o resgate da história e fortalecimento dos laços culturais entre os seus descendentes, tendo estado reunidos em festividade comemorativa na Fazenda do Sobrado, em 1997.

A partir de então, a propriedade rural constituída de 300ha de terra, um casarão e algumas esparsas benfeitorias, igualmente em mau estado de conservação, passa aos cuidados da atual proprietária e moradora Ivany Wienke Serpa, viúva de Solimar Serpa, desde 1987.

Além de possuir terras férteis, em área banhada pela Lagoa dos Patos, nas proximidades do Rio São Lourenço, a Fazenda do Sobrado ficava a pouca distância da zona urbana¹⁰⁵. Isso lhes oportunizou não apenas morar num ambiente agradável, tranquilo e seguro, em contato com a natureza, como é reconhecidamente o meio rural, mas também dispor de facilidades e de condições de acesso aos serviços; garantindo boa qualidade de vida e conforto, aspectos que consideravam relevantes, especialmente antevendo o avanço da idade, conforme relato de D. Ivany. Segundo recorda, primeiramente começaram reconstruindo as instalações rurais da propriedade (cercas, galpões, poteiros, currais), cuja função primordial era atender às necessidades da produção agropecuária. Gradativamente foram recuperando o casarão que, depois de transcorrido longo período de abandono, não se apresentava em condições adequadas de habitabilidade.

Eis uma idéia da arquitetura do Sobrado...

5.3. O patrimônio arquitetônico da Fazenda do Sobrado

Tendo-se partido da investigação sobre o histórico da propriedade, a pesquisa volta-se ao estudo do seu patrimônio arquitetônico, buscando na seção 5.3.1 compreendê-lo enquanto expressão materializada da cultura humana no passado, em formas que ainda persistem na paisagem lourenciana e assumem significado na dimensão espaço-temporal. Na seqüência, objetivou-se identificar o papel desempenhado pelo patrimônio arquitetônico e as adaptações requeridas com o tempo. A princípio, a seção 5.3.2 expõe as intervenções realizadas pela família a fim de adequá-lo enquanto moradia, posteriormente retratando-se como ele se inseriu no contexto das atividades do turismo rural.

¹⁰⁵ Passados cerca de 10 anos da aquisição da propriedade é que a família transferiu definitivamente a sua residência, fixada na área central urbana, para o sobrado.

5.3.1. O sentido da arquitetura

Diante da escassez de referências específicas ao sobrado, buscou-se aporte na literatura sobre a arquitetura das estâncias no Rio Grande do Sul¹⁰⁶. Utilizou-se também do relato descritivo de viajantes, como Nicolau Dreys, captando algumas de suas impressões sobre aspectos peculiares, comuns às estâncias da Capitania de São Pedro¹⁰⁷.

Segundo Luccas (1997, p.9), a evolução da estância demonstra a utilização de uma arquitetura externa “marcadamente paulista pela procedência de expressivos contingentes destes que ocuparam-se das tropeadas e assentamentos iniciais”¹⁰⁸. Essas matrizes arquitetônicas sofreram adaptações ao serem transmutadas às condições geográficas, culturais e climáticas do sul - com seu clima temperado, invernos rigorosos, ventos intensos e temperaturas médias inferiores ao restante da colônia¹⁰⁹. Segundo o autor, a relevância dessa produção arquitetônica “sustenta-se sobre o pioneirismo e a longa supremacia econômica e

¹⁰⁶ A temática é retratada de forma sucinta por Macedo (1983) e Weimer (1999), que buscaram definir as tipologias correntes com base na análise da composição, da técnica construtiva, do repertório e da sintaxe formal. Também a edição de Pinto (1989), focalizando os aspectos histórico-sociais das estâncias, ainda que não possua o mesmo rigor científico deixa sua contribuição, especialmente quanto ao seu material iconográfico.

¹⁰⁷ Conforme Murta & Goodey (2002), a atividade de interpretação já existia desde que os primeiros viajantes, comerciantes e naturalistas, registravam suas impressões nos diários.

¹⁰⁸ Segundo afirma Vianna apud Luccas (1997), não necessariamente a denominação ‘paulista’ tem a ver com a sua origem (legitimamente pertencente ou procedente de São Vicente/SP), podendo constituir-se de um português ou espanhol.

¹⁰⁹ Em sua passagem pelas terras de São Pedro do Sul - onde esteve pela primeira vez em junho de 1820, regressando ao Rio de Janeiro só em maio de 1821 - o naturalista Auguste de Saint-Hilaire ao descrever as agruras do clima retrata como eram as moradias, afirmando que apesar do frio e das geadas, freqüentemente à noite todas as portas e janelas permaneciam abertas, não havendo aquecimento em nenhuma casa e nem meios de fazê-lo. Em Porto Alegre, em julho de 1821, relata: “Esse frio se repete anualmente; todos se queixam dele, o que é de admirar-se pois ninguém toma providências para defender-se do frio”, “... ninguém pensa em aquecer os aposentos, trazendo-os bem fechados e nele acendendo uma lareira” (Saint-Hilaire, 1997, p.35).

política destes estabelecimentos”, a qual foi “obtida com a consolidação da apropriação privada da terra e dos rebanhos”¹¹⁰.

As estâncias do Rio Grande do Sul, conforme Pinto (1989, p. 11-14), constituem “a matriz histórica que assistiu ao desenvolvimento regional, e a elas corresponde a moldura da própria forma de viver e a mentalidade do homem do Rio Grande”. Podem ser compreendidas como típicas na medida em que “apresentam uma unidade de hábitos, costumes e trabalho, traços que são comuns a todas elas. Mas exibem diferenças, decorrentes de inúmeros fatores, como as condições geográficas, a formação sociológica de seus fundadores e ocupantes, origem dos habitantes e as peculiaridades de cada região.”

A tipologia das construções varia segundo a região; na fronteira tendem à nítida influência espanhola, no litoral e no centro-sul geralmente demonstram a marca do traço lusitano¹¹¹. As estâncias atuaram como os primeiros núcleos da atividade rural e produtiva, perfil que delineou as origens pastoris do Rio Grande, de onde eram arregimentados os recursos humanos que sustentavam as ações de defesa no território. Conforme Pinto (1989), também desempenharam a função de sentinelas avançadas e de primeiros baluartes com que se defrontavam os invasores.

Um dos aspectos característicos às fazendas sul-rio-grandenses é a concentração de suas edificações principais na sede, onde se instalava a residência do proprietário. Por ser arquitetonicamente mais elaborada e resistente elas tiveram melhores condições de resistir à ação do tempo, fazendo com que muitas subsistissem até os dias de hoje. Segundo Luccas (1997), no sul dispunha-se a casa de modo que a sua fachada ficasse orientada para Leste ou Norte, para onde se abriam costumeiramente os compartimentos principais fazendo-os receber o sol higiênico da manhã.

Para Weimer (1999, p.40), formalmente as edificações das estâncias não sofreram grande evolução com o tempo, mantendo sua

¹¹⁰ Cardoso apud Luccas (1997, p.6).

¹¹¹ As diferenças regionais também aparecem na linguagem; enquanto na serra por influência dos povoadores paulistas, as propriedades rurais são denominadas *fazendas*, nas zonas de fronteira por influência da língua espanhola, recebida do Uruguai e da Argentina, são conhecidas como *estâncias*.

forma sisuda derivada das construções militares; contudo, destaca a modificação que se processou no partido arquitetônico das casas, quando se acrescentou um segundo piso à casa térrea típica. O andar superior possibilitou a instalação da residência senhorial num local de maior segurança, dificultando o acesso dos cativos a esse compartimento e melhorando as condições de policiamento da propriedade, além de imprimir maior monumentalidade ao conjunto arquitetônico, então transformado em ‘sobrado’.

Tal modificação foi possível a partir do enriquecimento da classe dominante¹¹².

Nesse sentido, o patrimônio arquitetônico da Fazenda do Sobrado, datado do final do século XVIII e traduzido na sua construção-sede, constitui-se de um sobrado “cuja harmonia de linhas contrasta com a presença das seteiras, as quais guardam a memória de épocas onde era necessário tomar medidas severas de defesa”, conforme Pinto (1989)¹¹³. Esse contexto de hostilidades, segundo Weimer (1999), condicionou a arquitetura das sedes das sesmarias que, a princípio, deviam ser implantadas em locais estratégicos, permitindo ampla visão sobre a propriedade e um maior controle dos movimentos de tropas invasoras.

Com isso, as edificações em suas características mantinham uma vinculação formal direta com as construções militares, tal como se apresenta a arquitetura do sobrado: eram atarracadas, de aspecto pesado,

¹¹²As antigas estâncias são ricos cenários históricos, onde povoam muitas lembranças e outras tantas lendas que subsistem no imaginário das pessoas. Tal como na Fazenda do Sobrado, acredita-se que existiriam nas estâncias, possíveis tesouros enterrados, que o faziam os proprietários com o auxílio de um negro escravo da sua mais alta confiança, para guardar as riquezas geradas (venda de novilhos às charqueadas ou sua exportação às outras províncias do Império). Para ilustrar o fato, registram-se as palavras de Dreys (1961, p.131): “[...] qual será o destino que todos os anos leva a espécie metálica, pois que o estancieiro não vende senão a dinheiro à vista? Há opinião de que ele o enterra, o que aliás é mui fácil de fazer com mistério e segurança, nos vastos terrenos que lhe pertencem”.

¹¹³As seteiras são aberturas longas e estreitas, dispostas verticalmente como frestas nas espessas paredes das antigas edificações que, não obstante servirem à débil iluminação do seu interior, permitiam ao atirador visualizar o exterior e lançar mão do ataque aos sitiados, sob total segurança e proteção. Em termos funcionais, eram construídas à semelhança das existentes nas fortificações e muralhas (FIG. 39 e 40, do APÊNDICE).

com paredes espessas e cunhais salientes nos cantos formados por duas paredes convergentes, buscando imprimir maior solidez ao conjunto (FIG. 13 e 14). A grande espessura das paredes externas do sobrado, variando de 70 cm a 1m, tornam-se nitidamente visíveis ao ficarem proeminentes nas aberturas de portas e janelas (FIG. 15 e 16).

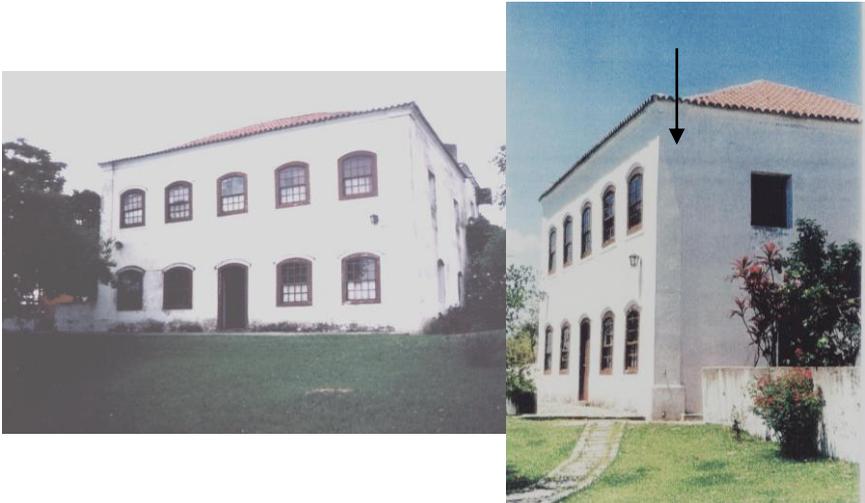


FIGURA 13 e 14 – Fachada principal do Sobrado, em estilo colonial português. Cunhais salientes reforçam seu aspecto maciço e fortificado.

FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

Segundo Pinto (1989), esses remanescentes arquitetônicos revelam as circunstâncias agressivas da vida belicosa da época, em que os proprietários também se encontravam envolvidos nas lutas em favor da defesa dos limites meridionais do Brasil e da dilatação do território. Constitui-se, pois, como um marco referencial que assinala um período da história do Rio Grande do Sul.

Nessa perspectiva, o Sobrado destaca-se na paisagem lourenciana como elemento de grandes potencialidades turísticas, dado o seu valor arquitetônico e histórico-cultural, o qual se expressa, sobretudo em sua arquitetura de estilo colonial português¹¹⁴.

¹¹⁴ O termo colonial designa genericamente o tipo de arquitetura que era praticada nos países que foram colônia, neste caso portuguesa. Segundo Maestri (2001, p.38), na América Portuguesa as construções, de um modo geral, eram



FIGURA 15 e 16 – Ambientes de estar (à esquerda) e jantar (à direita), no andar superior. Janelas do tipo guilhotina, de verga curva e reta, respectivamente, guarnecidas internamente por postigos de madeira.
FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

Convém destacar os aspectos marcantes da sua fachada frontal (FIG. 13 e 14), com linhas predominantemente retas, cunhais salientes nos cantos, reforçando o seu aspecto maciço e fortificado. Sua composição privilegia a simetria segundo um eixo vertical, mantendo-se um equilíbrio entre os cheios e vazios dos vãos das aberturas que compõem tal fachada. Nesta, dispõe-se um acesso centralizado, cujo

essencialmente funcionais, atarracadas e sem muita imaginação. O caráter pesado, monolítico, retraído sobre si mesmo dos sobrados senhoriais coloniais “correspondia às necessidades não só habitacionais como também ideológicas das elites”, representando simbolicamente “o poder despótico dos patriarcas sobre seus escravos e familiares”. Sua forma, basicamente retangular e com grossas paredes, era fruto dos materiais disponíveis, da pobreza das técnicas utilizadas e da rusticidade da mão-de-obra, constituindo-se em um abrigo contra o rigor do clima e uma proteção contra os ataques exteriores. Esse conjunto simples, pesado, mas elegante, constituía o que mais tarde foi denominado de estilo colonial brasileiro. Com isso, o autor conclui: “Os sobrados senhoriais satisfiziam igualmente, seus senhores no relativo às necessidades de segurança” (p.40).

fechamento é uma porta de folha única em madeira, atualmente entrada principal da casa ¹¹⁵.

As janelas seguem os padrões vigentes na época, no país: são do tipo guilhotina, com caixilhos de madeira sustentando pequenas placas de vidro, guarnecidas por postigos internos de madeira (FIG. 15 e 16). Na fachada principal (FIG. 13 e 14), mostram verga curva e cimalthas, ficando ausentes as *bandeiras* (caixilho fixo ou móvel, situado na parte superior da esquadria). Em muitas delas foram acrescentadas molduras em relevo nas alvenarias, possivelmente na segunda metade de oitocentos.

Sabe-se que as pinturas das casas coloniais eram “inicialmente caições brancas, e de cores fortes nas guarnições e aberturas de madeira, em geral o vermelho chinês, o azul cobalto, ou o amarelo cádmio” que com o tempo, muitas delas tiveram incluído “uma barra escura à base das alvenarias”, segundo exposto por Luccas (1997, p.74).

Em suma, trata-se de uma construção de dois pavimentos, com planta baixa de formato retangular, tendendo ao quadrado¹¹⁶. Sua composição volumétrica é formada pela justaposição de dois volumes retangulares edificados, de diferentes tamanhos e alturas, contíguos, porém com telhados independentes de quatro águas, com cobertura de telhas de barro (originalmente utilizava-se a telha canal), o que leva a crer que muito provavelmente tenham sido edificados em momentos distintos (FIG. 17).

¹¹⁵ A respeito, retrata Maestri (2001, p.41-42): “No térreo dos sobrados, uma ou mais janelas distribuíam-se, de forma harmônica, à esquerda e à direita da, em geral, única porta de acesso”. “Os marcos das aberturas eram em pedra ou madeiras; as vergas de arco reto ou, mais tarde, de arco abatido. Esse programa reproduzia-se no segundo andar.” Segundo D. Ivany, quando adquirida a casa, os vãos das portas externas - relativos ao acesso principal e secundário (pátio dos fundos) - não apresentavam nenhum fechamento. Muito provavelmente as portas originais daquela época teriam sido constituídas por duas folhas, como as demais existentes ainda hoje na casa.

¹¹⁶ Ao analisar tipologicamente o Sobrado, considerando-se o seu núcleo original, Luccas (1997, p.100) inclui a edificação entre o grupo das casas estancieiras classificadas como “casa nuclear, ou seja, a casa compacta com planta tendendo ao quadrado”.



FIGURA 17 – Vista panorâmica da construção-sede e do galpão rústico.
FONTE – Arquivo da Família Serpa.



FIGURA 18 e 19 – Circulação no andar térreo e superior, respectivamente. No térreo, à esquerda vê-se a escada que dá acesso ao segundo andar e, ao fundo, as salas de jantar (com as cristaleiras antigas), e de estar (oratório); o piso simples de lajota foi a solução encontrada na época para melhor adequação do local como moradia. No andar superior (à direita), o piso de tábuas de madeira é original; os degraus marcam internamente a transição entre os dois volumes edificados. Ver localização dos ambientes na FIG. 38, do APÊNDICE.
FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

No interior, os dois volumes interligam-se de tal forma, complementando-se em suas funções que, no primeiro pavimento (FIG.18), não há nítida separação entre eles, apenas no segundo (FIG.19) surge um desnível, vencido por três degraus de escada, marcando a transição.

Na edificação posterior, ainda existe uma escadaria externa que, antigamente, permitia um acesso independente do segundo nível ao pátio delimitado que existira nos fundos, do qual restam alguns vestígios do muro¹¹⁷. Em geral, o sobrado senhorial colonial mostrava nítida separação entre os andares e, ainda, a separação entre o interior e o exterior da residência, as instalações de serviços e as instalações produtivas.

Externamente ao sobrado, existe hoje um pequeno pátio lateral (FIG.17), delimitado por muros de alvenaria de tijolos, no local onde antigamente houvera, de fato, uma outra construção, como se pôde confirmar pelo registro fotográfico do início do séc.XIX (FIG. 6 e10). Especula-se que ali poderia ter sido o local da antiga capela da fazenda, à qual é referida por muitas pessoas; contudo nada se pode afirmar. A sugestão para aclarar a dúvida poderia partir de uma investigação arqueológica que, caso viesse a confirmar as suspeitas, traria novas possibilidades ao turismo cultural e educativo na propriedade. O pátio permite o acesso pela lateral ao volume frontal da casa (anterior) e também à parte dos fundos, onde o compartimento que abriga hoje a cozinha, outrora ficava isolado, sem comunicação interna com o resto da moradia¹¹⁸. Tudo leva a crer que ali era o local do preparo das refeições,

¹¹⁷ Pelos vestígios existentes no terreno hoje em dia (FIG. 43, do APÊNDICE) e pelo registro fotográfico do início do séc. XIX (FIG.10), depreende-se que existira outrora um pátio nos fundos do sobrado, delimitado por muros de alvenaria de tijolos e/ou pedras. Na argamassa de seu assentamento, bem como no reboco da parte inferior proeminente do embasamento da construção, pode-se observar vestígios de conchas.

¹¹⁸ Segundo a titular, existia uma escada simples de madeira, de degraus vazados, que partia deste compartimento para o andar superior, utilizando-se de um alçapão no forro. Muito provavelmente este último constituir-se-ia no andar nobre da casa, residência senhorial propriamente dita, de acesso restrito aos criados. Para viabilizar o casarão como moradia da família Serpa, os atuais proprietários abriram nesse compartimento isolado uma porta numa parede

onde comumente se fazia ‘fogo de chão’. As suspeitas ficam ainda mais evidentes com a presença da sineta que fica postada do lado de fora, diante desta porta (FIG. 39 e 41, do APÊNDICE)¹¹⁹.

No lado oposto, conforma-se outro pequeno pátio (FIG.17) delimitado na frente, por muro de alvenaria; nas laterais, pelo galpão rústico (FIG.24) que antigamente servia de cocheira e, no fundo, por uma construção simples, adjacente à escadaria externa, que hoje funciona como depósito.

Entre os elementos construtivos que existiam nas adjacências da edificação-sede, a literatura sobre a arquitetura das estâncias aponta os galpões¹²⁰. Eles eram destinados aos serviços complementares (armazenamento dos instrumentos de trabalho, conservação dos apetrechos em couro e de outros aparatos de montaria) e aos aposentos dos escravos e/ou peões, de quem os senhores mantinham certo resguardo e proteção. Conforme Luccas (1997, p.38), “tudo indica que as senzalas também tenham sido edificações indispensáveis a estes núcleos rurais”, tendo desaparecido mais rapidamente em virtude da sua precariedade e fragilidade construtivas, ou mesmo pelo “desativo gradual à aproximação da abolição”, pouco restando delas na maioria das estâncias¹²¹.

Disso tudo, o que fica irrefutável é a beleza e a atmosfera singular que envolve o patrimônio arquitetônico ainda hoje, encantando

lateral (de quase 1m de espessura), com isso permitindo a sua ligação com o resto da casa. Ali, posteriormente instalaram a cozinha do sobrado.

¹¹⁹ Interessante destacar um trecho em que Dreys (1961, p.150) relata a presença da sineta nas estâncias: “À porta da charqueada ou da estância existe um sino, que é uso tocar-se nas horas da comida: serve ele para avisar o viajante vagando pelo campo, ou o desvalido da vizinhança, que pode se chegar à mesa do dono, que está se aprontando; e, com efeito, assenta-se quem quer a essa mesa da hospitalidade.”

¹²⁰ Segundo Luccas (1997, p.43), tais construções “tiveram como matrizes tipológicas os ranchos e galpões para pouso de tropeiros e viajantes”.

¹²¹ O registro fotográfico do início do séc.XIX (FIG. 10), leva a especular se na Fazenda do Sobrado a sua existência estaria ligada à construção adjacente ao casarão. Outra suspeita, conforme estudos de experiências similares em algumas estâncias, é de que “os pavimentos térreos ou porões altos, respectivamente, devem ter dividido seus espaços entre depósitos e senzalas dos serviços da casa”, como afirma Luccas (1997, p.46).

a todos aqueles que, de alguma forma, dele usufruem ou que por intermédio dele construíram a sua história em diferentes temporalidades. O sobrado é uma presença viva na memória de muitas pessoas: dos antigos que conviveram com as famílias descendentes da estirpe ‘Costa Santos’ ou ‘Santos Abreu’, das gerações deles descendentes, das pessoas que aprenderam a admirar o casarão, tal como a família Serpa, e ainda, de todos aqueles que um dia vieram a conhecer a arquitetura e/ou a história subjacente ao sobrado, motivados pelo turismo ou pela investigação científica.

O valor histórico-cultural do sobrado, expresso particularmente pela sua arquitetura, despertou inclusive a atenção da mídia televisiva que, em 1998, transformou-o temporariamente em cenário para gravação de alguns capítulos da minissérie *Luna Caliente* (Rede Globo), ocasião em que o elenco permaneceu por dias no local, movimentando a vida na fazenda e no município como um todo. Com isso, surgiu a oportunidade de projetar-se o patrimônio para além dos domínios da região, dando-lhe maior prestígio e envaidecendo todos os que se identificam como parte da história de que é protagonista o sobrado.

5.3.2 O Sobrado como moradia da família e as intervenções no patrimônio

Tendo em vista compreender como o patrimônio arquitetônico converteu-se em atrativo, suprimindo os anseios da família e inserindo-se nas atividades da propriedade, é importante retratar como estava o casarão antes de a família Serpa adquirir a fazenda e que alterações se fizeram necessárias a fim de torná-lo efetivamente sua nova moradia.

Apesar de terem sido feitas algumas intervenções (pequenas adaptações no seu interior), dando-lhe condições de habitabilidade, praticamente em nada se alterou a fachada do casarão, mantendo-se o seu aspecto original. A ausência de uma orientação técnica mais particularizada ao caso - o que poderia prejudicar a estética e a originalidade da arquitetura do sobrado, comprometendo os aspectos que lhe conferem atratividade nos dias de hoje - foi suplantada pelo zelo e apreço dos atuais proprietários que, assim, procederam da melhor forma na conservação do imóvel.

Para adequá-lo como moradia, a princípio, a família precisou provê-lo de instalações sanitárias, de energia elétrica e de sistema de comunicações, bem como providenciar os encanamentos para a acomodação da cozinha.

Além disso, no térreo, no compartimento onde se situa hoje a cozinha que, até então, tinha abertura apenas para o pátio lateral (acesso serviço), precisou ser rompida a sua parede, abrindo-se uma porta a fim de permitir a ligação direta deste ambiente com os demais existentes na casa (FIG. 21 e FIG. 38 do APÊNDICE, legenda 'C'). Também foram acrescentadas duas portas em madeira de uma única folha (na frente e nos fundos), fazendo o fechamento dos vãos externos que existiam, no acesso principal e secundário, respectivamente. As demais aberturas precisaram apenas de alguns reparos, sendo mantidas as originais.

No térreo, o piso que estava cimentado, recebeu revestimento cerâmico comum. Nos ambientes onde hoje ficam as salas de estar e jantar, os vãos das janelas - que não tinham qualquer fechamento - foram dotados de esquadrias, seguindo-se o padrão do resto da casa, apenas dispensando-se os postigos internos de madeira (FIG.18, 20 e 21).



A Sala de Jantar (abaixo) é ornamentada com duas notáveis cristaleiras de época, abandonadas no sobrado pelo antigo proprietário. Ao fundo, vê-se o vão aberto (intervenção posterior) na espessa parede, fazendo a comunicação da atual cozinha com esses ambientes. Ver a disposição dos ambientes na FIG. 38, do APÊNDICE.



FIGURA 20 e 21 – Sala de Estar (acima) com lareira, tendo ao fundo o oratório, e Sala de Jantar, respectivamente.

FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

Conforme relatou D. Ivany, quando a família adquiriu a fazenda o estado de abandono do sobrado era tal que as criações de porcos transitavam livremente nesses ambientes. Não se sabe como os animais não destruíram as duas notáveis cristaleiras de época (FIG.21) - em madeira de lei, robustas e torneadas, com consolo de mármore e vidraças na parte superior - que ficaram abandonadas no casarão pelo antigo proprietário.

No segundo pavimento, mantiveram-se os pisos de madeira de tábuas largas e os forros originais, que receberam tratamento apenas no seu acabamento (pintura)¹²². O forro da sala superior, revelando um desenho geométrico mais apurado, com losangos ao centro, dá indícios de que era, na época, um dos compartimentos nobres do casarão.

Quanto às paredes, de tempos em tempos, é preciso reparar o reboco em algumas áreas danificadas pelo excesso de umidade que, infiltrando pelas fundações (comumente assentadas diretamente sobre o solo, sem qualquer impermeabilização), sobe por capilaridade às paredes, como se pode observar na FIG. 22. Salvo o efeito esteticamente muito particular que provoca, costuma ser prejudicial tornando inevitável o seu reparo.



FIGURA 22. - Efeito provocado pela ação da umidade na parede.
FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

¹²² Segundo descreve Isabelle, em “Viagem ao Rio Grande do Sul” (1983, p.64), os forros originais dos sobrados comumente eram do tipo ‘saia e camisa’ ou de encaixe ‘macho-e-fêmea’, com tábuas largas. Nos sobrados mais ricos podiam ser trabalhados e, nas peças de maior importância, freqüentemente os forros mostravam um arranjo diferenciado, por vezes sendo pintados com motivos adaptados à especificidade do ambiente.

Dado o exposto, percebe-se que as intervenções praticadas pouco alteraram a estética do casarão, justificando-se, na medida em que proporcionaram maior conforto e funcionalidade à moradia. Contudo, há de considerar-se que, nos dias de hoje, ter-se-ia feito uma melhor opção quanto à escolha de um piso com um aspecto mais rústico para o térreo, de forma a harmonizá-lo com o estilo da construção. Outrossim, parece pertinente buscar evidências sobre as cores que embelezavam o sobrado, reforçando a sua estética colonial.

5.4. Agricultura, patrimônio e turismo: tripé da Fazenda do Sobrado

O conhecimento acerca do histórico da propriedade e do significado simbólico que concerne ao patrimônio, não deixa dúvidas sobre o seu potencial para atuar como atrativo turístico da propriedade. No entanto, percebe-se que esse processo foi desencadeado graças à iniciativa particular dos empreendedores familiares, cujos esforços definiram a agricultura, o patrimônio e o turismo rural como tripé da Fazenda do Sobrado, como ilustra o esquema da FIG. 11. Dessa forma, criaram-se condições para que o seu patrimônio arquitetônico viesse a ser conhecido e reconhecido como tal, além das fronteiras do município.

Sendo assim, na seqüência, a pesquisa mostra como a família foi estruturando as suas atividades e papéis a fim de empreender o turismo rural, partindo do aproveitamento dos recursos patrimoniais da Fazenda do Sobrado - agropecuária e patrimônio arquitetônico - inseridos na paisagem e no contexto histórico-cultural e econômico da localidade.

5.4.1. A família e as atividades agrícolas e não agrícolas

Tendo perpassado uns 10 anos, a família Serpa definitivamente mudou-se para o sobrado com os quatro filhos; os meninos tinham idade por volta de 3, 9 e 11 anos e a menina, um ano. Enquanto o marido dedicava-se à agropecuária, Ivany atuava como professora. Com isso, pode-se constatar que, já naquela época, a família caracterizava-se como *pluriativa*, tendo sua renda configurada pela soma das parcelas agrícola e não agrícola.

Com o tempo, o contexto da vida familiar modificou-se: D. Ivany ficou viúva (1987), aposentou-se, e dois dos seus filhos levaram a cabo a atividade agropecuária na Fazenda do Sobrado que, mais tarde (1994), veio a experimentar a prática do turismo rural. Assim, no contexto atual, a família continua *pluriativa*, agregando renda da aposentadoria da titular, da atividade agropecuária empreendida pelos filhos e, mais recentemente, do turismo rural, em que todos participam.

5.4.2 Agricultura e turismo: complementaridade e interdependência

Nas últimas décadas, o espaço rural brasileiro vem experimentando significativas transformações quanto à natureza das atividades que vêm sendo praticadas no meio rural, não mais restritas à agricultura e à pecuária, tal como aprofundado na revisão da literatura (seção 2.1)¹²³. A partir de então, despontam inúmeras iniciativas, em grande parte empreendidas pelos produtores rurais, fundamentadas na complementaridade entre as atividades da agropecuária e do turismo rural. Este último encontra na riqueza dos recursos patrimoniais e humanos do lugar, nas especificidades locais e regionais (aspectos

¹²³ A emergência de novas demandas da sociedade, as dificuldades econômicas das famílias para subsistir apenas da renda agrícola e o maior entendimento com relação à multiplicidade de papéis e serviços que cumpre a agricultura em benefício do ser humano e do meio ambiente, propiciaram o surgimento e aprimoramento de atividades como o turismo, cuja maior contribuição vem a ser a revitalização econômica do meio rural. No que lhe diz respeito, convém lembrar que passou a ser incorporado ao rol das atividades que eram exercidas tradicionalmente pelo segmento rural, gerando novas ocupações, novas fontes de renda (a partir da prestação de serviços de hospedagem, alimentação e lazer), a comercialização direta de alguns produtos (in natura ou processados pela indústria caseira de alimentos) e novas possibilidades de aproveitamento dos recursos endógenos ao meio, sobretudo do patrimônio arquitetônico rural. Com isso, descortina-se novas perspectivas de melhoria da situação de vida das famílias e de mitigação dos problemas que persistem ainda hoje no campo, dificultando o processo de desenvolvimento, tais como: a falta de capital para investimento e custeio da produção; as pressões mercadológicas intervenientes no processo, desde a produção até a comercialização; as dificuldades para subsistir com conforto e dignidade, e para conservar o patrimônio familiar.

histórico-culturais, geográficos e climáticos), os subsídios para sua manifestação sob diferentes modalidades.

À luz das razões já aduzidas, assiste-se à parceria entre duas atividades – agropecuária e turística - cuja essência e formação (domínio do saber, mentalidade, caráter e princípios norteadores) até então, as houvera conduzido em sentidos diametralmente opostos. O mundo rural que, até então, mantinha-se bastante reservado, introvertido e um tanto reticente às mudanças, especialmente àquelas provenientes de um universo completamente diverso do seu, experimenta algumas transformações.

A situação de crise do setor agrícola, as incertezas e dificuldades econômicas atuaram pré-dispondo ao turismo muitas famílias rurais. Ainda que, inicialmente, haja uma certa contrariedade por parte de alguns empreendedores rurais - por comprometer-se, de fato, a privacidade e descortinar-se a intimidade do universo familiar e campeiro, com suas tradições e cultura - muitos deles optam literalmente por abrir as porteiças da sua propriedade à visitação, ao lazer ou ao turismo.

Para o homem do campo, a chegada do turista representou uma espécie de conflito interno, na medida em que implicou numa mudança em seu modo de ser e em sua rotina, o que vai sendo superado por força da motivação econômica.

Por parte da demanda turística, o turismo rural tornou-se viável na medida em que cresceu o interesse das pessoas, notadamente do meio urbano, em compartilhar dessas experiências de vida, adquirindo conhecimentos e fruindo das belezas do campo e dos benefícios psico-fisiológicos que o ambiente rural é capaz de propiciar ao ser humano. Quanto aos turistas, sua investida no rural fundamenta-se no gosto pelo desconhecido e pela aventura da descoberta de um universo totalmente diverso do seu cotidiano, na recordação do seu passado e no resgate das raízes culturais, o que não implica numa transformação, mas numa abertura às novas experiências que irá vivenciar em sua viagem.

A trajetória do turismo rural na Fazenda do Sobrado é de longa data; oficialmente, a família vem praticando a complementaridade entre as atividades agropecuária e turística desde outubro de 1994. Com isso, a renda que vinha sendo gerada na propriedade - proveniente basicamente da comercialização da produção de arroz e soja, da criação de equinos (cavalos da raça quarto de milha e pôneis) - sofreu um sensível acréscimo

em função do valor agregado a esses produtos que, então, passaram a ser consumidos pelos turistas no próprio local. Além disso, a renda familiar passou a ser acrescida da renda não-agrícola obtida com a prestação de serviços turísticos como recepção, hospedagem, alimentação e lazer (QUADRO 1).

QUADRO 1 – Comparativo das atividades compartilhadas entre a agropecuária e o turismo:

	Agropecuária	Turismo
Atividades agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> * Cultivo comercial de arroz (para consumo na fazenda e comercialização) * Cultivo de milho (para consumo na fazenda e preparo de ração) 	<ul style="list-style-type: none"> *Percebe-se sua adequação ao ritmo das atividades agrícolas, cuja apreciação ocorre durante o passeio a cavalo ou de carroça pela propriedade. Em parte, também a agropecuária acaba moldando-se ao turismo, quer seja por conveniência ou necessidade de satisfação da demanda turística. *O lançamento, na Fazenda do Sobrado, da 13ª Abertura Oficial da Colheita de Arroz, exemplifica como atividades tão distintas podem interagir, potencializando a ambas: viabiliza os negócios agropecuários e promove o empreendimento turístico rural, evidentemente, sem que o patrimônio arquitetônico passe despercebido neste cenário.
Atividades pecuárias	<ul style="list-style-type: none"> *Criação comercial de cavalos quarto de milha e de gado de corte (para uso na fazenda e comercialização) *Criação de pôneis (para uso na fazenda e eventual comercialização) *Criação de gado leiteiro (uso na fazenda) 	<ul style="list-style-type: none"> *Utilização da infra-estrutura existente (potreiros, mangueira com brete-tronco, currais), fazendo-se algumas melhorias. *A ampliação da criação de eqüinos e a formatação do roteiro “Eco da Lagoa” implicaram em investimentos: uma sala especial de encilha (para até 25 cavalos), aquisição de celas e indumentárias de montaria, com melhorias em termos de sua quantidade e qualidade. *A criação de cavalos experimentou um incremento em suas vendas. Já os pôneis foram adquiridos em função do turismo. *O gado leiteiro não apenas provê o leite que é consumido na propriedade, ingressando também como atrativo, em que é possível a participação dos turistas na atividade da ordenha, no desmame, no cuidado e trato dos animais.

	Agropecuária	Turismo
Outras criações de animais	<ul style="list-style-type: none"> *Criação doméstica de aves; *Criação doméstica de suínos; *Criação doméstica de animais como: mula, jegue, burricos, mini-vaca e mini-touro; * Criação comercial de peixes. 	<ul style="list-style-type: none"> * A criação de aves (pato, peru, ganso, marreco, galinha d'angola) e de suínos, que existia na propriedade antes do turismo acontecer, ingressou como atrativo. * Os outros animais foram sendo agregados posteriormente, com vistas a incrementar o rol dos atrativos rurais. Os burricos (eco-burro e frigo-burro) integram-se ao roteiro “Eco da Lagoa”, acompanhando a cavalgada que, por vezes, é promovida em paralelo à programação do turismo rural na fazenda. * O açude já existia na propriedade; porém foi iniciada em 2003, na 13ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz, a orizicultura - uma nova atividade que, muito provavelmente irá reforçar o turismo rural, na medida em que a pesca agregar-se como mais um atrativo para os turistas.
Hortifrutigranjeiros e industrializ. caseira	<ul style="list-style-type: none"> * Estabeleceu-se uma parceria a fim de viabilizar o plantio e os cuidados com os hortifrutigranjeiros 	<ul style="list-style-type: none"> *A parceria foi a alternativa encontrada para se dispor de hortifrutigranjeiros cultivados na própria fazenda. *Com o atendimento aos turistas (maior demanda), não havia mais tempo para preparação de alimentos como doces, pães, embutidos, queijos, os quais passaram a ser terceirizados na própria comunidade, contudo, procurando-se manter a qualidade e as características da produção artesanal de alimentos.
Sobrado	<ul style="list-style-type: none"> * A fazenda foi cenário para os festejos, as vendas e o marketing do setor agropecuário na 13ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz. 	<ul style="list-style-type: none"> *Foram necessários alguns cuidados para receber os hóspedes no sobrado: tela de proteção nas janelas, para evitar a entrada de insetos indesejáveis; condicionamento térmico nos dormitórios (ventilador de teto ou ar condicionado); incremento do mobiliário (camas, colchões, cadeiras) e das roupas de cama, mesa e banho, bem como dos utensílios usados nas refeições a fim de servir adequadamente aos turistas.

	Agropecuária	Turismo
Galpão rústico	*Antes do turismo, servia como cocheira e local para guarda de utensílios. Foi remodelado, mantendo-se um cantinho para exposição demonstrativa da indumentária de montaria.	*Sofreu algumas alterações tendo em vista o seu funcionamento como elemento de apoio às atividades turísticas: colocação de piso em toda a sua extensão; construção de dois módulos de banheiro, separados por sexo; instalação de uma lareira; adequação do mobiliário (mesas, cadeiras, bancos) e da decoração para que o ambiente fosse utilizado como refeitório rústico, atualmente com capacidade para 120 pessoas. Além disso, a área das churrasqueiras foi incrementada com novos equipamentos (geladeira, fogão semi-industrial e demais utensílios para servir as refeições).
Áreas externas adjacentes ao Sobrado	-----	*Abriram-se alguns caminhos e melhoraram-se os existentes, a fim de viabilizar os passeios a cavalo e os deslocamentos no interior da propriedade e em direção à orla da Lagoa dos Patos. As vias de acesso foram encascalhadas permitindo a chegada de ônibus até a sede da Fazenda. *De um modo geral fizeram-se melhorias na infra-estrutura e ampliaram-se os cuidados com o embelezamento das áreas de lazer adjacentes ao Sobrado, onde foram instalados: playground e bancos rústicos sob áreas sombreadas, bem como canchas de esportes.

Da forma como vem sendo praticado na Fazenda do Sobrado, o turismo rural apresenta-se como uma atividade viável, auto-sustentável, que foi estruturada em pequena escala, aproveitando-se as potencialidades dos recursos naturais do lugar e patrimoniais da propriedade e a própria infra-estrutura que já existia, sobretudo, adequando-se a sua oferta à capacidade de hospedagem e de atendimento por parte da família. Dessa forma, não demandou grandes investimentos em capital inicial para sua implantação.

Da interação entre os papéis dos familiares provêm os rendimentos que os sustentam e mantêm o seu patrimônio. Atualmente, a renda do turismo rural representa cerca de 30% sobre o montante total dos ganhos da família com as atividades realizadas na fazenda. Segundo D. Ivany, esse valor ingressa como importante fonte de rendimentos que viabiliza a conservação física do patrimônio arquitetônico, também contribuindo, sempre que preciso, para o financiamento ou custeio da produção agropecuária.

Em sentido geral, os condicionantes econômicos e sócio-culturais criaram um ambiente propício à prática do turismo rural, permitindo a coexistência de atividades bastante distintas e que, até certo ponto, tornaram-se interdependentes na propriedade.

De um lado, a agricultura moderna patronal, praticada em áreas relativamente extensas, cuja finalidade primeira é a produção comercial visando ao lucro. De outro, o turismo rural inserido nos moldes de uma empresa tipicamente doméstica, em que se dispõe de um atendimento personalizado e compartilha-se do ambiente familiar, favorecendo uma relação mais próxima entre as pessoas, possibilitando criar vínculos afetivos, baseados nos laços de amizade e cordialidade que se estabelecem durante a estada do turista na fazenda.

Considerando o exposto até o momento, se propôs a leitura de alguns desses aspectos elucidados no quadro a seguir:

QUADRO 2 – A coexistência de atividades distintas que, em parte, tornaram-se interdependentes na propriedade.

Variáveis	Atividade agrícola - Agricultura Moderna	Atividade não-agrícola - Turismo rural
Característica da atividade	Setor primário: Literalmente ‘explora’ os recursos naturais, produzindo matéria-prima para consumo ou transformação pela indústria. Recentemente, suas atividades têm contribuído para a produção dos atrativos turísticos ‘rurais’.	Setor terciário: Relativo às atividades e serviços, incluindo-se a comercialização de produtos <i>in natura</i> ou processados pela indústria caseira de alimentos. Utiliza os atrativos rurais e da natureza como matéria-prima para compor o seu produto sem, contudo, transformá-los em outros bens.
Atuação/ Finalidade	Atua nos moldes de uma empresa comercial, visando obter renda agrícola; mostra-se altamente dependente da demanda e das oscilações de mercado (preço). A unidade agrícola é um meio de vida.	Atua nos moldes de uma empresa doméstica familiar, visando ao incremento da renda agrícola. O ingresso de rendimentos via turismo, dependente da demanda, atua na conservação do patrimônio arquitetônico e na manutenção das atividades produtivas da fazenda.

Variáveis	Atividade agrícola - Agricultura Moderna	Atividade não-agrícola - Turismo rural
Trabalho	Tarefas agrícolas hierarquizadas, não implicando no envolvimento de todos os membros da família. A relação empregador/ empregado é necessária. As funções são determinadas. As inovações tecnológicas garantem um melhor retorno econômico.	Tarefas agrícolas setorizadas, mostrando diferenciação e complementaridade entre os papéis dos homens (atividades recreativas e lides campeiras) e das mulheres (atendimento, recepção, hospedagem e refeições). A participação direta dos familiares qualifica a experiência e agrega valor ao produto turístico, bem como mantém e/ou resgata algumas práticas agrícolas tradicionais. As inovações podem comprometer a atratividade e autenticidade do produto turístico, na medida em que não correspondam ao imaginário rural do turista. A relação empregador/ empregado não é imprescindível.
Capital	O capital é financiado por instituições financeiras; obtendo-se alguma contribuição da renda do turismo rural ao custeio da produção. Faz-se necessária a contabilidade quanto aos ganhos e perdas. Na comercialização são embutidos os gastos: capital de investimento em bens de produção e sua depreciação, mão-de-obra e lucro. Enquanto empresa comercial, os interesses são voltados para a renda líquida.	Há dificuldade de conseguir financiamentos para custear a sua implantação. As experiências que despontam no Brasil, não raras vezes, são oriundas da iniciativa privada, tal como na Fazenda do Sobrado. Conforme ocorre nas empresas domésticas familiares, não é comum existir uma contabilidade rigorosa; sendo importante a renda bruta. Não há uma nítida separação entre as finanças dos empreendedores e do empreendimento turístico.

De um modo geral, tal como observado na experiência da Fazenda do Sobrado, o êxito do turismo rural, ou seja, a cadência das suas atividades e serviços, depende da interação e da complementaridade não somente entre as distintas atividades oferecidas pelo estabelecimento, mas também entre os papéis dos familiares envolvidos no processo; por vezes, requerendo a participação mais incisiva e direta de cada um em determinados momentos, para que o turismo, efetivamente, aconteça na propriedade.

5.4.3 O papel dos empreendedores: diferenciação e complementaridade

De acordo com Hartmann apud Brumer (1996, p.40), “muitos estudos antropológicos sugerem que a estratificação social ocorreu concomitantemente com o aumento da produtividade, da especialização e da complexidade da sociedade”. A fundamentação teórica sobre o turismo, tratada na seção 2.2., não deixa qualquer dúvida sobre a veracidade de tal proposição, uma vez que se entende o turismo, conforme Boullón (1999), como uma consequência de um fenômeno social, cujo ponto de partida é a existência do tempo livre e o desenvolvimento dos sistemas de transporte e dos serviços, os quais viabilizaram deslocamentos, aumentaram o conforto do turista e multiplicaram suas oportunidades de lazer.

Percebe-se, então, que a complexidade da sociedade não apenas condicionou o surgimento do turismo, mas também o conduziu a uma maior especialização, levando à segmentação do mercado turístico. Nesse sentido, o turismo rural é uma vertente que desponta com algumas particularidades, sobretudo no que diz respeito aos papéis desempenhados pelos membros da família no meio rural.

Num contexto mais amplo, de acordo com Brumer (1996, p.40), em “praticamente todas as sociedades humanas existem diferenciação e complementaridade de papéis entre homens e mulheres”. Contudo, no meio rural esses papéis freqüentemente são hierarquizados, o que se pode verificar em muitas experiências de turismo rural em que as funções são fortemente influenciadas pelas relações de gênero, cuja sua origem está na própria herança cultural do meio rural - tradicionalmente

conservador e dominado pela figura do homem que tende a monopolizar o poder econômico e decisório em vários níveis da sociedade (familiar, social, religioso, trabalho).

No entanto, na Fazenda do Sobrado, a nítida distinção entre os papéis dos empreendedores do turismo rural – relativos à titular e aos seus dois filhos - resulta da própria necessidade de complementaridade entre as atividades (turismo e agropecuária) e da conveniência da adequação das funções a serem desempenhadas por cada pessoa, de modo a suprir os anseios dos turistas em diferentes instâncias.

Atualmente, a titular reside na propriedade com o filho caçula. Este último, juntamente com um dos seus três irmãos, atém às atividades agropecuárias e administrativas da fazenda. O trabalho desempenhado por eles é que viabiliza propriamente a complementaridade da agropecuária com o turismo rural, permitindo manter um estreito vínculo dos turistas ou excursionistas com as lides campeiras e rotinas da propriedade.

As inúmeras funções desempenhadas pela proprietária, não menos importantes, ficam circunscritas basicamente ao espaço da moradia e suas adjacências e às funções a ele concernentes, estando vinculadas diretamente ao público. Especialmente, cabe-lhe importante papel enquanto interlocutora de muitas histórias e curiosidades sobre o passado do sobrado e a transmissão de conhecimentos relativos ao seu próprio saber-fazer, o que na maioria das vezes só pode ser transmitido e apreendido pelos turistas a partir da oralidade. Eis aí um aspecto interessante a ser considerado: na medida em que não se fazem registros da história oral, como se espera resgatar os conhecimentos acumulados de segmentos tradicionais e/ou nativos? Trata-se, pois, de uma fonte de informação importante para a escrita da história, podendo reforçar fatos ou aclarar impasses gerados pelas fontes escritas, conforme Azevedo (1998)¹²⁴.

Embora grande parte das tarefas seja realizada por D. Ivany durante o período da estada do turista na propriedade, muitas delas precisam ser encaminhadas antecipadamente, no dia ou na semana

¹²⁴ Segundo sugere Ferreira apud Azevedo (1998, p.154), a “informalidade de expressão de que se reveste, transforma-a em mecanismo capaz de captar aspectos nem sempre conseguidos via outras fontes de relato”.

anterior à sua chegada. Assim, a titular fica responsável pelo atendimento e recepção às pessoas; pela acomodação dos hóspedes; pelo provimento e/ou produção de vários alimentos processados de forma caseira - oriundos da própria Fazenda ou terceirizados a partir de algum pequeno fornecedor local de sua confiança, muitos deles consumidos pelos turistas durante as refeições - e, ainda, quando é o caso, por sua comercialização. De modo geral, cabe-lhe também zelar pela qualidade dos serviços de alimentação e hospedagem (condições de conforto, aparência, higiene dos ambientes e utensílios); orientar os empregados domésticos quanto às atividades a serem realizadas e efetuar a sua remuneração; além dos demais cuidados relativos à provisão de serviços e ao atendimento das necessidades básicas dos turistas.

De uma forma ou de outra - quer seja pelo contato pessoal com os visitantes na propriedade, ou pelo telefone, quando freqüentemente são solicitadas informações sobre os serviços turísticos prestados - o resultado do trabalho de D. Ivany repercute diretamente sobre o grau de satisfação do cliente, sendo determinante para a construção da imagem ('cartão de visitas') do turismo rural da Fazenda do Sobrado¹²⁵.

No setor turístico, não raras vezes, o clichê 'a primeira impressão é a que fica', fundado na razão e na lógica, assume legitimidade tanto para os consumidores dos serviços quanto para seus empreendedores.

5.5. Evolução do turismo rural na Fazenda do Sobrado

Na seqüência, a pesquisa busca compreender como a atividade foi sendo estruturada ao longo do tempo pela família. Com base nessa premissa, investigou-se como surgiu a idéia e efetivou-se a implantação do turismo rural na Fazenda do Sobrado. Na seqüência, inventariaram-se os seus recursos patrimoniais e sua oferta turística e, ainda, identificaram-se os principais fatores que favoreceram a prática da atividade e sua consolidação na propriedade. Por fim, a pesquisa relaciona as contribuições socioeconômicas e culturais, decorrentes do aproveitamento turístico do seu patrimônio arquitetônico.

¹²⁵ O atendimento personalizado, o tipo de convivência estabelecido e o relacionamento que se desenvolve entre o turista e a família, por ocasião da hospedagem, acaba muitas vezes estreitando os laços de amizade entre eles.

5.5.1. Da concepção da idéia à implantação do turismo rural

Partiu da própria família a iniciativa de desenvolver o turismo rural na Fazenda do Sobrado, cuja idéia foi sendo assimilada e aprimorada durante algum tempo até que fosse definitivamente posta em prática. A família tomou conhecimento do assunto, pela primeira vez, a partir do relato de um conhecido que estivera em viagem pelo interior da Europa, onde experienciou o turismo rural. Segundo D. Ivany, de início, o que mais lhe surpreendeu foi saber do interesse de pessoas em visitar propriedades no meio rural para vivenciar, em seu tempo de lazer, coisas tão simples, cotidianas, despojadas de luxo e de grandes regalias; parecia-lhe difícil compreender o quê, de fato, as conduzia a tal destino.

Naturalmente, ao primeiro contato, a idéia surge como algo inusitado, pois a integração do turismo rural com a agropecuária é relativamente recente no Brasil (marcadamente do início da década de 80, em Lages/ SC), surgindo, pois como um componente inovador, especialmente na mentalidade do homem do campo.

Em especial para o grande público e inclusive no meio acadêmico, ainda hoje, não se tem clareza no entendimento do que seja, genuinamente, o ‘turismo rural’, freqüentemente confundido com a prática convencional do turismo a qual, recentemente, elegeu o rural como cenário para sua mais nova inserção comercial no mercado. De fato, há dificuldade de encontrar-se uma definição clara e concisa, que englobe a ampla gama de possibilidades que pode comportar a atividade, dada a riqueza do espaço rural brasileiro. Todavia, não se podem negligenciar seus preceitos básicos:

- rusticidade com conforto e qualidade dos serviços, e autenticidade de identidade (ou seja, identificar-se com as características regionais);
- interação do turista com a cultura, o modo de vida e de trabalho do campo;
- degustação da gastronomia típica regional;
- atendimento personalizado e a compatibilidade dos equipamentos e instalações da propriedade (destinados à prestação dos serviços de hospedagem, alimentação, lazer e/ou comercialização dos produtos agrícolas ou artesanais) à escala e à natureza rural do lugar.

Contudo, o oportunismo do mercado tem-se utilizado desse rótulo para incluir empreendimentos turísticos que em nada se identificam com tais características.

D. Ivany também se deparou com situação semelhante quando se preparava para implantar o turismo rural na fazenda, tendo recebido a orientação informal de uma pessoa, igualmente alheia a tais princípios que, de início, sugeriu-lhe fazer consideráveis investimentos na infraestrutura da propriedade destinada ao lazer e à hospedagem, o que acabou desestimulando completamente a família.

Esse exemplo reflete a real confusão que existe quanto à compreensão do turismo rural e de como é importante uma orientação técnica adequada aos empreendedores que queiram ingressar na atividade¹²⁶. Tal procedimento evitaria distorções (inadequação da oferta turística rural, padronização de empreendimentos, artificialidade), dispêndio de capital, descaracterização do patrimônio rural e frustrações de expectativas, tanto do empreendedor rural quanto do turista. Nesse sentido, parece ampliar-se o campo de atuação do extensionista, nem sempre preparado para lidar com questões pertinentes ao turismo rural.

Ainda assim, decidida a investir na atividade, a família persistiu na busca de informações, contatando com outras pessoas que já tinham vivenciado o turismo rural. Por fim, um amigo forneceu-lhes algumas dicas, com base em sua própria experiência como proprietário e administrador de uma pousada litorânea. Foi esse o impulso que precisavam para começar o negócio, então convencidos de que o mais importante na atividade era o calor humano partilhado, num espaço bem ambientado e acolhedor, servido de uma gastronomia típica e saborosa, em que a própria lógica do tempo, passando devagar no mundo rural, criava as condições para uma hospitalidade afetuosa.

Embora permanecessem muitas dúvidas e incertezas, requerendo da família a responsabilidade e o desprendimento próprio a quem quer

¹²⁶ Sendo uma atividade seletiva, não apenas do ponto de vista da demanda, o turismo rural surge como uma alternativa econômica para a família que possui atrativos naturais e/ou culturais - na sua propriedade e/ou região - capazes de atrair turistas ao lugar, conforme Moletta & Goidanich (1999, p.10). Não obstante é imprescindível que a família tenha uma certa vocação para receber e bem acolher os visitantes e esteja ciente quanto às incertezas e riscos de implantar-se uma nova atividade.

que assuma os riscos de um novo empreendimento, apostaram no negócio. A princípio, não realizaram nenhum grande investimento na propriedade; sequer sabiam se eles próprios iriam adaptar-se à nova atividade e, nem mesmo, se os turistas se agradariam da sua proposta de turismo rural.

Além da contribuição do relato de outrem, teve influência na decisão da família Serpa, na implantação do turismo rural, o destaque e o valor que o patrimônio arquitetônico da fazenda vinha adquirindo, informalmente, junto aos turistas que chegavam ao município. Ocasionalmente passaram a receber a visita inesperada de muitas pessoas querendo conhecer o casarão antigo; curiosas para saber da veracidade das histórias da casa mal-assombrada onde viveram escravos. Ocorrendo com uma frequência cada vez maior, a visita começou a interferir na privacidade da família e na rotina da propriedade. Em contrapartida, estavam em jogo outros fatores: a oportunidade do incremento à renda agrícola, com conseqüente aumento dos ganhos da família, a possibilidade de viabilizar a manutenção e a recuperação física do patrimônio e, ainda, de amenizar a condição de isolamento a que estava sujeita a titular em virtude do avanço da idade, da viuvez e da aposentadoria. Partindo-se disso, surgiu a idéia e a oportunidade de assimilar o potencial turístico da propriedade, aproveitando os recursos paisagísticos e naturais do lugar, marcados pela presença da Lagoa dos Patos e do Arroio São Lourenço, e o próprio patrimônio de recursos da Fazenda do Sobrado, com suas atividades agropecuárias e um patrimônio arquitetônico de notável beleza.

Com certa apreensão, os familiares receberam, pela primeira vez na propriedade (oficialmente em outubro de 1994), um grupo de 40 debutantes do Clube Municipal, que a tinham elegido como cenário de sua confraternização, tomada de fotos para montagem do 'book' e gravação de vídeo. Pouco a pouco, foram adquirindo experiência com a prática da atividade e modelando o seu produto turístico rural em função da demanda existente, tendo como resultado uma diversificada oferta turística que inclui: atrativos naturais e artificiais (históricos e culturais), várias opções de lazer e serviços turísticos de hospedagem e alimentação.

Com isso, seu público, hoje, constitui-se tanto de excursionistas como de turistas que procuram a fazenda por diferentes motivações: descanso, recreação passiva (contemplação da paisagem e contato com a

natureza) ou ativa (lides campeiras, passeio a cavalo, caminhadas, banho, pescaria ou passeio na Lagoa), intercâmbio cultural, retiros espirituais, participação em festividades programadas que eventualmente acontecem, como festas específicas para jovens ou idosos; recepções a casamentos, aniversários; o Natal Tchê Lourenciano; o lançamento oficial da Colheita do Arroz/2003.

5.5.2. O patrimônio de recursos da propriedade

A Fazenda do Sobrado é uma propriedade produtiva com área de cerca de 300ha, cuja topografia varia de terrenos planos a suavemente ondulados. À exceção de uma faixa litorânea margeando a Lagoa dos Patos, que conforma uma praia particular de aproximadamente 3km de extensão por 30m de largura - constituída legalmente como área de preservação permanente, não tributável - o restante da sua área é toda agricultável¹²⁷.

Suas principais atividades comerciais são o cultivo de arroz e soja, além da criação de eqüinos da raça quarto de milha, de pôneis e de bovinos de corte (FIG. 25, 26 e 30). Porém, há espaço, ainda, para os hortifrutigranjeiros (cultivados em sistema de parceria), a criação de gado leiteiro, mini-vaca, porcos e vários outros animais domésticos (galinha, galinha d'angola, pato, marreco, peru). Embora os primeiros sejam formalmente comercializados no mercado agropecuário, desde que a família começou a desenvolver o turismo rural, de alguma forma, a produção da fazenda acabou integrando-se, gradativamente, ao produto turístico da propriedade. No QUADRO 1, apresentou-se um comparativo das atividades compartilhadas entre a agropecuária e o turismo, destacando os ajustes que se fizeram necessários para que houvesse tal integração.

¹²⁷ Os proprietários dispõem da assistência técnica do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), da Cooperativa de arroz de São Lourenço e da EMATER. Em virtude da integração com a Cooperativa, não precisam dispor na propriedade de um local específico para armazenamento da produção ou depósito de insumos, que vão sendo solicitados à medida do seu uso. Isso contribui para reduzir os custos com a infra-estrutura e os riscos de uma eventual contaminação do ambiente por ocasião da estocagem dos agroquímicos.

Com isso, tais recursos passaram a ser usufruídos pelos hóspedes em suas atividades de lazer ou para seu consumo, seja como ingredientes da gastronomia típica rural (refeições) ou como mercadoria (comercialização de produtos), satisfazendo o desejo do turista de levar consigo a recordação de algo que, por ventura, lhe agradou e/ou sirva como representação simbólica dos bons momentos vividos no seu tempo de lazer. Isso pode ser constatado, por exemplo, na eventualidade da compra pelos turistas tanto de animais da fazenda como de produtos alimentícios *in natura* (mel, ovos) ou industrializados de forma caseira pela família (doces, chimias, geléias), os quais adquirem um valor simbólico que lhe é agregado por intermédio da experiência de turismo rural que foi vivenciada¹²⁸.

Assim, a Fazenda do Sobrado que, até então, tinha sua base econômica assentada na agropecuária, assume sua nova vocação, tomando o turismo rural em caráter complementar, com a finalidade de incrementar os rendimentos da família. A construção-sede da propriedade e residência da titular e seu filho, por sua vez, insere-se nessa nova lógica produtiva do espaço rural, acrescentando-se de outras funções. O sobrado passa a atuar como um meio de hospedagem rural e converte-se em um dos principais atrativos da fazenda, dado o seu valor histórico-cultural e sua marcante presença na paisagem lourenciana.

A Fazenda do Sobrado oportuniza que o turista desfrute de um ambiente e programação tais que, em suas particularidades, muito diferem da forma proposta pelo turismo convencional no meio rural, pois oferece ao visitante: a hospedagem em um ambiente familiar, compartilhado com os proprietários; um atendimento personalizado e diferencial, que lhe possibilita criar laços afetivos a partir do convívio no dia-a-dia da propriedade e na intimidade do espaço familiar; o acompanhamento e/ou participação ativa nas lides campeiras; a tranquilidade e a nostalgia bucólica dos cenários rurais, além da vivência de uma nova experiência (intercâmbio cultural) estando em contato com

¹²⁸Por vezes, a compra de cavalos ou pôneis, especialmente, encantadores às crianças, é efetuada pelos próprios turistas que, a partir da vivência e do contato com os animais na propriedade, vislumbram a possibilidade de ter um ao seu alcance. Em alguns casos, mesmo depois de adquiridos, eles ficam na fazenda até que seu novo proprietário encontre um local adequado para mantê-los.

um ambiente e uma cultura bastante diversa do seu cotidiano. Muitas vezes, isso traz à memória a lembrança de um passado rural que, embora possa subsistir como parte da sua própria história de vida, certamente diz respeito ao passado cultural de todos os gaúchos. Conhecendo essas particularidades, não há dúvida de que se trata de uma experiência autêntica de turismo rural, cujo produto turístico qualifica-se em função da contribuição singular da natureza de sua oferta.

No entanto, uma questão controversa paira no ar: qual seria a melhor definição a um empreendimento turístico rural deste gênero? Hotel-fazenda? Fazenda-Hotel? No que concerne à pesquisa, parece oportuno e necessário fazer tal distinção, aclaradas por Rodrigues (2000), Silva, Vilarinho & Dale (1998) e Roque & Vivan (1999)¹²⁹.

Rodrigues (2000, p.65), identifica-os como modalidades pertencentes a duas categorias distintas: o hotel-fazenda enquadra-se no ‘turismo rural contemporâneo’ e a fazenda-hotel, no ‘turismo rural tradicional’, de origem predominantemente agrícola. Um diferencial dessa última categoria, segundo a autora é que “suas instalações estão ligadas à história do país”, “...explorando atrativos histórico-culturais”.

Em concordância com os autores, Silva, Vilarinho & Dale (1998) entendem que o termo ‘fazenda-hotel’ designa propriedades agropecuárias que mantêm as suas atividades produtivas e rotinas tradicionais, as quais passam também a integrar os atrativos turísticos da propriedade quando da abertura de suas porteiras aos turistas e visitantes. Em muitos casos, o provimento dos serviços de hospedagem e alimentação na propriedade é uma forma de angariar recursos financeiros que fomentam a manutenção da própria fazenda e a conservação física do patrimônio arquitetônico.

Conforme Rodrigues (2000, p.62), não se pode confundir essa modalidade com a do hotel-fazenda “que designa o estabelecimento já

¹²⁹ Roque & Vivan apud Elesbão (2002, p.43) esclarecem que os hotéis-fazenda “são propriedades inseridas no espaço rural, relacionadas ou não com atividades agropecuárias, podendo ser caracterizadas pelo alto investimento necessário à adaptação ou construção das instalações necessárias para desenvolver o turismo rural. Já nas fazendas-hotéis necessariamente as propriedades rurais têm de manter as atividades relacionadas com o campo em seu cotidiano, sendo esta uma das atrações, juntamente com a adaptação parcial da estrutura para receber o turista e a presença da gastronomia regional”.

construído com o intuito de ser um meio de hospedagem”. Em suma, trata-se de hotéis similares aos convencionais, implantados deliberadamente para o desenvolvimento do turismo no ambiente rural, que é o seu diferencial. “Daí oferecer serviços integrados ao local onde se instalou”, tal como normalmente procede um hotel instalado à beira-mar, conforme elucidam Silva, Vilarinho & Dale (1998, p.16)¹³⁰.

Sabendo dessas características, no caso em estudo, percebe-se que a terminologia utilizada pelos empreendedores, isto é, a autodenominação “Hotel-fazenda do Sobrado” (FIG.23), em nada contribui para aclarar a natureza da sua oferta, inclusive mascarando a percepção daquilo que seria um genuíno produto turístico rural.



FIGURA 23 – Adesivo promocional do turismo rural na fazenda
FONTE – Arquivo da família Serpa.

¹³⁰ Em comparação ao ‘hotel-fazenda’ - que também pode proporcionar passeios a cavalo, a contemplação de paisagens, a prática de esportes e a degustação de comidas típicas da zona rural onde o estabelecimento se localiza - o grande diferencial da ‘fazenda-hotel’ fica por conta da autenticidade da vida rural (simplicidade, rusticidade), do convívio com a rotina diária e as lides campeiras, que o turista pode presenciar ou experienciar na prática. Tais atividades vão desde a ordenha até a alimentação dos animais, incluindo as etapas das atividades agrícolas que estejam em curso no período da visitação (preparo da terra, plantio, colheita, entre outras). O atendimento personalizado e cordial ao turista e sua proximidade com os envolvidos na prestação desses serviços – proprietários, familiares, empregados, peões – também é um aspecto que o distingue dos demais empreendimentos de turismo rural.

A explicação para o lapso, no referido caso, provavelmente esteja na carência de uma orientação mais específica ao empreendedor rural, a qual lhe proporcione informações mais precisas sobre as características de um mercado cada vez mais segmentado. Considerando isso, não apenas é oportuno salientar as particularidades da sua experiência de turismo rural, como urge distinguir-se dos demais tipos de estabelecimentos que se abrigam sob o rótulo do ‘turismo rural’ e, mais especificamente, do ‘hotel-fazenda’.

Exemplificando a problemática, chama a atenção o material corrente de divulgação na mídia impressa, cuja abrangência no senso comum alcança grande parcela do público-alvo, que alimenta a confusão terminológica e a ‘distorção’ acerca do que seja, genuinamente, um produto do turismo rural ao agrupar, numa mesma denominação, estabelecimentos turísticos rurais os mais antagônicos possíveis com relação à sua oferta (capacidade de alojamento, tipo de acomodações e de gastronomia, tipologia arquitetônica do meio de hospedagem, infra-estrutura de serviços e atrativos turísticos dentro do estabelecimento). Não raras vezes, na categoria ‘hotel-fazenda’, estão reunidos também resorts, termas, hotéis convencionais situados no meio rural, fazendas-hotéis, chalés, pousadas, complexos aquáticos campestres, entre outros.

Tendo isso em vista, o emprego da terminologia ‘fazenda-hotel’, ou ainda, ‘casa de fazenda’ (SETUR/RS), mostram-se mais adequada à definição e à própria divulgação do produto turístico rural da Fazenda do Sobrado (FIG.24)¹³¹.

De uma forma ou de outra, interessa é que ambas as definições evidenciam as características mais marcantes da fazenda. Em termos gerais, apontam a existência de um estabelecimento turístico rural, produtivo, em escala (porte) compatível com o rural, cuja infra-estrutura

¹³¹ O governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado do Turismo, Esporte e Lazer, propôs a classificação dos empreendimentos turísticos rurais gaúchos em cinco categorias: casas de fazenda; casas de colônia; fazendas hospedarias, hospedarias coloniais e programas especiais. Segundo a SETUR/RS (2002, p.4), a Fazenda do Sobrado é um meio de hospedagem do tipo ‘casas de fazenda’, ou seja: “sedes de fazendas produtivas, históricas ou não, dispendo de área, mobiliário e decoração adequados, onde seu titular compartilha o uso da casa com hóspedes em regime de exploração familiar, proporcionando a participação nas atividades da propriedade”

foi adaptada, parcialmente, para receber o turista, e oferece serviços como gastronomia típica regional, hospedagem compartilhada e opções de lazer, em especial, identificando-se com as características regionais quanto aos seus aspectos históricos e/ou culturais.



FIGURA 24 – Classificação da Fazenda do Sobrado e sua oferta turística.

FONTE – Folder ‘Turismo Rural no Rio Grande do Sul, Brasil’ - Governo do Estado e SETUR/RS.

5.5.3. O produto turístico da Fazenda do Sobrado

O turismo rural empreendido na Fazenda do Sobrado oferece distintas oportunidades de interação dos turistas (hóspedes) e visitantes (excursionistas) com o patrimônio de recursos da propriedade. Sua participação nas atividades de lazer e produtivas (rotinas campeiras) pode ser de natureza ativa (praticando-as e experienciando-as) e/ou passiva (contemplando-as e acompanhando-as apenas).

A rotina dos hóspedes é livre e relativamente flexível. No entanto, as atividades propiciadas pelo turismo rural fluem numa dinâmica diferenciada em relação ao turismo convencional, por manterem-se estreitamente vinculada à natureza e às práticas agropecuárias. Dessa forma, sua oferta turística varia, ao longo do ano, limitando a prática de algumas atividades ao período propício para

realizá-las. Por outro lado, entende-se que tal especificidade é um dos fatores que vem a enriquecer o produto turístico rural, tornando-o ainda mais atrativo e personalizado, identificado com as características locais e regionais. Assim, o turista poderia inclusive retornar mais vezes à propriedade sendo motivado, em cada uma delas, a vivenciar novas experiências.

Entre os principais componentes da sua oferta turística estão:

Atrativos turísticos rurais e opções de lazer:

- o patrimônio arquitetônico rural, representado pelo sobrado, construção–sede da Fazenda, convertido como principal atrativo (FIG. 13, 14 e 17);
- as belezas naturais da Região Litoral Sul, tendo a paisagem lourenciana emoldurada pelos recortes da Lagoa dos Patos e pelo Arroio São Lourenço (FIG. 5), com sua vegetação e atividades características;
- o entardecer na orla da Lagoa, contemplado durante o passeio a cavalo ou a pé, percorrendo a praia particular da fazenda (FIG. 28);
- as atividades recreativas nas canchas rústicas de esportes, no playground (FIG. 34 e 35) e na área de jogos do galpão;
- as atividades de lazer no açude (passeio com caiaques, observação da fauna e pescaria, recentemente incrementada com a orizipiscicultura);
- o convívio com as lides campeiras ou ‘campeiradas’, com o envolvimento do turista nas atividades produtivas e rotinas diárias da fazenda, acompanhando o trabalho dos peões no campo, na agricultura (plantio, colheita) ou na pecuária (ordenha, carneação, vacinação, banho, desmame, trato, castração e marcação dos animais);
- os passeios de carrocinha, de barco pelo arroio ou pela lagoa, ou em cavalos e pôneis, seguindo um percurso orientado por trilhas no interior da propriedade ou à beira da lagoa (FIG. 31, 28 e 29)¹³².

¹³² Os passeios de barco pela lagoa tem duração de cerca de 45min., com possibilidade de pescaria, sendo guiados por pescadores locais - proprietários das embarcações e do material cedido para pescaria.



FIGURA 25 - Plantel eqüinos ‘quarto de milha’, recolhidos no potreiro adjacente ao sobrado e ao galpão rústico, ao fundo.

FONTE - Arquivo da família Serpa



FIGURA 26 - Situação de proximidade do campo em relação à cidade, ao fundo.

FONTE - Pesquisa de campo, 2002.



FIGURA 27 - Peões e empreendedores conduzem os passeios a cavalo na propriedade

FONTE - Arquivo da família Serpa

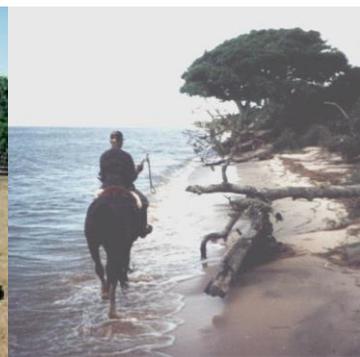


FIGURA 28 - Passeio guiado por peão na orla da lagoa.

FONTE - Pesquisa de campo, 2002.



FIGURA 29 - Orientação para cavalgada na programação do Eco da Lagoa.
FONTE - Arquivo da família Serpa



FIGURA 30 - Passeio de pônei durante a programação do Natal Tchê Lourenciano.
FONTE - Arquivo da família Serpa



FIGURA 31 - Carrocinhas retornam ao sobrado após o passeio, em que os excursionistas visitam os principais pontos turísticos da cidade.
FONTE - Arquivo da família Serpa



FIGURA 32 e 33 - Programações da tarde na fazenda (recreação passiva).

FONTE - Arquivo da família Serpa

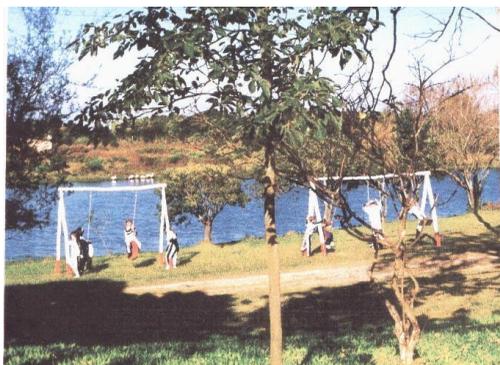


FIGURA 34 e 35 – Área de recreação infantil, no entorno do sobrado.

A rusticidade dos elementos permite incorporá-los adequadamente ao entorno rural. Ao fundo, a paisagem é emoldurada pelo açude.

FONTE - Arquivo da família Serpa e Pesquisa de campo (2002), respectivamente.

Serviços turísticos de hospedagem e alimentação:

Nas ocasiões em que permanecem por mais tempo na fazenda, os turistas além de apreciar o sobrado, quanto ao seu valor estético e histórico-cultural, têm a oportunidade de usufruí-lo como meio de hospedagem rural. Nas dependências do antigo casarão, o hóspede desfruta de um atendimento personalizado e cordial, compartilhando dos espaços comuns à moradia do proprietário (FIG. 38 do APÊNDICE). Na simplicidade da vida do campo e na rusticidade do prédio encontra um ambiente acolhedor, familiar e tranquilo.

Com a prática do turismo rural, pouco a pouco, D. Ivany passou a sentir-se mais motivada a cuidar do sobrado, especialmente no que concerne às suas instalações, ao mobiliário e decoração dos ambientes que foram sendo adequados para receber os hóspedes (telas nas janelas para protegê-los dos mosquitos, provimento de camas, colchões, utensílios e roupas de cama, mesa e banho).

O sobrado possui, ao todo, seis dormitórios, sendo quatro no andar superior, destinados exclusivamente aos hóspedes, podendo acomodar no máximo 20 a 25 pessoas (número de leitos). Esses cômodos dispõem de um banheiro e de dois amplos ambientes no referido andar: uma sala de estar com TV (FIG. 15) e uma sala de estar conjugada a de jantar (FIG. 16).

Há intenção, por parte dos empreendedores, de ampliar as instalações de hospedagem, construindo-se, nas adjacências, uma edificação independente, com cerca de 20 apartamentos. Assim, poder-se-ia satisfazer não apenas à demanda específica do público que solicita leitos do tipo suíte (com banheiro privativo), o que não é possível nas condições atuais de hospedagem no casarão, mas também disponibilizar acomodações na própria fazenda para eventualmente atender ao público das excursões.

Os aposentos da titular e seu filho ficam no térreo, que também abriga os demais ambientes compartilhados com a família (FIG. 38 do APÊNDICE): uma sala de TV, vídeo e som, disposta na fachada principal da casa e comunicando-se com o pátio lateral; um banheiro compartimentado; um amplo ambiente conjugando sala de estar com lareira e de jantar, cuja porta se abre para o pátio dos fundos e comunica-se com a copa - cozinha.

O custo da diária, incluindo as opções de lazer, o pernoite e as quatro refeições preparadas sob o olhar atento de D. Ivany (desjejum, almoço, café da tarde e janta), é diferenciado de acordo com a faixa etária, sendo R\$60,00 para adulto; R\$ 30,00 para idade entre quatro e doze anos e totalmente isento de taxas para crianças com menos de quatro anos.

Quando é feita a recepção a grupos maiores, que passam o dia na propriedade sem hospedar-se, ou na eventualidade de uma programação específica, como o Natal Tchê Lourenciano, o custo é diferenciado em função da oferta de serviços disponibilizada pela fazenda.

Os turistas, quando em pequenos grupos, realizam todas as refeições no próprio sobrado. De um modo geral, o cardápio privilegia o estilo campeiro, que tem a rusticidade da comida caseira e típica gaúcha (churrasco, carreteiro, queijo coloniais e embutidos como lingüiça e salame), o chimarrão e os doces típicos da fazenda (arroz-doce, doce de abóbora, ambrosia, geléias, chimias e bolos) como os seus maiores atrativos. Algumas dessas iguarias são oriundas da própria fazenda, utilizando-se, como ingrediente, da matéria-prima ali mesmo produzida. Além propiciar sua degustação pelos hóspedes e visitantes, elas também são disponibilizadas, em pequena escala, para comercialização. Porém, a crescente demanda requer cada vez mais o envolvimento dos empreendedores - o que se torna indispensável quando o objetivo é manter a qualidade do produto turístico - sendo necessário, muitas vezes, terceirizar alguns serviços, como a produção artesanal de alimentos.



FIGURA 36 – Vista frontal do Sobrado e do Galpão rústico.

FONTE – Pesquisa de campo, 2002.



FIGURA 37 – Ambientação do Galpão rústico de múltiplo uso.
FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

Em ocasiões que requerem maior espaço, nas festividades e confraternizações em que se oferece o tradicional churrasco ou se realizam apresentações artísticas (canto, música e danças típicas), utilizam-se as dependências do galpão - uma construção rústica, lideira ao sobrado, que serve como restaurante da propriedade (FIG. 36)¹³³.

Nesse local de ambientação tipicamente campeira (FIG. 37), há uma pequena sala para exposição demonstrativa da indumentária de montaria. Também há um recanto de estar com lareira, um barzinho e um ambiente onde estão dispostas as churrasqueiras.

5.5.4 Implantação e sustentação do turismo rural na propriedade: fatores intervenientes

Entre os principais fatores que intervieram favoravelmente no processo de consolidação da experiência de turismo rural da Fazenda do Sobrado, pode-se mencionar os seguintes:

- a proximidade com o núcleo urbano da cidade (cerca de 1km) e com outras infra-estruturas adjacentes à propriedade, na desembocadura do Arroio São Lourenço, que estão entre os principais atrativos do município, tais como: o Camping da Lagoa ou Municipal com o Galpão Crioulo, que sedia várias festividades municipais; o Iate

¹³³ As apresentações artísticas no galpão possibilitam ao hóspede conviver com as tradições gaúchas e sorver o chimarrão próximo ao fogo de chão.

Clube, considerado o maior da região Sul; o estaleiro com suas embarcações, onde os pescadores propiciam o passeio e a pescaria na Lagoa dos Patos;

- as potencialidades turísticas inerentes ao patrimônio de recursos naturais e culturais da fazenda, com seu casarão antigo e sua área privativa margeando a orla da lagoa;
- o atendimento personalizado, familiar, cordial;
- a diversificada oferta turística da propriedade, que agrega aos atrativos turísticos rurais e às múltiplas opções de lazer, também os serviços de alimentação e hospedagem, satisfazendo as necessidades do visitante.

Sempre que possível, a família utiliza a infra-estrutura da fazenda para promoção esporádica de algumas festividades, muitas vezes, vindo a atender a uma demanda específica por serviços, oriunda da própria localidade. Como exemplo, pode-se citar: as festas típicas para jovens, no estilo gaúcho ou country; os bailes para terceira idade; os retiros religiosos; as festas comemorativas a datas especiais (aniversários, debutantes, casamentos) e recepções para grupos de visitantes; inclusive funcionando como estrutura de apoio a outros eventos, como o “*Reponte da Canção Crioula*” (inserido no calendário de eventos municipal) e a “*Abertura Oficial da Colheita do Arroz*” que, este ano, teve a sua 13ª edição em São Lourenço Sul, no período de 6 a 9 de março.

Outrossim, os empreendedores vêm apoiando a promoção do “*Eco da Lagoa - Turismo Equestre*”, inserindo-se como uma opção de hospedagem ao público preferencial desse evento. Recentemente, buscaram a parceria de um profissional promotor de eventos, investindo na 1ª edição do “*Natal Tchê Lourenciano: o Natal do Papai Noel na Fazenda do Sobrado*”, cuja programação é de caráter anual, tendo acontecido nos finais de semana durante o período de 22/11/ 2002 a 5/01/ 2003.

Por vezes, é preciso desenvolver-se uma oferta específica de atividades e serviços na fazenda, de acordo com o gosto, as preferências, a faixa etária, as necessidades e aspirações dos visitantes e/ou turistas, com vistas a atender a um determinado grupo constituído, cuja visitação foi previamente agendada¹³⁴. Tratando-se de um número relativamente

¹³⁴ Segundo relata D.Ivany, com base em experiência já vivenciada, especialmente os grupos de estrangeiros costumam solicitar a apresentação de danças típicas,

grande de turistas, alguns serviços, muitas vezes, precisam ser terceirizados a fim de suprir a demanda. Entretanto, o atendimento é sempre conduzido conjuntamente por alguém da família que conta com o auxílio dos empregados e peões, no atendimento e orientação aos hóspedes.

Com relação ao exposto, percebe-se que as decisões relativas ao empreendimento são tomadas em conjunto pelos familiares. Isso ocorre não apenas com as iniciativas freqüentemente empreendidas pelos Serpa na captação de novos eventos e ‘clientes’, mas com todas aquelas atividades que visam a promoção da fazenda e o seu contínuo aprimoramento. Essa forma partilhada de administrar os negócios da propriedade, parece ter sido fundamental para que subsistissem no mercado até os dias de hoje.

Todavia, fica patente que o resultado de um empreendimento turístico rural bem sucedido como o que se apresenta neste estudo, deriva não apenas do conhecimento acumulado pela família, nesses quase dez anos de experiência, fruto do aprendizado e da sua persistência, mas, sobretudo, do seu espírito empreendedor e criativo.

Na busca de apreender como se deu a evolução do turismo rural na Fazenda do Sobrado, o presente estudo possibilita compreender a referida experiência como um processo em contínuo aprimoramento, em que se pode reconhecer três momentos distintos: a fase inicial de implantação, passando pela estruturação da atividade até a sua consolidação. Em cada uma delas, fica evidente o caráter intrínseco aos seus empreendedores, o qual emerge como elemento preponderante nesse processo, fazendo desencadear e progredir a atividade turística.

Nesse sentido, cabe destacar o pioneirismo da família na condução de uma experiência bem-sucedida de turismo rural no município, o que demonstra um certo desprendimento de sua parte com relação às vicissitudes e ao comportamento que caracterizam a mentalidade do homem rural em seu modo de vida e de trabalho. As constantes iniciativas arroladas pela família Serpa colocam em evidência o seu espírito empreendedor, sem o qual dificilmente a experiência teria

música gaúcha e tradições folclóricas, inclusive que os atendentes estejam tipicamente trajados com o vestuário gaúcho.

alcançado tal estágio de desenvolvimento e subsistido ao longo do tempo.

Contudo, é preciso considerar-se outro aspecto importante que, aliado aos fatores já mencionados, atuam como elementos dinamizadores de todo esse processo: as próprias aspirações e motivações dos empreendedores, que serão apresentadas no tópico seguinte.

5.6. Contribuições socioeconômicas e culturais do turismo rural

Conforme exposto anteriormente, a força motora dessas iniciativas tem sua origem nas próprias aspirações ou ideais que a família sustenta, principalmente condicionadas pelas motivações que a introduzem na prática do turismo rural, cujo aporte está assentado nas benesses ou contribuições que a atividade é capaz de proporcionar¹³⁵.

Tudo leva a crer que as motivações são de tal ordem significativas que levam a família a empenhar-se em um novo negócio, ainda que isso implique abrir mão de determinados preceitos e costumes que lhe são arraigados (hábitos, rotinas, *modus vivendi*), próprios da cultura das comunidades rurais¹³⁶.

¹³⁵ As motivações dos empreendedores rurais são fatores determinantes para seu ingresso e investimento no turismo rural que, não obstante ser algo recente no meio rural rio-grandense, está arrolado num setor econômico bastante diverso daquele em que atuam os agricultores (setor primário, de produção). As especificidades dessa atividade (espacialidade no território, público-alvo, perfil dos empreendedores, dinâmica própria) naturalmente o colocam diante de um campo desconhecido, minado de incertezas, do qual lançam mão, aventurando-se, premidos que estão no meio rural, pelas necessidades preponderantemente econômicas, mas também de natureza psico-sociológica e cultural.

¹³⁶ Conforme Murta & Albano (2002, p.49), enquanto algumas características das comunidades rurais podem ser tomadas como ‘positivas’ em relação ao turismo - como a coesão interna das comunidades rurais, sua relativa estabilidade, a relação sutil e estreita que elas mantêm com o meio ambiente (espaço de vida e de trabalho), muitas vezes envolto num contexto de cuidados - outras surgem como aspectos negativos, tendendo a gerar situações de conflito e até mesmo a opor-se ao desenvolvimento do turismo, como explicam as autoras: as comunidades das áreas rurais “são geralmente conservadoras e, a princípio, desconfiadas; elas se estruturam com base em valores não-escritos, mais do que em valores claramente articulados; e muitas vezes parecem retrógradas ou reacionárias”, com estruturas

A partir de então, a adaptação do turismo ao espaço rural e às atividades tipicamente associadas à agricultura¹³⁷ é uma realidade cada vez mais presente, que ocorre não exclusivamente em função da demanda dos cidadãos¹³⁸, mas, sobretudo, pelo interesse das próprias famílias rurais que - ocupando-se da prestação dos serviços turísticos essenciais ao desenvolvimento da atividade - passam a adquirir condições (renda, auto-estima, ocupação/ trabalho, cultura/ conhecimento) para melhorar sua situação de vida e remediar as dificuldades mais imediatas.

Nessa perspectiva, tratar-se-á de elucidar os benefícios e oportunidades que a prática do turismo rural proporcionou aos familiares na experiência em estudo.

Diante das circunstâncias vividas pela família Serpa, D. Ivany se reportou aos fatos de que os filhos haviam crescido, ela encontrava-se viúva (1987) e estava aposentada desde 1984, mas sentia-se isolada no meio rural, onde continuou morando¹³⁹. Nesse particular, a opção pelo

sociais cujas oportunidades e julgamentos de valor (preconceitos) nem sempre estão em condição igualitária para todos - homens e mulheres, crianças, deficientes e minorias étnicas.

¹³⁷ Dada a natureza do espaço rural, com seu *modus vivendi* e repertório característico de atividades (agrícolas e não agrícolas), cujo ciclo de vida não pode ser alterado em sua essência, faz-se mister a adequação do turismo a essa realidade irrefutável e presente no campo. Nesse sentido, a interação entre tais atividades submete muito mais o turismo à agricultura, requerendo uma maior flexibilidade daquele em relação a este, e não o contrário (exceto no caso de eventuais demonstrações), sob pena de criar-se um ambiente e situações totalmente artificializadas, fora do contexto, que comprometem o produto turístico rural em termos da sua autenticidade e fidedignidade. Nesse aspecto, muito difere o turismo rural do urbano que é mais facilmente manipulável. Quanto a essa particularidade e, sobretudo, considerando-se um empreendimento turístico rural familiar como a Fazenda do Sobrado, é bastante provável que o turista, ao adentrar no universo rural, seja surpreendido por um acontecimento inesperado, um 'fator surpresa', programado segundo as conveniências das leis da natureza ou o ritmo normal das atividades da família rural com quem o turista compartilha da companhia durante a estada na propriedade.

¹³⁸ O referido assunto é abordado em profundidade na seção 2.1 desta pesquisa.

¹³⁹ Nessa situação, freqüentemente o papel de cada indivíduo, em relação ao grupo familiar e à sociedade, requer alguns ajustes e adaptações, especialmente no que se refere à mulher que em função do avanço da idade, experimenta uma mudança significativa em sua vida. Em grande parte, a sobrecarga emocional que ela

turismo rural legou importantes contribuições aos empreendedores, auxiliando-os na reorganização dos papéis de cada um e corroborando para a superação dessa fase difícil, em que o sentimento de perda acometia especialmente D. Ivany. Segundo consta, o seu crescente envolvimento com a atividade, numa relação bastante aproximada com os turistas, estimulou-a a conservar os antigos móveis que existiam no sobrado e a dispensar-lhes maiores cuidados¹⁴⁰.

Muito embora D. Ivany pudesse contar com a companhia de um dos filhos que, posteriormente, voltou a residir no Sobrado, a presença dos visitantes e turistas, ainda que esporádica, requeria a sua dedicação e, de um modo geral, dinamizava as atividades na casa e na propriedade¹⁴¹.

Outrossim, a prática do turismo rural proporcionou um melhor aproveitamento de todo o potencial dos recursos patrimoniais da fazenda do Sobrado - sobretudo do patrimônio arquitetônico - que embora subsistisse em estado latente, não era utilizado integralmente. Na medida em que os familiares adequaram seus papéis e a infra-estrutura da propriedade à prestação de serviços turísticos, esses recursos foram sendo convertidos em atrativos. Posteriormente, quando ficaram conhecidos pelo público-alvo por meio da divulgação, eles passaram

experimenta resulta da redução ou anulação, quase conjunta, de muitas das funções que vinha desempenhando até então (atividade profissional, maternidade, vida conjugal e familiar, entre outras) e da necessidade de assimilar sua nova condição: aposentada, avó e empreendedora de novas atividades como o turismo.

¹⁴⁰ Em sentido geral, tais esforços são despendidos ante a expectativa de sucesso na condução da atividade turística na propriedade, o que implica conciliar os interesses, sobretudo, econômicos do receptor (empreendedor e comunidade rural) e de satisfação das necessidades de consumo - do lazer, do ambiente e da cultura rural - dos excursionistas e turistas, o que predispõe a família, inevitavelmente, a voltar-se à valorização do seu patrimônio. Em consequência disso, gradativamente, esta demonstra maior preocupação com relação ao estado de conservação física dos seus bens patrimoniais materiais (móveis e imóveis) e maior interesse pelo conhecimento dos aspectos étnico-histórico-culturais que lhe dizem respeito. Tal situação leva o empreendedor a assumir uma nova postura diante do patrimônio.

¹⁴¹ Na propriedade, a titular desempenha atividades relacionadas ao atendimento, recepção e acomodação dos turistas, estendendo-se também à comercialização caseira de alimentos, ao encaminhamento das tarefas da empregada doméstica no preparo das refeições e manutenção da ordem e limpeza no sobrado.

oficialmente a integrar a oferta turística da propriedade, sendo disponibilizados à apreciação e fruição pelos visitantes e/ou turistas em estada na Fazenda do Sobrado¹⁴². Dessa forma, o turismo rural atuou como mediador no processo de conversão dos recursos da propriedade em atrativos turísticos, os quais adquiriram, a partir de então, maior valoração econômica e amplitude quanto ao alcance do seu uso (aspecto funcional).

Desse modo, a atividade contribuiu para a mais-valia da produção agropecuária que também se tornou objeto de consumo dos turistas (comercialização, degustação) e/ou de fruição no seu tempo de lazer (recreação ativa ou passiva)¹⁴³.

Quanto ao patrimônio arquitetônico da fazenda, a valoração econômica que, a partir de então, se lhe atribui por intermédio do turismo, surge como resultado da ampliação de suas funções e também de sua percepção enquanto bem cultural, de significativo valor simbólico cultural¹⁴⁴.

Nessa perspectiva, a manutenção e conservação do sobrado pela família - que, a princípio, encontrou justificativa pela sua utilidade como local de moradia - foram reforçadas com o turismo. O referido patrimônio poderá tornar-se objeto de interesse do próprio poder público e da comunidade local, dado o valor cultural e econômico que lhe são incorporados nesse processo de conversão do bem cultural em atrativo turístico. Isso fica ainda mais evidente quando entram em cena os meios de comunicação de massa (televisão, mídia impressa, rádio)

¹⁴²Por conta própria, desde o início a família investiu na promoção dos atrativos rurais da propriedade, enfatizando-se o Sobrado, como se pode perceber pelo material impresso. A princípio, a divulgação ficou restrita ao “boca-a-boca” feito pelos próprios clientes, seguindo depois com a propaganda do empreendimento, sendo veiculada sob a forma de folder turístico e de anúncio em lixeiras públicas da capital. Posteriormente, foi sendo ampliada de forma que, ainda nos dias de hoje, vem sendo feita com o apoio a eventos locais e da promoção de festividades na própria fazenda.

¹⁴³ Ver o QUADRO 1.

¹⁴⁴ O Sobrado estendeu suas funções, agregando-se à residência da família o meio de hospedagem rural compartilhado, do qual os turistas desfrutaram em vários momentos durante a sua estada na propriedade, seja como ambiente de recreação passiva, contemplação, alojamento ou local de refeições.

que, de um modo geral, promovem a mobilização da coletividade, dinamizando, forçosamente, algumas ações por parte da administração local¹⁴⁵.

A valoração econômica do sobrado surge como fator relevante, especialmente para os empreendedores que passaram a dispor de uma nova fonte de renda (não agrícola) em sua propriedade. O complemento à renda familiar tem origem na prestação de serviços turísticos essenciais (alojamento, refeição, lazer e comercialização de produtos) e do próprio incremento aos rendimentos agrícolas, que se dá por intermédio do valor agregado à sua produção.

Sendo assim, o aproveitamento do patrimônio arquitetônico da Fazenda do Sobrado, como atrativo pelo turismo rural, vem proporcionando aos familiares envolvidos a complementação de renda. Os recursos captados por meio do turismo, de uma forma ou de outra, acabam sendo revertidos em investimentos na própria fazenda, servindo à manutenção e recuperação física do sobrado e às melhorias na infraestrutura para os turistas. Além disso, sempre que necessário, são empregados como capital de giro que serve ao custeio da produção agrícola.

Dessa forma, o turismo rural contribui decisivamente para a manutenção do patrimônio de recursos da propriedade, estabilizando-a economicamente e proporcionando à família condições (subsídios de naturezas várias - moral, social, ambiental, econômica, cultural) para uma

¹⁴⁵ Dado o alcance dos canais abertos de transmissão, recentemente parte da história do povo rio-grandense, relativa à Revolução Farroupilha, foi retratada pela TV Globo na minissérie “A casa das sete mulheres”, estendendo a todo o Brasil o conhecimento de um legado histórico-cultural que se construiu num passado marcado por inúmeras batalhas. A popularização da história dos farrapos vem despertando a curiosidade e o imaginário das pessoas e, também, o interesse dos próprios gaúchos por conhecer de perto os remanescentes arquitetônicos que retratam este passado. Dessa forma, o resgate dos aspectos históricos e sua divulgação pela mídia têm contribuído para uma maior visitação aos locais identificados com a história dos heróis farroupilhas, como o General Bento Gonçalves. Em função disso, o sobrado vem sendo integrado às recentes propostas formuladas pelas agências de viagem que, oportunamente, passaram a promover pacotes turísticos viabilizando uma aproximação do público-alvo com a história subjacente a esses exemplares do patrimônio arquitetônico rural rio-grandense.

qualidade de vida no meio rural. Sendo assim, torna-se patente a dupla função que o turismo rural cumpre com relação à manutenção do patrimônio familiar: ao mesmo tempo em que atua na viabilidade econômica da conservação e recuperação física do patrimônio arquitetônico, mostra-se igualmente eficaz quanto à subsistência da propriedade e à permanência da família no meio rural¹⁴⁶.

Nesse sentido, a abordagem focalizada neste estudo sustenta a idéia da percepção do turismo rural enquanto estratégia econômica que pode subsidiar o desenvolvimento, abarcando, ao longo desse processo, também as esferas social, cultural e ambiental.

Dadas as potencialidades da propriedade em estudo e o perfil dos seus empreendedores, conforme já exposto, o turismo pode ser encarado como um meio viável para a captação de recursos financeiros que atuam na complementação da renda agrícola da família. Sua maior contribuição está na conservação do patrimônio arquitetônico e na manutenção da vitalidade das áreas rurais. Não obstante, fornece outros aportes de natureza psico-social e cultural que atuam como reforço à auto-estima das pessoas envolvidas, ao gerar novas ocupações¹⁴⁷ e propiciar o intercâmbio cultural, alternativas relevantes, sobretudo, à mulher e aos idosos no meio rural¹⁴⁸.

¹⁴⁶ O fato de a própria atividade requerer no dia-a-dia a dedicação, a presença e o auxílio das pessoas da família, ou seja, o seu envolvimento em praticamente todas as etapas da atividade - desde o cuidado com os espaços (higiene, aparência, conforto, segurança), a qualidade dos serviços de alimentação e hospedagem, o planejamento e programação das atividades, até o trato pessoal com os turistas e visitantes (atendimento personalizado e cordial, acolhida com satisfação e zelo) - estimula-as a fixar sua moradia na propriedade.

¹⁴⁷ Em virtude de o turismo rural implicar uma relação bastante aproximada com os familiares (dado o convívio na intimidade da família e o atendimento cordial e personalizado) e, indiretamente, também a participação de outras pessoas que trabalham na propriedade (doméstica, empregados, peões) ou na prestação de serviços específicos terceirizados (passeios turísticos, apresentações culturais), a atividade mostra um grande potencial para a geração de novas ocupações, tanto à família rural como às demais pessoas da localidade envolvidas no processo.

¹⁴⁸ O turismo rural é capaz de prover uma melhor qualidade de vida às pessoas não apenas sob o ponto de vista econômico; o próprio sentimento de autovalorização e respeito mútuo que desperta nos envolvidos, ao valorizar-lhes suas capacidades, conhecimentos e distintas habilidades, seu *modus vivendi* e seu trabalho,

Além disso, a crescente demanda dos turistas por atrativos histórico-culturais interpretados, desperta o interesse da família pelo passado do patrimônio, de um modo geral, estimulando o resgate das raízes culturais e promovendo a valorização dos bens patrimoniais pela coletividade.

Com isso, percebe-se que o turismo rural vem adquirindo crescente importância não apenas como prática recreativa, mas também social e educativa, o que pode favorecer a educação patrimonial de turistas e, em especial, da população residente, contribuindo para a construção de uma consciência cidadã.

reforçam sua auto-estima e corroboram para que as famílias rurais desenvolvam atitudes de maior protagonismo na busca de soluções de seus próprios problemas.

5.7. A demanda turística da Fazenda do Sobrado

Vários estudos empregam a técnica do questionário para conhecer a demanda turística em nível municipal ou de propriedade. Tendo em vista a importante contribuição dos questionários, inseridos no contexto dos estudos qualitativos - de caráter exploratório e descritivo - tal como se apresenta nesta pesquisa, o presente capítulo expõe a tabulação dos resultados obtidos a partir da enquete realizada com o público que vivenciou o turismo rural na Fazenda do Sobrado e a sua respectiva análise. Com isso, procura-se demonstrar qual o perfil característico dos turistas que identificam o patrimônio arquitetônico como atrativo da fazenda.

5.7.1. Caracterização do público-alvo

Para a análise de determinadas variáveis relacionadas ao perfil do público-alvo da Fazenda do Sobrado - tais como a faixa etária, o estado civil, a procedência (região de domicílio), o meio de transporte utilizado e o período do ano de maior frequência de turistas - foram considerados os 43 turistas respondentes do questionário padronizado (período de 2002 a 2003) e, ainda, os outros 79 relacionados na ficha de hospedagem que já existia na propriedade (período de 1996 a 2002), totalizando 122 turistas. Dadas as limitações desse último instrumento, os resultados relativos às demais variáveis foram apreendidos a partir do questionário elaborado para atender ao objetivo específico desta pesquisa: conhecer a demanda em relação ao produto turístico da Fazenda do Sobrado.

De um modo geral, pode-se afirmar que o público que frequenta a Fazenda do Sobrado, em sua grande maioria, é casado (68%) e possui idade entre 35 e 50 anos (52,5%). A ocorrência de turistas na faixa etária que vai dos 19 aos 34 anos aparece logo em seguida, correspondendo a 26,2% dos entrevistados.

Na seqüência, o GRÁF. 1 atém-se à distribuição dos entrevistados de acordo com a faixa etária enquanto o GRÁF. 2 relaciona-os segundo o seu estado civil.

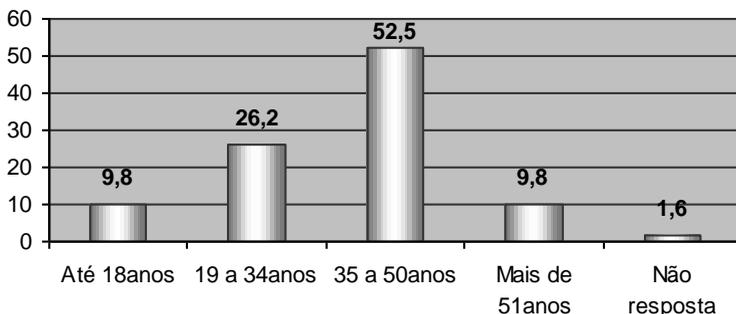


GRÁFICO 1 - Caracterização dos turistas segundo a faixa etária.

FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

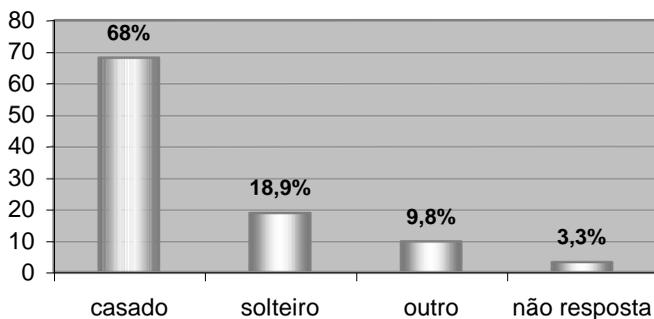


GRÁFICO 2 - Caracterização dos turistas segundo o estado civil.

FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

Em concordância com os resultados do GRÁF. 13, apresentados posteriormente, esses dados reforçam as características do grupo preferencial que visita a Fazenda do sobrado, constituído predominantemente por familiares.

Com relação ao grau de escolaridade dos entrevistados, no período de março de 2002 a março de 2003, o GRÁF. 3 demonstra haver a predominância de turistas com formação superior completa (27,91%).

Esse fato está em consonância com a atividade profissional correspondente à faixa etária predominante entre os entrevistados (GRÁF. 1), observando-se que a maioria atua como profissional liberal, como ilustra o GRÁF. 4.

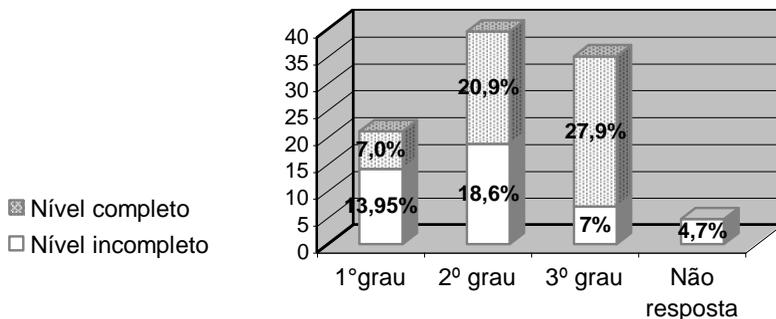


GRÁFICO 3 - Nível de escolaridade dos turistas.
 FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

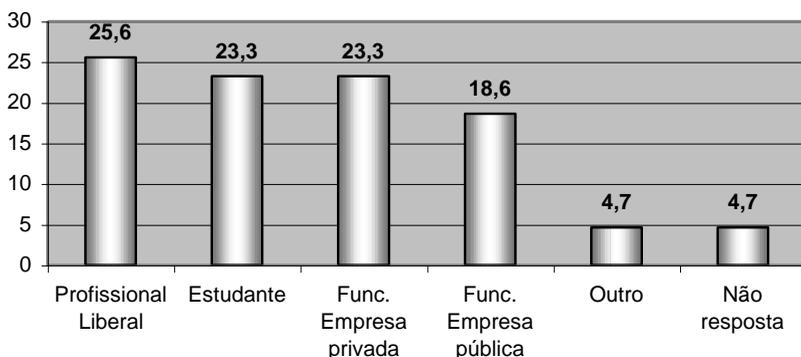


GRÁFICO 4 - Caracterização dos turistas segundo sua ocupação.
 FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

Os resultados apresentados no GRÁF. 5, por sua vez, não deixam dúvidas sobre a procedência do público-alvo, consumidor potencial do produto turístico da Fazenda do Sobrado.

Não foi registrada nenhuma ocorrência de turistas oriundos das Regiões Central e Missões do Rio Grande do Sul, sendo estes procedentes, em sua grande maioria, das zonas turísticas Metropolitana (53,3%) e Sul do estado (21,3%), as quais correspondem, respectivamente, aos pólos estadual e regional, emissores de turistas.

Muito embora venha comprovar uma realidade que é conhecida empiricamente pelos familiares, esse resultado traduz-se como um forte indicativo de que as ações dirigidas a tais regiões - visando promover o marketing do empreendimento ou estabelecer parcerias com agências de viagens – são promissoras de bons negócios aos empreendedores.

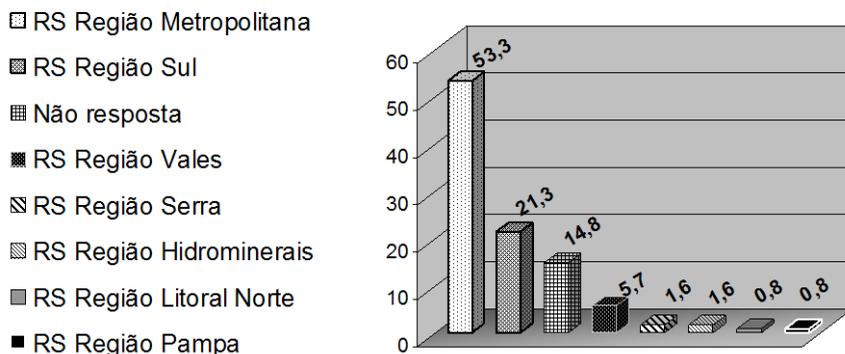


GRÁFICO 5 - Caracterização dos turistas segundo a região de domicílio¹⁴⁹.
 FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

Especialmente agora, com a popularização, na mídia, da história dos farrapos e da figura dos seus heróis, dá-se um impulso ao turismo interno no Rio Grande do Sul, beneficiando todos que, de alguma forma, encontram-se ligados ao passado histórico-cultural rio-grandense. No decorrer desse processo de revalorização da cultura e do modo de vida rural, focalizando as atenções nas antigas (e não raras vezes também esquecidas) fazendas históricas do Rio Grande do Sul, em especial, ampliam-se as oportunidades aos proprietários de empreendimentos turísticos como a Fazenda do Sobrado que, a partir de então, passa a despertar maior interesse por parte dos turistas e da própria comunidade

¹⁴⁹ As respostas foram tabuladas relacionando-se o local de procedência às respectivas zonas turísticas a que pertencem, segundo subdivisão da Secretaria de Estado do Turismo, Esporte e Lazer.

local que, identificando-se à história retratada, sente-se também valorizada¹⁵⁰.

Tomando-se por base o panorama geral configurado pela ruptura dos paradigmas urbanos que, ao longo de décadas, sustentaram o modelo de vida e de trabalho preterido nas cidades, na atualidade, manifesta-se um movimento *retro* ensejando o resgate de uma série de valores que, de uma forma ou de outra, encontram correspondência, hoje, na ‘ruralidade’ (simplicidade, rusticidade, aspectos morais, histórico-culturais e paisagísticos intrínsecos ao rural).

Nesse sentido, é oportuno observar os resultados do GRÁF. 6, relativos aos principais aspectos que influenciaram na escolha do local de viagem. Eles foram apontados pelos turistas na ocasião em que lhes foi solicitado enumerar, segundo ordem de importância, entre oito itens elencados, aqueles que consideravam os mais relevantes.

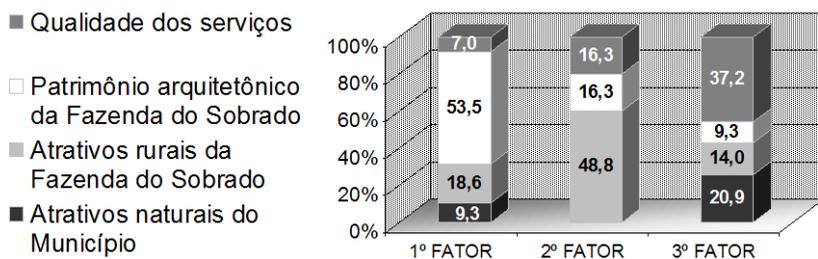


GRÁFICO 6 - Fatores determinantes na escolha do local de viagem.
 FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

Entre os principais fatores sobressaíram-se os atrativos da Fazenda do Sobrado, sendo o patrimônio arquitetônico referido em primeiro lugar, com 53,5% e os atrativos rurais da propriedade em segundo, com 48,8%, como demonstrado nas duas primeiras colunas do GRÁF. 6.

¹⁵⁰ Isso em muito contribui ao fortalecimento da sua auto-estima e à manutenção da identidade cultural, o que é viabilizado a partir do estímulo ao resgate histórico e à conservação das raízes culturais, traduzidas no cenário em que vive, pelo artesanato, a gastronomia, o linguajar e as próprias características arquitetônicas das moradias.

Curiosamente, os atrativos naturais de São Lourenço do Sul - de notável beleza, concebidos pela administração local como ‘carro-chefe’ da promoção turística do município - foram elencados apenas em terceiro lugar, com 37,2% da preferência dos entrevistados. Um número inexpressivo de pessoas levou em conta os demais itens sugeridos (proximidade do local onde mora; facilidades de acesso à Fazenda; curiosidade e preço acessível).

Sendo assim, os aspectos histórico-culturais concernentes à Fazenda do Sobrado e, mais especificamente o seu patrimônio arquitetônico, constituem-se como os principais atrativos da propriedade. Isso ficou ainda mais evidente nas respostas dos turistas à questão¹⁵¹: “Qual o aspecto da propriedade que mais lhe agradou?”, em que a figura do patrimônio arquitetônico, referida por outros termos correlatos, foi mencionada pela maioria dos entrevistados (53,49%), conforme apresentado na tabela abaixo.

TABELA 1 - Aspectos que mais agradaram aos turistas.

Citações mais frequentes dos turistas	nº entrev.	freq.(%)
a casa/ o sobrado/ a antiguidade do prédio e sua história	23	53,49
a natureza/ a paisagem/ o ambiente/ a vida do campo	6	13,95
o passeio a cavalo/ os cavalos	4	9,30
a gastronomia	4	9,30
a hospitalidade	3	6,98
Outras	3	6,98
TOTAL	43	100,00

FONTE - Pesquisa de campo, 2002.

Também foi realizada análise de correlação de Pearson com probabilidade de erro a 5%, utilizando planilha do Microsoft Excel, correlacionando o fator que determinou a escolha do local de viagem

¹⁵¹ À exceção das demais, esta questão foi proposta de maneira aberta, dando margem à livre manifestação do turista, permitindo captar qualquer fator interveniente que venha a surgir no decorrer da pesquisa.

pelo turista com o aspecto que mais lhe agradou na propriedade. Os resultados demonstraram uma correlação -0.113 , indicando que não existe relação significativa entre as variáveis analisadas. Sendo assim, pode-se concluir que o atrativo que influenciou na escolha da Fazenda do Sobrado, como destino turístico, não possui correspondência com aquilo que mais lhe agradou; contudo não se pode afirmar que sua expectativa não tenha sido alcançada.

Em termos da motivação do turista, o referido instrumento também averiguou as suas expectativas em relação à viagem. A viagem motivada pelo lazer/recreação (30,2%), pela prática do turismo rural (27,9%) e pela reabilitação da saúde/ o descanso/ o relaxamento (18,6%) foram as respostas mais recorrentes entre os entrevistados, conforme a figura abaixo. O turismo esportivo, científico e de negócios, sequer foi mencionado pelo público que visitou a fazenda. O índice de não resposta foi de 2,3%.

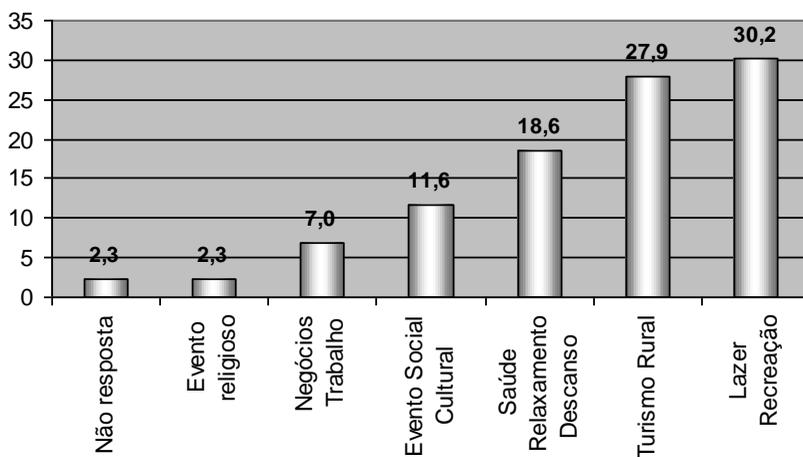


GRÁFICO 7 - Fatores motivadores do deslocamento turístico.

FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

Segundo demonstra o GRÁF. 8, a grande maioria dos turistas (86%) utilizou preponderantemente o automóvel, como meio de transporte, em sua viagem.

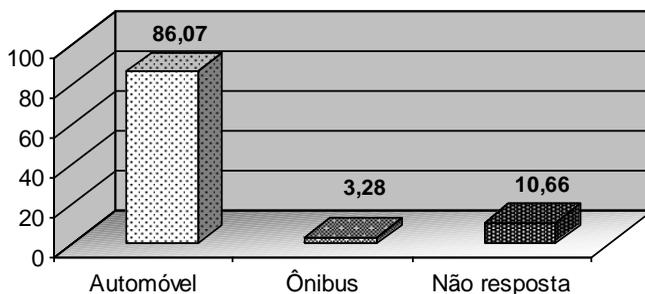


GRÁFICO 8 - Meio de transporte empregado pelos turistas.

FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

Revelou-se inexpressivo o número de hóspedes que se utiliza do ônibus pois, os participantes de excursões costumam apenas passar o dia na propriedade, muitas vezes pernoitando em outros locais. Além disso, dadas as características da oferta turística da Fazenda do Sobrado, é limitada a capacidade das suas instalações destinadas à hospedagem¹⁵².

Pôde-se apreender também que grande parte dos respondentes (67,4%), na ocasião, visitava a Fazenda do Sobrado pela primeira vez, como mostra a segunda coluna do GRÁF. 9. Contudo, cerca de 32,6% revelaram já terem outrora visitado a propriedade, percentual este que representa 70% da parcela de turistas que já tinham estado no município de duas a cinco vezes, indicando que a grande maioria das pessoas que lá estiveram, entre março de 2002 e março de 2003, deslocou-se para conhecer a Fazenda do Sobrado. O fato em si é interessante mas, de todo, não surpreende, já que a propriedade possui boas condições de

¹⁵² Nesse sentido, os anseios dos empreendedores de construir, no futuro, módulos de hospedagem independentes ao casarão favoreceriam ao empreendimento sob dois aspectos: possibilitaria ampliar o número de leitos, satisfazendo as necessidades de alojamento de grupos maiores, como os excursionistas, e complementaria a oferta - de caráter genuinamente familiar e rural - que existe na propriedade. Para um número considerável de turistas o fato de compartilhar da moradia com o proprietário e de não dispor de sanitários privativos aos dormitórios não corresponde às suas expectativas de hospedagem, conforme relatam os empreendedores. Assim, as novas instalações permitiram ampliar a sua oferta a um público maior.

acesso e está em situação privilegiada de proximidade com o centro urbano.

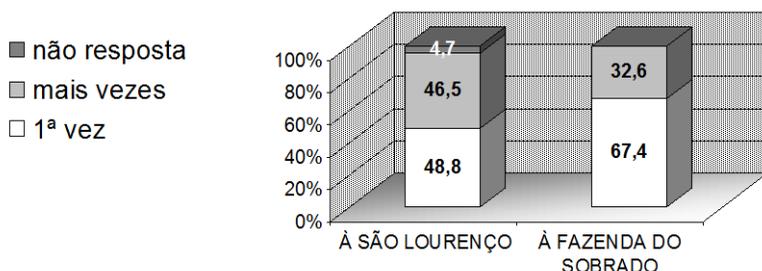


GRÁFICO 9 - Incidência dos turistas: visitação a São Lourenço e a Fazenda do Sobrado

FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

Outrossim, mostrou-se oportuno e relevante, especialmente para os empreendedores, saber quais os principais canais de comunicação, utilizados pelos respondentes para obter informações turísticas sobre a Fazenda do Sobrado, orientando acerca dos meios de divulgação (marketing) mais promissores. Nesse particular, percebe-se que a propaganda mais atuante, ou seja, a que mais atinge o público-alvo ainda é feita com base no «boca-a-boca», conforme o gráfico abaixo.

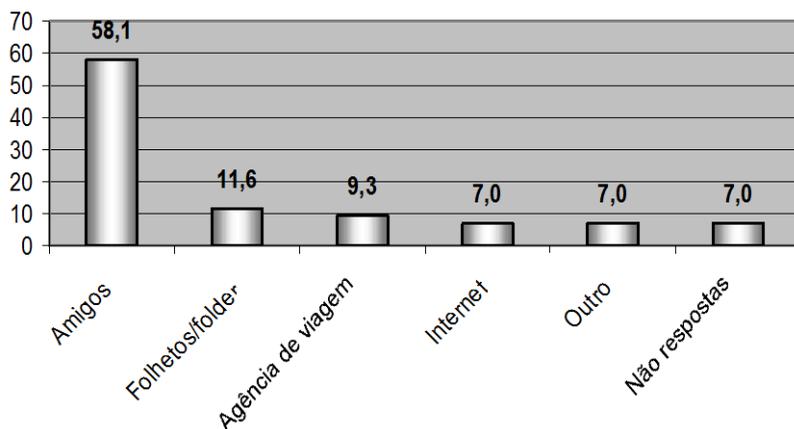


GRÁFICO 10 - Meios de obtenção de informações turísticas.

FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

Muitos respondentes tiveram os próprios amigos como fonte de informação sobre o turismo rural na Fazenda do Sobrado. Os folderes turísticos e folhetos informativos, por sua vez, ainda representam muito pouco em termos da divulgação do produto turístico rural, tendo sido apontado por 11,6% dos entrevistados. As agências de viagens que se dispõem a trabalhar em parceria com os empreendedores, recebendo comissão equivalente a 10% sobre o valor arrecadado com o turista, foram responsáveis por 9,3% dos que se hospedaram na propriedade.

Apesar de ainda ser bastante restrito o número de pessoas que busca na internet as informações turísticas (cerca de 7%), hoje em dia esta é uma realidade cada vez mais presente, podendo-se dispor - quem quer que a consulte, em qualquer parte do mundo - de dados atualizados e de belas imagens dos locais a serem visitados¹⁵³.

Tratando-se de como foi organizada a viagem, ocorre que a grande maioria dos respondentes (74,4%) toma para si a tarefa, organizando por conta própria o seu roteiro de viagem. Há outra parcela do público que busca a ajuda dos familiares, opção discriminada por 16,3% dos entrevistados, como mostra o GRAF. 11.

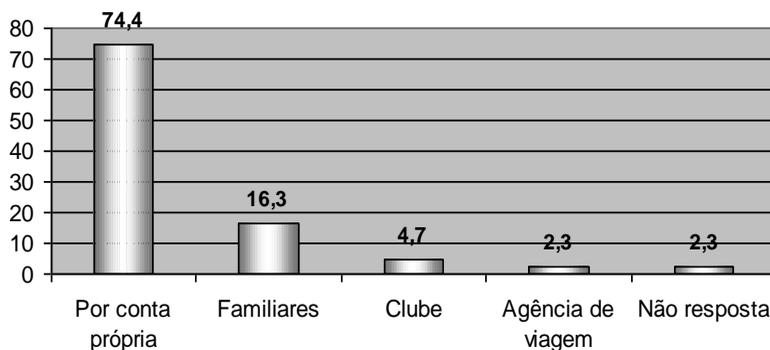


GRÁFICO 11 - Opções dos turistas quanto à organização da sua viagem
FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

¹⁵³ Para os empreendedores, a internet representa mais uma opção de marketing e, sobretudo, uma economia em relação ao que precisaria ser despendido com os materiais impressos.

Quanto ao perfil dos turistas que se deslocam à propriedade (GRÁF. 12 e 13), percebe-se que a maioria têm o hábito de viajar mais freqüentemente acompanhado. Em quase 80% dos casos, o grupo que participa da viagem é composto por até cinco pessoas, sendo constituído predominantemente (60,5%) por familiares.

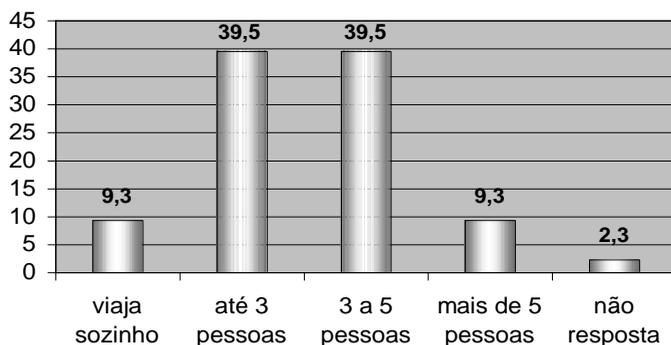


GRÁFICO 12 - Caracterização dos turistas quanto ao grupo de viagem.
 FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

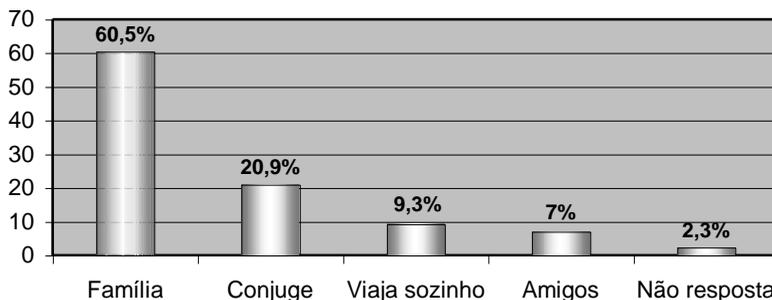


GRÁFICO 13 - Preferência dos turistas quanto aos acompanhantes de viagem.
 FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

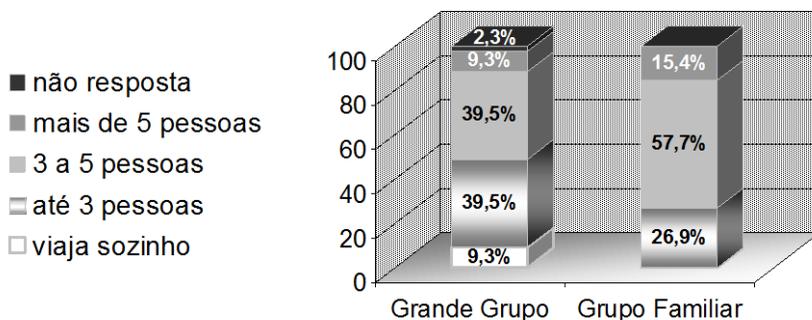


GRÁFICO 14 - Caracterização das viagens do grupo familiar em relação ao universo considerado.

FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

Quanto à duração da estada do turista na Fazenda do Sobrado, a partir dos resultados apresentados no GRÁF.15, percebe-se que a maior parte do público do turismo rural (65,12%) costuma permanecer hospedado por 3 a 4 dias, em geral correspondendo a um fim de semana ou feriadão. Apenas 13,95% deles prolongam a estada além desse período.

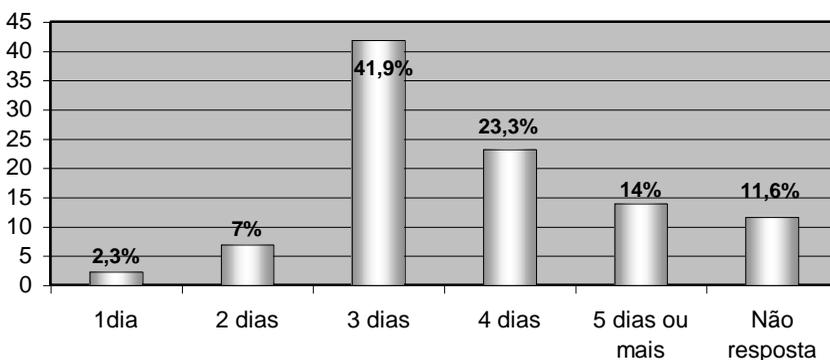


GRÁFICO 15 - Tempo de permanência dos turistas na Fazenda do Sobrado.

FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

Os meses de janeiro, fevereiro, março e abril, identificados pelas quatro primeiras colunas do GRÁF. 16, sobressaem-se como o período de maior frequência dos turistas na Fazenda do Sobrado, seguidos pelos meses de julho e novembro. Os resultados foram obtidos considerando-se o período de 1996 até março de 2003.

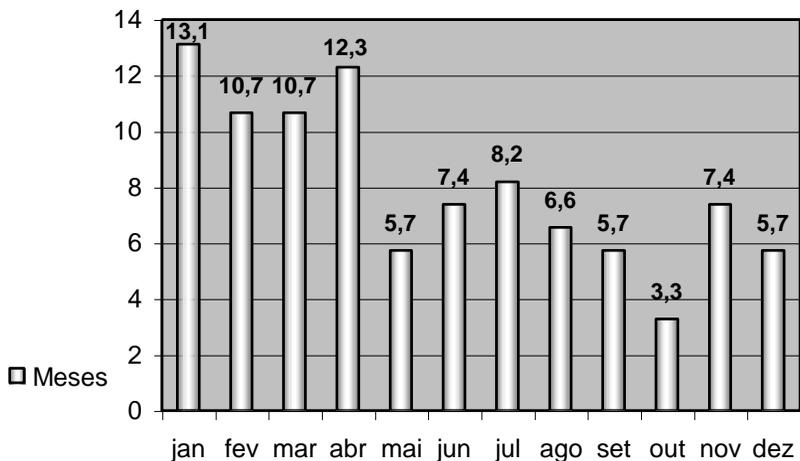


GRÁFICO 16 - Período de maior frequência dos turistas na fazenda.
 FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A natureza heterogênea da sociedade rural, com seus sistemas produtivos, seu entorno paisagístico e traços culturais característicos (materiais e imateriais), é uma riqueza potencial para o desenvolvimento dos municípios, especialmente se consideradas as oportunidades (geração de postos de trabalho e de renda) que o seu aproveitamento pelo turismo rural propicia aos atores sociais envolvidos (comunidade e famílias empreendedoras).

As idéias defendidas no trabalho pressupõem o entendimento acerca das potencialidades turísticas do patrimônio arquitetônico rural, da importância da sua conservação - enquanto referencial e marco histórico-cultural que situa a sociedade no seu tempo e espaço - das oportunidades de inserção socioeconômica das famílias e de conservação física desses remanescentes da cultura material, que surgem com o turismo rural.

Nesse sentido, são promissoras as perspectivas de desenvolvimento de um turismo rural fundado em bases históricas e culturais. Sobretudo, em função da crescente demanda da população urbana por uma série de serviços e benefícios, tangíveis e intangíveis, que o espaço rural é capaz de proporcionar¹⁵⁴. Por esse motivo, é cada vez maior o número de pessoas que busca um turismo alternativo, não massificado, autêntico, baseado no *modus vivendi* rural e nos valores histórico-culturais enraizados no passado.

Nessa perspectiva, o estudo de caso da experiência em turismo rural da Fazenda do Sobrado, alavancada a partir da concepção do patrimônio arquitetônico como atrativo turístico, é bastante revelador.

Os resultados da pesquisa apresentam-se como um retrato dessa realidade, irrefutável e em constante dinâmica, prerrogativa que permite concebê-la como um ensaio, ou seja, um ponto de partida que suscita a

¹⁵⁴ Tais como o lazer, o descanso e a manutenção do equilíbrio psico-fisiológico, além do intercâmbio cultural e da ampliação dos horizontes do conhecimento e das vivências humanas.

reflexão e contribui para o entendimento das experiências dessa natureza.

A pesquisa é inovadora na medida em que lança um novo olhar para o turismo rural. A partir de um estudo de caso, analisou-se a evolução dessa atividade na Fazenda do Sobrado, sobretudo evidenciando as estreitas relações estabelecidas com as atividades agrícolas, praticadas nas unidades rurais produtivas, e com a cultura do passado, materializada na figura do patrimônio arquitetônico.

Muito embora a agricultura, o patrimônio arquitetônico e os demais recursos paisagísticos do meio rural contracenassem num mesmo espaço, apenas recentemente foram associados, de forma intencional e gradativa pelo turismo. Isso surge como resposta à busca de novas alternativas de vida: preponderantemente de caráter econômico, pelas famílias rurais e de caráter sócio-cultural e recreativo, por parte da demanda (turistas rurais).

A princípio, detendo-se nas características físicas e culturais concernentes ao patrimônio de recursos da propriedade e, mais objetivamente, direcionando o olhar ao antigo sobrado, a pesquisa mostrou o quão significativo esse conjunto de recursos foi para a efetivação do turismo na Fazenda do Sobrado; conseqüentemente, trazendo aportes de várias naturezas à família empreendedora.

Contudo, tão importante quanto averiguar as potencialidades turísticas do patrimônio arquitetônico foi conhecer as características do público-alvo (perfil dos turistas) para o qual a infra-estrutura turística, como um todo, precisa estar preparada para receber.

Nesse sentido, os dados sobre a demanda turística da Fazenda do Sobrado, indicativos das preferências e motivações dos hóspedes, não deixaram dúvidas sobre a potencialidade inerente ao patrimônio arquitetônico, então reconhecido como principal atrativo turístico da propriedade. Os resultados vieram a comprovar o pressuposto da pesquisa: dado o significado simbólico que é atribuído ao citado patrimônio, enquanto representante de um passado histórico-cultural que se deseja conservar, ele tem potencial para atuar como atrativo.

A compreensão do significado histórico-cultural do patrimônio arquitetônico e a percepção das possíveis contribuições - decorrentes do seu aproveitamento como atrativo turístico - à família empreendedora, revela-se um esforço sempre necessário, quando o objetivo é a

manutenção e o resgate, pela sociedade, do elo que a vincula com o passado, em que se assentam as raízes e os traços culturais dos povos.

Outrossim, buscando-se uma ‘generalização naturalística’, o confronto dos resultados da Fazenda do Sobrado com os de outros estudos similares em turismo rural, reforça as características do público-alvo ou clientela típica dessa atividade, seletiva também quanto à demanda.

Em consonância com o perfil do público cativo do turismo rural, a demanda turística da propriedade é caracterizada por visitantes na faixa etária de 35 a 50 anos, acompanhados da família (três a cinco pessoas) e oriundos dos pólos regional (Região Sul) e estadual (Região Metropolitana), então reconhecidos como principais centros emissores. Constatou-se que, em sua grande maioria, fizeram uso do automóvel particular para chegar à fazenda, onde permaneceram hospedados por cerca de três dias. São profissionais liberais, com formação superior completa que, na ocasião, visitavam a propriedade pela primeira vez, tendo tomado conhecimento a respeito por intermédio de amigos.

Apesar de mostrarem-se inicialmente motivados pelo turismo rural, no que se refere ao lazer, à recreação e ao descanso, os visitantes elegeram o patrimônio arquitetônico como fator determinante na escolha do local de viagem, sendo reconhecidamente o aspecto que mais lhes agradou na propriedade; resultado que responde ao pressuposto inicial da pesquisa.

As informações relativas ao produto turístico rural então constituído e à sua clientela, conjuntamente, proporcionam à família empreendedora, à administração pública e à comunidade, subsídios para o planejamento e a condução responsável do turismo rural em São Lourenço do Sul.

A pesquisa também dirigiu o olhar aos atores responsáveis pela operacionalização desta nova idéia no meio rural: a família empreendedora cujas ações e vivências na complementaridade da agricultura e do turismo, e o seu pioneirismo na condução desta prática em São Lourenço do Sul, deram corpo ao trabalho.

As dificuldades econômicas que, por um lado, estimularam os empreendedores a ingressar no turismo rural, são as mesmas que os penalizam na fase de implantação quando, carentes de informações e recursos, ressentem-se com a falta de apoio das instituições financiadoras

e de diálogo com a própria administração local. O poder público municipal lourenciano não demonstra muita receptividade e credibilidade quanto ao turismo rural, o que fica visível pela ausência de projetos de incentivos turísticos e de iniciativas voltadas à preservação do patrimônio arquitetônico existente.

Assim, as angústias e dificuldades encontradas pela família Serpa, tanto na fase inicial de implantação como no decorrer do processo de estruturação da atividade turística na Fazenda do Sobrado, denotam uma realidade que é compartilhada por grande número de empreendedores que atuam nesse setor: a falta de políticas e programas específicos, que levem em conta a natureza heterogênea da sociedade rural brasileira e também as particularidades locais. Com isso, deixam-se de promover atividades potencialmente geradoras de novas fontes de renda e de ocupação no meio rural, as quais deveriam ser encaradas como uma alternativa para mitigação dos graves problemas socioeconômicos e culturais que, de uma forma ou de outra, afetam a qualidade de vida das famílias, sejam elas urbanas ou rurais.

Não obstante, é preciso que haja administradores engajados nessas idéias, para que muitas das iniciativas particulares dos produtores rurais não sucumbam pela falta de incentivos públicos e de assistência dos extensionistas rurais, requeridos em várias instâncias do processo.

A partir da última década, consolidou-se a apologia dos benefícios que o desenvolvimento do turismo e do lazer pode trazer à sociedade. Contudo, é prudente ter algumas precauções na condução dessas atividades no espaço rural, sobretudo, por considerar-se os possíveis impactos (negatividades) às famílias e à comunidade receptora e, ainda, os danos ambientais que se pode causar ao entrar de maneira desordenada e sem ‘critérios’ no ambiente rural¹⁵⁵.

A intensidade de uso do espaço e de consumo da cultura, da natureza e das paisagens dos lugares captados pelo turismo, pode produzir, em diferentes graus, a alteração dos costumes e da rotina dos moradores (descaracterização da população autóctone), interferindo na

¹⁵⁵ Atentando para os impactos negativos das atividades turísticas, Krippendorf (2000, p.20), faz algumas ressalvas: “Quando o desenvolvimento começa a trazer mais inconveniências do que vantagens ao indivíduo e à sociedade, é bom que se iniciem as críticas e, em particular, as reflexões”.

qualidade de vida do lugar (aumento dos níveis de poluição visual e do ar, aumento da violência e da produção de resíduos e dejetos, elevação do custo de vida, restrição quanto ao atendimento dos serviços básicos de saneamento, de fornecimento de energia elétrica e de água potável).

Tratando-se do espaço rural, faz-se mister que seja respeitada a pequena escala requerida para a sua implantação e conservados os aspectos relativos a ruralidade, à cultura e à autenticidade de identidade do lugar, sob pena de ser comprometida a integridade daquilo que se constitui como diferencial do produto turístico rural e que lhe confere a atratividade.

Sendo assim, o turismo se apresenta como uma atividade complexa, pois como afirma Rodrigues (1997, p.48) “compreende tanto a produção como o consumo, tanto as atividades secundárias (produção do espaço) como terciárias (serviços) que agem articuladamente”, apropriando-se de ambientes exóticos, de paisagens naturais, de paisagens históricas, para transformá-los em lugares atrativos que deverão ser contemplados, vivenciados e apreendidos para se obter conhecimentos culturais e históricos, lograr o descanso, entre vários outros fins simbólicos ou reais.

Nessa perspectiva, é preciso que haja uma maior profissionalização no trato da atividade, viabilizando atitudes responsáveis com relação ao ambiente no qual se pretende a inclusão de turistas. E, ainda, que sejam ampliados os estudos com vistas à definição de parâmetros mínimos reguladores dos serviços turísticos prestados no meio rural (alimentação, hospedagem, lazer e comercialização de produtos do artesanato ou alimentícios, agroindustrializados de forma caseira). Isso é imprescindível ao aprimoramento da atividade e ao estabelecimento de requisitos mínimos de qualidade na prestação de tais serviços.

Seria conveniente que os empreendimentos estivessem reunidos segundo modalidades turísticas afins, de modo a garantir a satisfação das expectativas formatadas antecipadamente pelo público. Em determinadas situações, o *fator surpresa* pode ser um elemento de insucesso do estabelecimento, na medida em que a realidade não corresponda à imagem preconcebida ou veiculada na *mídia* (propaganda em revistas especializadas, em página impressa, em seções de jornais, guias de roteiros de viagem, anúncio em site da internet).

Nesse sentido, entende-se que a terminologia mais adequada à natureza singular do produto turístico da Fazenda do Sobrado seria “fazenda-hotel” ou “casa de fazenda”, como propõe a classificação da SETUR, o que foi sugerido como recomendação à família empreendedora.

Contudo, para o público cativo ou típico do turismo rural, o ‘fator surpresa’ pode ter outra conotação, sendo interpretado como um aspecto positivo quando relacionado às atividades agropecuárias da propriedade. Uma vez que o turismo rural esteja interagindo com a agricultura, a qual “está ligada às peculiaridades e exigências próprias da terra e ao ritmo imprevisível das estações do ano”, conforme Svensson (1992), ele proporciona aos visitantes uma ampla gama de recursos atrativos, diferenciados ao longo do ano. Tais atrativos estão relacionados à conformação das paisagens rurais, objeto de contemplação dos turistas, e às lides campeiras, possibilitando efetivamente a sua participação ou apenas o acompanhamento das atividades. Nesse sentido, uma das principais características do turismo rural permite distingui-lo em oposição à regularidade do turismo urbano.

Inserindo essa discussão no conceito de multifuncionalidade, percebe-se que o rural propicia subsídios importantes ao desenvolvimento do turismo e, vice-versa. A prática do turismo rural permite visualizar nitidamente as múltiplas funções associadas ao espaço rural: a recreativa, a estética, a terapêutica, a pedagógica e a patrimonial.

Por outro lado, a convicção acerca das contribuições do turismo não tem sido suficiente para que se coloque em prática, nos municípios, um turismo verdadeiramente responsável e integrado, que contemple, no seu planejamento, não apenas o valor econômico do espaço. Mas que leve em conta as especificidades climáticas e geográficas das localidades e os seus valores sociais e culturais, considerando as possibilidades de inserção das famílias envolvidas, direta ou indiretamente com a atividade.

Implementar um planejamento integrado dos atrativos naturais e culturais do município, sobretudo considerando as riquezas do meio rural, é importante na medida em que contribui para minimizar os efeitos da sazonalidade e prolongar o tempo de permanência do turista rural que, em geral, estende sua estada ao longo de um fim de semana ou feriadão. Dessa forma, acredita-se que seriam ampliadas as oportunidades de melhoria das condições de vida das famílias

comprometidas com a prestação de serviços, a produção e/ou comercialização dos produtos turísticos.

Um dos aspectos mais interessantes do turismo cultural rural diz respeito, justamente, às características singulares de sua oferta cujo componente originário do lugar correspondente aos valores criados pelo homem, pode ser usufruído independente das estações (Azevedo, 2002b)¹⁵⁶. Isso amplia o leque de opções que podem ser disponibilizadas aos turistas, sobretudo criando, nos municípios, uma oferta igualmente rica em atrativos também nos períodos considerados de baixa temporada, não levando em conta a época do ano.

Todavia, por desconhecimento ou negligência das administrações públicas e dos próprios empreendedores privados, vêm sendo desconsideradas as vantagens da integração entre os atrativos, na composição da sua oferta turística. Nesse sentido, ainda hoje, muitos municípios da Região Litoral Sul do Rio Grande do Sul, como São Lourenço do Sul, por exemplo, privilegiam os recursos da natureza vinculados à Lagoa dos Patos como foco principal da sua promoção turística oficial. No entanto, o clima frio em parte do ano não favorece o aproveitamento integral dos seus atrativos turísticos naturais, sobretudo, quanto aos recursos hídricos (especialmente requisitados na estação quente, de novembro a março).

Nessa situação, uma integração entre os atrativos naturais e culturais, sobretudo considerando os recursos do meio rural, cumpriria um importante papel na diversificação da oferta turística de São Lourenço do Sul.

Considerando essa realidade, o produto turístico da Fazenda do Sobrado, resultado do esforço da iniciativa da família empreendedora, experimenta um certo isolamento em relação aos demais atrativos do município.

Muito embora a pesquisa centralize o foco nas potencialidades de aproveitamento do patrimônio arquitetônico rural, como atrativo da atividade turística compreendida na Fazenda do Sobrado, ela não se abstém de relatar os benefícios sócio culturais que o uso do patrimônio,

¹⁵⁶ Valores que são típicos de cada localidade ou região, como a cultura, o *modus vivendi*, a tradição, a história, a gastronomia, a paisagem, o artesanato, entre outros.

como recurso educativo pode propiciar. Destaca-se a sua contribuição na formação de uma consciência mais cidadã (tanto por parte dos residentes como dos turistas), ciente da importância e da necessidade de conservar esses remanescentes que guardam a memória de um passado histórico-cultural, que a todos pertence.

Na seqüência, a pesquisa apreende, de um lado, a necessidade suscitada pela sociedade urbana (os turistas e/ou visitantes) que, de forma crescente, vem buscando os cenários rurais pelas suas atribuições recreativas, terapêuticas, estéticas e culturais, em cuja paisagem se insere o patrimônio arquitetônico. Por outro lado, mostra as motivações para o ingresso da família rural na atividade, as quais foram fortemente condicionadas pelas dificuldades de subsistirem apenas da renda da atividade agrícola. A partir desses subsídios, pôde-se compreender a trajetória percorrida pelos empreendedores, desde 1994, para consolidar o produto turístico da Fazenda do Sobrado.

O estudo demonstrou que a estruturação e a sustentabilidade da atividade turística na fazenda está alicerçada no aproveitamento do patrimônio arquitetônico como atrativo, na vitalidade da atividade agropecuária, nas relações de interdependência e complementaridade entre o turismo e a agricultura, bem como nas constantes iniciativas arroladas pela família para diversificar a sua oferta turística e manter a qualidade do ambiente (natural, paisagístico e patrimonial).

O potencial turístico da Fazenda do Sobrado não subsiste indissociado da sua paisagem cultural rural, cuja interpretação é um recurso que possibilita uma maior compreensão acerca dos acontecimentos históricos do passado, de grande importância no aprimoramento e na consolidação da sua oferta turística.

Não há dúvidas quanto ao grande potencial de valorização turística do patrimônio arquitetônico, histórico e cultural da fazenda. Contudo, a experiência em estudo demonstra que o aproveitamento do patrimônio arquitetônico e sua valorização pela via do turismo, não podem constituir-se, por si só, numa solução para as áreas economicamente deprimidas, conforme Fonseca (2001, p.47). Pois a sustentabilidade da atividade turística, ao longo desses anos, tem requerido constantemente – por meio de adaptações, inovações e criatividade – a diversificação da oferta turística, bem como a complementaridade dos papéis desempenhados pelos familiares e das

atividades por eles desenvolvidas, então, assentadas no tripé: agricultura, turismo rural e patrimônio arquitetônico.

O esforço aplicado nesse sentido revela-se, hoje, na concepção de uma oferta turística bastante diversificada, que tem como um dos seus principais atrativos o patrimônio arquitetônico e os demais aspectos concernentes à ruralidade: hospedagem acolhedora em ambiente familiar compartilhado, gastronomia típica campeira, vivência de experiências autênticas no campo em contato com o ambiente e cultura tipicamente rural.

Por se tratar de uma propriedade produtiva, relativamente capitalizada, do tipo patronal, onde a atividade agropecuária apresenta-se bem estruturada, o turismo rural, empreendido na Fazenda do Sobrado, pode ser apropriadamente entendido como uma ou mais de uma alternativa econômica que vem permitindo, desde 1994, o incremento da renda agrícola auferida pela família. Assume, portanto, um caráter de complementaridade junto às atividades agrícolas existentes.

Outrossim, atividade turística desempenhou importante papel na família Serpa, reestruturando e resgatando os papéis dos indivíduos no âmbito da família e da sociedade, na medida em que lhes oportunizou novas ocupações/ postos de trabalho e novas oportunidades de inserção social.

O incremento à renda familiar, deu-se por intermédio da prestação de serviços turísticos (renda não agrícola) e do valor que passou a ser agregado à sua produção agropecuária (*in natura* ou agroindustrializada) ou artesanal. Em última instância, dessa forma, são disponibilizados os recursos necessários à melhoria da condição de vida da família, bem como à recuperação física do patrimônio e sua manutenção.

Nesse sentido, “o turismo rural pode ser reconhecido como vetor de diversificação das atividades não-agrícolas, a que cabe o papel fundamental de complemento de atividades e rendimentos, de reforço da identidade e da imagem dos lugares, bem como da auto-estima das populações, com seus valores e suas culturas” Cavaco (2001, p.19).

Em determinadas situações, como constatado no caso em estudo, percebe-se que o turismo rural atua ainda na viabilidade da preservação dos bens culturais. A experiência da Fazenda do Sobrado

demonstrou que a conservação do seu patrimônio arquitetônico pode ser entendida, em especial, como uma consequência do turismo.

Sendo assim, a atividade contribuiu para a valorização da cultura rural como um todo (saberes e fazeres), despertando o interesse pela história do sobrado e pela manutenção do patrimônio de recursos da propriedade, concernente a própria família e ao município. Ou seja, cabe-lhe “um papel também significativo na conservação e gestão da diversidade das paisagens – naturais, históricas e culturais – e do patrimônio edificado, com seus traços arquitetônicos próprios que são, aliás, motivo de atração turística” (Cavaco, 2001, p.26).

A partir da utilização do capital humano, dos aspectos etnoculturais e históricos que permeiam a paisagem do lugar e, irremediavelmente, o imaginário do visitante, o turismo rural pode atuar como uma ferramenta a serviço da conservação e proteção patrimonial, do resgate cultural e da recuperação da memória coletiva.

Numa perspectiva mais ampla, a atividade vem sendo encarada como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico e cultural, uma vez que é capaz de gerar benefícios distintos para diferentes segmentos da sociedade: oportunidades de lazer e de satisfação das necessidades da população urbana (descanso, intercâmbio cultural, contato com a natureza, com os aspectos históricos e étnico-culturais, os valores, o modo de vida e de trabalho do meio rural); estímulo à conservação do patrimônio de cultura; incremento à renda e geração de novos postos de trabalho/ ocupação para as famílias envolvidas, direta ou indiretamente na atividade.

Assim, o turismo rural oferece subsídios de naturezas várias (moral, social, financeira), que criam condições para melhoria da qualidade de vida em sociedade, contribuindo para a revitalização da economia local a partir do seu efeito multiplicador que estende seus benefícios a vários outros setores da atividade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Egon Ziebell de. **Aconteceu no Sobrado...** contos da história de um povo da Lagoa dos Patos. Esteio: Pabreu Design & Comunicação, Ed. autor, 2001, 36p.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura:** tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1998. 214p.

ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário. (orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Campinas: Papirus, 2000.190p.

ALMEIDA, Joaquim Anécio. **Pesquisa em extensão rural:** um manual de metodologia. Brasília: MEC/ ABEAS, 1989. 182p.

ALMEIDA, Joaquim Anécio & SOUZA, Marcelino de. Multifuncionalidade dos espaços rural e urbano: reflexões iniciais. In: VELA, Hugo. (Org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no mercosul.** Santa Maria, 2003. p. 195 –214.

AZEVEDO, Júlia. Turismo, cultura, patrimônio. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T. (Org.). **Turismo com ética.** Fortaleza: UECE, 1998. p. 148-162.

_____. Cultura, patrimônio e turismo. In: IRVING, Marta de Azevedo & AZEVEDO, Júlia. **Turismo:** o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002a. p.133 – 147.

_____. Turismo cultural: traços distintivos e contribuição ao desenvolvimento endógeno. In: IRVING, Marta de Azevedo & AZEVEDO, Júlia. **Turismo:** o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002b. p.149 – 165.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** Campinas: Papirus, 1995. 164p.

_____. **Turismo e legado cultural:** as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000. 96p. (Coleção Turismo).

_____. Turismo e patrimônio: meios ou fins? In: JORNADA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL: UNIBERO. 1., 2001, São Paulo. **Resumo...** I Unibero. São Paulo: Aleph; Scortecci, 2001, p. 103-106.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 1998. 427p.

BOULLÓN, Roberto C. **Planificación del Espacio Turístico**. 3º ed. México: Triillas, 1999. 245p.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, Clio. *et. al.* (Orgs.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996, p.39-58.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002. 103p.

_____. Turismo e patrimônio cultural no Brasil: impasses para a construção de uma 'metodologia nacional' para inventário de atrativos culturais. In: JORNADA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL: UNIBERO. 1., 2001, São Paulo. **Resumo...** I Unibero. São Paulo: Aleph; Scortecci, 2001, p. 65 - 74.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998, 160p.

CAMPANHOLA, Clayton & SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. 217p. v.3.

CAMPOS, Luiz Cláudio de A. Menescal & GONÇALVES, Maria Helena Barretto. **Introdução ao turismo e hotelaria**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 1998. 112p.

CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R. J. & COSTA, L. F. de C. **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 233-240.

CARVALHO, Luiz Carlos Pereira de. Agricultura e desenvolvimento econômico. In: FILHO, André Franco Montoro. *et. all.* **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 500 - 507.

CASSIRER, Ernest. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994. 391p. (Coleção tópicos).

CAVACO, Carminda. O mundo rural português: desafios e futuros? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org.). **Turismo rural - práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 15-33.

COARACY, Vivaldo. **A colônia de São Lourenço e seu fundador Jacob Rheingantz**. São Paulo: Saraiva, 1957.

COSTA, Jairo Scholl. **Navegadores da Lagoa dos Patos**: a saga náutica de São Lourenço do Sul. São Lourenço do Sul: Hofstaller, 1999. 232p.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 4. ed. , São Paulo: Futura, 2000. 286p.

DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961. 185p.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2000, 333p.

ELESBÃO, Ivo. **Turismo rural em São Martinho (SC)**: uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal. Santa Maria, 2002. (Série Dissertações; n.1).

FAO. **Issues Paper - The MFCAL Concept** (The Multifunctional Character of Agriculture and Land). Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/x2777e/X2777E03.htm#P314_28078>. Acesso em set. 2002.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio – Séc. XXI**. São Paulo: Nova Fronteira. 1999. [CD – ROOM].

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997. 316p.

FUCKS, Patrícia Marasca. **Park hotel - turismo alternativo no meio rural**. Trabalho final de graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo - Centro de Tecnologia, Universidade Federal de Santa Maria, RS, 1999.

_____. Uma leitura do novo cenário rural e as suas potencialidades de desenvolvimento a partir do turismo rural. In: **Revista Espaço e Geografia**. v.4, n.1, p. 57 –70, 2001.

FUCKS, Patrícia Marasca & BRICALLI, Luiz Carlos Leonardi. Turismo e desenvolvimento no contexto da multifuncionalidade do espaço rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL. 6., 2002, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande, UFMS; UEMS; UCDB; UNIDERP, 2002, p.203-204.

FUNARI, Pedro Paulo & PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto: 2001, 103p.

GODOY, Arlinda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, n.2, p. 57-63, 1995.

_____. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. v.35, n.3, p. 20-29, 1995.

GONÇALVES, Mário Pereira. A gastronomia como componente do produto turístico. In: **Revista Economia & Prospectiva**. Turismo, uma actividade estratégica. Lisboa: Ministério da economia, v.1, n. 4 , p. 129 – 133,1998.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em mar. 2002.

ISABELLE, Arsene. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833 – 1834)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

KNICKEL, Karlheinz & RENTING, Henk. Methodological and conceptual issues in the study of multifunctionality and rural development. In: **Revista Sociologia Ruralis**. v. 40, n. 4, 2000.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000. 186p.

LACKI, Polan. **Buscando soluções para a crise da agricultura: no guichê do banco ou da escola?** Santiago, Chile: FAO, 1995, 45p. (Série desenvolvimento rural; n.12).

LUCCAS, Luis Henrique Haas. **Estâncias e fazendas: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul**. 1997. 152f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ PROPARG.

LUDKE, Hermenga Alves & ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986, 99p.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Arquitetura luso-brasileira. In: WEIMER, Günter. (org.) **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p.53 – 94.

MAESTRI, Mário. **O sobrado e o cativo**: a arquitetura urbana no Brasil – o caso gaúcho. Passo Fundo: UPF, 2001. 248p.

MARINS, Paulo César Garcez. Patrimônio edificado, turismo e lazer: potencialidade de recursos, apropriação e gestão de representações. In: JORNADA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL: UNIBERO. 1., 2001, São Paulo. **Resumo...** I Unibero. São Paulo: Aleph; Scortecchi, 2001. p.75 – 79.

MOLETTA, Vania Florentino & GOIDANICH, Karin Leyser. **Turismo cultural**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 1998, 64p.. (Série desenvolvendo o turismo; v. 4).

_____. **Turismo rural**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 1999. 64p. (Série desenvolvendo o turismo; v. 6).

MURTA, Stela Maris & GOODEY, B. **A interpretação do patrimônio para o turismo sustentado** – um guia. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 1995, 113p.

MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (Orgs.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002, 288p.

NUEVA RURALIDAD. **Instituto Interamericano de cooperación para la agricultura**. San José, Costa Rica: IICA, 2000. 35p. (Serie documentos conceptuales/ IICA; n.2000 – 01).

PELEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papirus, 1993. 190p. (Coleção turismo).

PINTO, Lourdes Noronha. **Antigas fazendas do Rio Grande do Sul**. Fundação Moinho Santista. Porto Alegre: Grafic-offset, 1989.

PIRES, Mário Jorge. **Lazer e turismo cultural**. Barueri: Manole, 2001. 139p.

_____. **Raízes do turismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2002. 236p.

PIRES, Paulo dos Santos. A paisagem rural como recurso turístico. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org.). **Turismo rural - práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001, p.117-132.

PORTUGUEZ, A. P. Elementos para uma abordagem crítica do turismo no ensino de primeiro e segundo graus. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.179-189.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio, RIEDL, Mário. (Orgs.) **Ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 51-68.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.42 – 54.

RODRIGUES, Ivone da Silva. **O potencial turístico de Itaara, RS: o desenvolvimento do turismo e a conservação da paisagem**. 1999, 106f. Dissertação. (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria/ CCR/ CPGEr.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo & PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 15 – 24.

ROQUE, A. M. & VIVAN, A M. O turismo no espaço rural: uma estratégia para a nova gestão rural brasileira. In: **Revista de Administração da UFLA**. v.1, n.1, p. 6-24,1999.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1779 – 1859)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. 496p. 2.ed.

SCHNEIDER, Sérgio & FIALHO, Marco Antônio Verardi. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio, RIEDL, Mário. (Orgs.) **Ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000, p.15-50.

SCHÄFFER, Neiva Otero. Ler a paisagem, o mapa, o livro... escrever nas linguagens da geografia. In: NEVES, I. C. B. *et al.* **Ler e escrever -**

compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1998, p.84 -101.

SELLTIZ, Claire. *et al. Métodos de pesquisa nas relações sociais.* São Paulo: Herder; Ed. da USP, 1967, 687p.

SETUR. **Turismo rural no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Secretaria de Estado do Turismo, Esporte e Lazer, 2002. 47p. (Folder Informativo).

SILVA, José Graziano da; VILARINHO, Carlyle e DALE, Paul J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário. (Org.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 1998. p.11 - 47.

SVENSSON, Frank. **Arquitetura:** criação e necessidade. Brasília: Ed. da UnB, 1992, 263p.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

TULIK, Olga. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec, 1997, p.136-143.

WEIMER, Günter. A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul. In: FABRIS, Annateresa. (org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel; EDUSP, 1987. p. 258-277.

_____. **A arquitetura.** 3. ed., Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. 165p. (Coleção síntese rio-grandense).

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo uma esperança condicional.** São Paulo: Global, 1999, 190p.

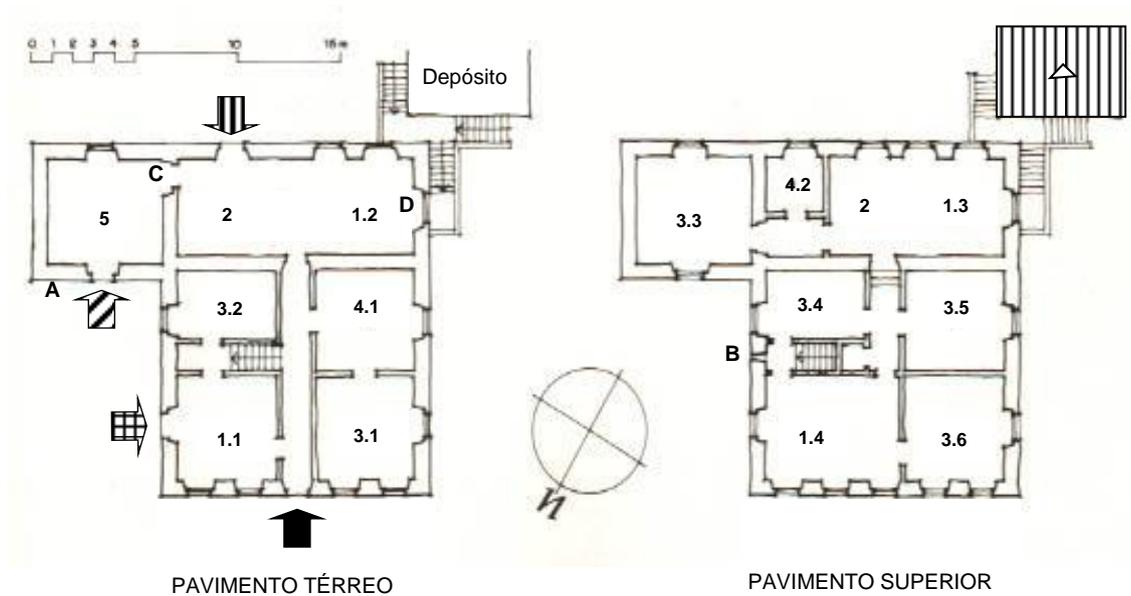


FIGURA 38 - Planta baixa do sobrado
 FONTE - Adaptado pela autora a partir de Pinto (1989).

INDICAÇÕES E LEGENDA:

	Acesso principal	A – Sineta
	Acesso secundário (pátio lateral)	B – Seteira
	Acesso serviço	C – Abertura da parede
	Acesso secundário (pátio fundos)	D - Oratório

	ambientes	especificação do uso
1	estar	1.1 – sala de TV, vídeo, som 1.2 – estar lareira, oratório 1.3 – estar íntimo lareira 1.4 – estar íntimo TV
2	jantar	2.1 – sala refeições 2.2 – múltiplo uso
3	dormitório	3.1 – quarto/escritório família 3.2 – família 3.3 – hóspedes casal/filhos 3.4 – hóspedes 3.5 - hóspedes 3.6 - hóspedes
4	banheiro	4.1 – compartilhado 4.2 - hóspedes
5	cozinha	

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO



FIGURA 39 - Localização da seteira e da sineta no pátio lateral.
 FONTE - Pesquisa de campo, 2002.

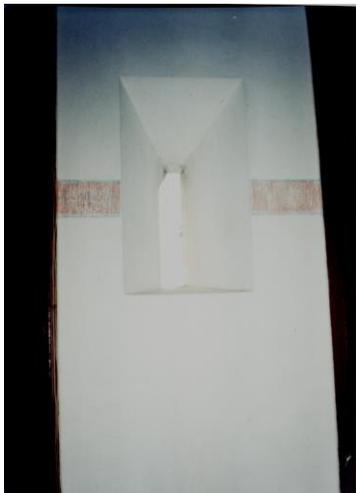


FIGURA 40 e 41 - Detalhes da seteira, uma marca da arquitetura fortificada nas estâncias (à esquerda), e da sineta (à direita).

FONTE – Pesquisa de campo, 2002.



FIGURA 42 e 43 – O sobrado visto dos fundos, evidenciando-se: a escadaria externa e a saliência na janela (à esquerda), e os vestígios do antigo muro (à direita)

FONTE – Pesquisa de campo, 2002.

